



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFAM

MICHELE PIRES LIMA

SENHORAS DO TEMPO:
COTIDIANO, TRABALHO E ATIVISMOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
EM MANAUS (1992-2019)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Manaus/AM
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFAM

MICHELE PIRES LIMA

SENHORAS DO TEMPO:
COTIDIANO, TRABALHO E ATIVISMOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
EM MANAUS (1992-2019)

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva

Manaus/AM
2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732s Lima, Michele Pires
Senhoras do tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019) / Michele Pires Lima . 2021
176 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Júlio Cláudio da Silva
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Travestis e Transexuais. 2. Cotidiano. 3. Mundos do Trabalho. 4. Ativismos. I. Silva, Júlio Cláudio da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Dedico este trabalho às travestis, às mulheres e aos homens transexuais e outras pessoas trans amazonenses que fazem das suas vidas uma rede de resistência.

Dedico também ao meu companheiro, Paulo Ricardo Lima da Cruz, pelo amor, carinho e paciência dedicados a mim durante todo esse tempo juntos.

***In memoriam* de David Braga, Leonna Larsen, Marcelo Borges e Manuela Otto, homens e mulheres LGBTs que foram ímpares na vida de muitas pessoas neste plano.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva - Presidente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa – Membro interno
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Cláudia Maria de Farias – Membro externo
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

AGRADECIMENTOS

Escrever esta pesquisa foi uma das experiências incríveis que tive. No entanto, importante pontuar que, mesmo com pessoas extraordinárias apoiando e não permitindo minha desistência, a escrita constitui um ato solitário e doloroso.

Mesmo diante das adversidades ao longo desses dois anos e alguns meses, preciso agradecer de coração a todas/todos que contribuíram substancialmente para concretização deste trabalho: desde conversas informais e aleatórias até os diálogos teóricos e metodológicos que, certamente, estão aqui inseridos.

Como uma travesti periférica em uma sociedade extremamente desigual e excludente, tive ajuda e apoio de diferentes pessoas e comunidades para prosseguir meus estudos. Primeiramente quero agradecer aos meus pais, Maria José e Milton, e meus irmãos Monaliza e Maycon, que me acolheram e apoiaram quando eu mais precisei, nos meus 16 anos, quando explicitiei a minha travestilidade. Percebo, hoje, que o apoio e o afeto familiar são fundamentais para que pessoas trans não sejam expulsas da escola, consigam prosseguir seus estudos e realizar seus sonhos, como estou conquistando.

Ainda em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Júlio Cláudio da Silva, que abraçou este projeto de pesquisa num momento tão complicado. Sou muito grata pelas orientações, pelas conversas, pelos apoios e afetos oferecidos a mim num contexto de crise sanitária e política onde os corpos não podem se encontrar. Júlio, a sua sensibilidade e o exemplo de professor e pesquisador me motivam a prosseguir, sobretudo por me mostrar que não há contradição em ser ativista e acadêmica, precisa-se apenas de dosagem.

Também quero agradecer aos/as meus/minhas professores/as da graduação em História, que participaram de algum modo na minha trajetória no mestrado como docentes de algumas disciplinas que cursei no Programa de Pós-Graduação em História da UFAM: César Queirós, Davi Avelino Leal, Glauber Biazio, James Roberto da Silva, Keith Valéria Barbosa, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Marcia Eliane Mello, Maria Luiza Ugarte Pinheiro, Nelson Tomelin, Patrícia Maria Alves de Melo, Patrícia Rodrigues da Silva, Síval Gonçalves.

Agradeço às professoras Cláudia Maria de Farias e Patrícia Maria Alves de Melo, membros da banca de qualificação, pelas valiosas contribuições para melhora desta dissertação, principalmente por direcionar o caminho que devia percorrer.

Estendo os agradecimentos à professora Keith Valéria Barbosa pelo aceite “em cima da hora” para compor a banca de defesa, juntamente com a professora Claudia Farias, cuja leitura sensível e atenta de ambas foi fundamental para finalizar este trabalho.

Agradeço ao Secretário do Programa de Pós-Graduação em História Jailson Mota, por ser tão solícito, atencioso e generoso com os/as discentes “à beira da loucura”. Obrigada pelos diálogos amistosos entre cafés e bolachas nos laboratórios, na sala da secretaria e pelos corredores do Departamento de História da UFAM.

Carinhosamente, agradeço os abraços, os diálogos, os “puxões de orelha” e os consolos mútuos quando choramos por diferentes razões às companheiras de laboratório que conquistei ao longo desses sete anos que estou na universidade. Obrigada, Isabel Saboia Varão, pessoa incrível que o mestrado me proporcionou conhecer e me tornar amiga. Bárbara Rebeca Lira, “parça” do Núcleo de Políticas, Instituições e Práticas Sociais – POLIS, das viagens e dos trabalhos conjuntos já realizados. Às/aos companheiros/as Rafaela Bastos, Rafael Curintima, Tamilly e Ramilly Frota, Gabriel Cruz e Dhyene Vieira, pessoas incríveis que sempre carregam palavras sábias que me desestabilizam para, assim, voltar à realidade de modo positivo e engajado.

Diante desse tanto de gente querida, não posso jamais esquecer aquelas que fizeram este trabalho acontecer da maneira que deveria. Refiro-me às amigas e companheiras de ativismo, Joyce Alves Gomes, Mirna Lysa Campos, Rebeca Carvalho, Camila Dantas, Nichole Oliveira, Vallery Maria Pinto, Renatinha de Paula, Tharcya Nicole e Deusa Lua. Vocês se tornaram parte da minha família, obrigada por tudo que me ensinaram e ensinam.

Agradeço grandiosamente à Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado Amazonas – ASSOTRAM, pelo encontro entre pesquisadora trans e as transativistas, que aceitaram, prontamente, colaborar nesta pesquisa, ainda quando era um projeto de pesquisa em gestação, em meados de 2018.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo fomento desta pesquisa. Precisamos, desde já, fortalecer as universidades públicas e as agências de fomento para que nossa sociedade cresça científica e tecnologicamente para superarmos as desigualdades e exclusões sociais que impedem pessoas como eu, permanecerem na educação, no mercado de trabalho e nos espaços público de decisão.

RESUMO

O presente trabalho busca recuperar as memórias e as ações políticas de travestis e transexuais ativistas em Manaus, entre 1992 e 2019. Utilizamos a História Oral como metodologia que viabiliza o registro e análise das memórias individuais, das subjetividades, dos significados do gênero, da importância do ativismo político e do impacto, desses elementos, ao longo da vida. Vislumbramos, assim, a trajetória de personagens para além das fronteiras socioculturais hegemônicas, visualizando contradiscursos diante de uma sociedade excludente, ao mesmo tempo denunciado a omissão do Estado na construção de mecanismos de reparação histórica para garantir à população trans cidadania concreta. E, justamente por isso, pretendemos abrir a possibilidade para que outras sujeitas e sujeitos narrem suas memórias e as mesmas sejam analisadas, orientadas pela questão, a saber: o “que diz respeito à História e o que não diz”?

Palavras-chave: Travestis e Transexuais, Cotidiano, Mundos do Trabalho, Ativismos.

ABSTRACT

The present work seeks to recover the memories and the political actions of transvestites and transsexual activists in Manaus, between 1992 and 2019. We use Oral History as a methodology that enables the recording and analysis of individual memories, subjectivities, gender meanings, the importance political activism and the impact of these elements throughout life. We thus envision the trajectory of characters beyond hegemonic socio-cultural boundaries, viewing contradictions in the face of an exclusionary society, at the same time denouncing the State's omission in the construction of mechanisms of historical reparation to guarantee concrete trans citizenship to the population. And, precisely for that reason, we intend to open the possibility for other subjects to narrate their memories and to analyze them.

Key words: Transvestites and Transsexuals, Daily life, Worlds of Work, Activisms.

LISTA DE SIGLAS

- AAGLT** – Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis
- ANTRA** – Associação de Travesti, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas
- ASSOTRAM** – Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas
- CEASA** – Centrais Estaduais de Abastecimento
- CES** – Conselho Estadual de Saúde
- CFM** – Conselho Federal de Medicina
- DPE** – Defensoria Pública do Amazonas
- GGA** – Grupo Gay do Amazonas
- GGB** – Grupo Gay da Bahia
- CID** – Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
- GLT** – Gays, Lésbicas e Travestis
- FIEAM** – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
- INAMPS** – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
- LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONG** – Organização Não-Governamental
- PIM** – Parque Industrial de Manaus
- REDETRANS** – Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil
- STF** – Supremo Tribunal Federal
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- SUSAM** – Secretária Estadual de Saúde do Amazonas
- ZFM** – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 “FOI PRA ISSO QUE EU NASCI”: IDENTIFICAÇÃO E DIFERENÇA NAS EXPERIÊNCIAS TRANS.....	27
1.1 “Ser o que eu queria ser”: quando travestis e transexuais contam (suas) história.....	27
1.2 Combates pelo reconhecimento: relações familiares e sociais.....	48
2 TRÂNSITOS VIVIDOS: TRABALHO, CORPO E ESTÉTICA.....	72
2.1 Transições de gênero e os artifícios do fazer-se.....	72
2.2 Espaços de trabalho como lugares de memória: sociabilidades, conflitos e resistências.....	92
3 QUANDO O “BICHINHO DA MILITÂNCIA” TOCA – (TRANS) ATIVISMOS EM MANAUS.....	115
3.1 Lutar por direitos no Amazonas: o movimento homossexual e o protagonismo de Adamor Guedes.....	115
3.2 Entre o ativismo coletivo e o ativismo solitário: o empoderamento das travestis e transexuais.....	131
3.3 Protagonismos de uma Associação para/por Transgêneros na urbe.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
FONTES	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

INTRODUÇÃO

“Brasil, o paraíso dos travestis”¹ ou “Brasil: o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no Mundo”²? Ambos enunciados representam o Brasil como um lugar que possui uma significativa diversidade de pessoas. O primeiro enunciado diz respeito à perspectiva da imprensa francesa sobre a grande quantidade de travestis brasileiras que migraram para França, em 1981. O segundo concerne ao relatório anual da Rede Trans Brasil, de 2017, tratando das graves violações de Direitos Humanos de travestis e transexuais que, para a grande maioria dos brasileiros, é visto como algo natural, comum. Ambos apresentam realidades sobre a trajetória das transgeneridades, em temporalidades diferentes, tonalizadas com as práticas sociais violentas sobre essa parcela da população.

Apesar da produção e o destino dos documentos em parte serem distintos, possuem a finalidade de informar sobre aspectos singulares que perpassam as experiências travestis e transexuais, por mais de 30 anos. O que existe por trás das cortinas do Brasil como paraíso das travestis alude ao assassinato de uma travesti por outra, ambas brasileiras, que residiam em Paris. A imprensa considerou o ocorrido como uma tragédia, porém enxergou como curioso o fato de terem sido duas brasileiras, o que, segundo ela, explicita o Brasil como um grande exportador de travestis para cumprirem as atividades na “baixa prostituição, tráfico de entorpecentes de silicone”.³ (espaço) Ao fim e ao cabo, a imprensa determinou que o homicídio foi motivado pelo “tráfico de silicone”. Até o presente momento não ficou claro a razão de o articulista ter criado a locução adjetiva, por isso consideramos importante explicar a diferença entre entorpecentes e silicone. O dicionário online de Português define “entorpecente” como substantivo masculino e um tipo de matéria tóxica, entre medicamentos e drogas, causador de estímulos no corpo humano que pode resultar sujeição física ou psicológica. Já o substantivo “silicone”, no mesmo dicionário, é definido como substância “análoga ao corpo orgânico”, haja vista aqui somente o silicone médico e recomendável para implante. Esta definição, portanto, não abre espaço para

¹ *Jornal do Comércio*, nº 23. 272, 1/01/1981, p. 1 (caderno 2).

² NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRASL, Euclides Afonso. *Dossiê: A Geografia dos Corpos de Pessoas Trans*. Rio de Janeiro: Rede Trans Brasil, 2017, p. 47.

³ *Jornal do Comércio*, nº 23. 272, 1/01/1981, p. 1 (caderno 2).

compreensão do silicone industrial utilizado pelas travestis e mulheres transexuais por ser um elemento criado para outra finalidade⁴.

Entre essas e outras discussões inflamadas pela imprensa sobre travestis e transexuais, inseridas nas lógicas de moralidade: patologia, criminalidade, periculosidade, mentiras que embasaram a construção do imaginário social acerca dessa população, reverberaram sobre a necessidade de haver movimentos sociais que criassem contradiscursos e, desse modo, trouxesse à luz outras histórias, outras práticas sociais que não estivessem atreladas somente ao exercício do trabalho sexual, ao “tráfico de entorpecentes” e ao uso de silicone industrial, embora este último elemento seja considerado importante para a construção da subjetivação trans, não descartando as implicações de saúde que podem causar.

A manifestação das organizações da sociedade civil protagonizada por/para travestis e transexuais foram contundentes ao redefinirem a ordem do discurso, buscando deslegitimar os enunciados hegemônicos, seja da grande imprensa, da medicina conservadora e de outras instituições que visibilizam travestis e transexuais de modo estático e vitimado. Nesse sentido que a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), materializadas em organizações não-governamentais de caráter nacional, agregam inúmeras ONGs estaduais e municipais sob o intuito de articular estratégias de luta contra as sistemáticas formas de violência e de exclusão de pessoas trans, ao mesmo tempo reclamando políticas públicas para garantia da cidadania e do respeito⁵. Estes organismos, desde 2017, criam dossiês específicos objetivando quantificar e sistematizar os casos de violência e assassinato de travestis e transexuais que ocorrem no Brasil, ressaltando a subnotificação e a falta de dados governamentais⁶.

O esforço de travestis e transexuais ativistas em colher, analisar e contextualizar notícias de violência e assassinato de pessoas trans em jornais e portais para produção dos dossiês nos lembra, incansavelmente, do despreparo da mídia ao invisibilizar os nomes sociais e os gêneros das vítimas, dificultando na qualificação do

⁴ Dicionário Online de Português. *Entorpecente/Silicone*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/entorpecente/>, acessado em: 02 set. 2020.

⁵ Para saber sobre a relevância dessas duas entidades na vida das pessoas travestis e transexuais brasileiras, indicamos os seus respectivos *websites*: <http://redetransbrasil.org.br/> e <https://antrabrasil.org/>.

⁶ BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (orgs.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2009, p. 55.

crime, na identificação da vítima enquanto pessoa trans e nas possíveis chances dos processos serem esquecidos⁷.

Tanto a imprensa quanto os documentos produzidos por essas organizações sociais chegam a um denominador comum sobre as pessoas trans no Brasil, ou seja, são sujeitos abjetos e estigmatizados, com vidas precarizadas e sem valor, mas que resistem aos seus modos pela sobrevivência e pelo direito de existir. Não é à toa que as/os ativistas trans brasileiras/os sinalizam, por meio de encontros nacionais, diálogos com outras instituições internacionais, com grupos e coletivos LGBTI+, documentos fornecidos pelas organizações supracitadas, que a expectativa de vida de travestis e transexuais no país é de 35 anos em relação ao restante da população (cisgênera), cuja média é de 75 anos⁸.

A pesquisa da rede europeia *Transgender Europe* (TGEU) aponta que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e gênero-diversas no mundo. Por ocasião do 18º Dia Internacional da Memória Trans (TDoR, pela sigla em inglês), no dia 20 de novembro de 2016 a TGEU publicou uma atualização dos resultados do Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM, pela sigla em inglês) para unir-se às vozes de sensibilização sobre os crimes de ódio contra as pessoas trans e gênero-diversas, e honrar as vidas daquelas que de outra forma poderiam cair no esquecimento⁹.

Objetivando uma guinada na história do esquecimento de travestis e transexuais, sobretudo em Manaus, que este trabalho se debruça. Nas últimas décadas do século XX, a mudança paradigmática proporcionada pela terceira geração dos *Annales*, na França, impactou no aguçamento dos olhares e ouvidos dos/das

⁷ Os primeiros dossiês levam em seus títulos significados que foram, de certo modo, assinalados na produção dos capítulos desta dissertação, pois, ainda que buscássemos nos desprender de narrativas fatalistas, não podemos tapar o “sol com a peneira” para as práticas cotidianas que historicamente são efetuadas sobre os corpos de travestis e transexuais no Brasil. Além do mais, acreditamos na relevância histórica que pode ter histórias de superação, de resistências, de amor e felicidades que, evidentemente, não estão alheias na vida dessa população. Referimo-nos à “Geografia dos corpos de pessoas trans” publicado em 2017 pela Rede Trans Brasil e o incisivo “Mapa de assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017” da ANTRA. NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRASL, Euclides Afonso. *Dossiê: A Geografia dos Corpos de Pessoas Trans*. Rio de Janeiro: Rede Trans Brasil, 2017.

⁸ Pessoas cisgêneras são aquelas que se identificam e vivenciam o gênero que lhes foi conferido ao nascimento. Contudo, também asseveramos os modos particulares de experienciar as cisgeneridades, levando em conta as funcionalidades e o reconhecimento. JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012, p. 11.

⁹ NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. *Dossiê: A Geografia dos Corpos de Pessoas Trans*. Rio de Janeiro: Rede Trans Brasil, 2017, p. 49.

historiadores/as para “novos objetos, problemas e abordagens”.¹⁰ Nesse sentido, as alterações acerca das considerações de documentos, comunidades e sujeitos a entrarem na mira dos/das pesquisadores/as tornaram-se “(...) perceptíveis pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas, as mulheres, aspectos do cotidiano. Enfim, uma miríade de questões antes ausentes do território da História”.¹¹

A história das mulheres e das relações de gênero, como campo de estudo em expansão, acompanhou “em surdina o ‘movimento’ das mulheres em direção à emancipação e à liberação”. Por esse caminho, é importante salientar que por muito tempo as mulheres foram mergulhadas no “oceano de silêncio”, esquecidas como se fossem “destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo ou, ao menos, fora do acontecimento”.¹²

No entanto, as mulheres emergiram com suas especificidades para mudar essa situação. Ou seja, ampliou-se a quantidade e a tipologia “das fontes das mulheres e sobre as mulheres” saindo de uma “história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam mudança”,¹³ transpassando a limitação do sujeito mulher, no singular, para pensar uma historiografia das relações de gênero e das mulheres em diálogo com as problemáticas de raça, classe e sexualidade.

Diante disso, a produção desta dissertação objetivou responder a seguinte questão: qual a relevância em recuperar as memórias, as experiências, os embates cotidianos de travestis e transexuais ativistas em Manaus, entre 1992 e 2019? Quais as contribuições das suas histórias para uma mudança de perspectiva na historiografia amazonense e, mais amplamente, na historiografia brasileira?

¹⁰ Para melhor compreender a guinada historiográfica promovida pela Escola dos *Annales*, indicamos os livros: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Tradução: Terezinho Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1974.

¹¹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 112-113.

¹² PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. – São Paulo: Contexto, 2007, p. 15. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 9.

¹³ *Ibid.* *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 13.

Podemos explicar a escolha e a importância em historicizar às trajetórias de vida das quatro colaboradoras trans desta pesquisa, por duas razões: primeiro essas sujeitas possuem mais de quarenta anos, o que para uma população que tem uma expectativa de vida baixa em decorrência da violência, da exclusão, da subcidadanização, pouco ou nenhum acesso ao sistema de saúde, de educação, ao mercado de trabalho formal, constitui uma “vitória” diante da resistência do sistema patriarcal que, cotidianamente, busca assassiná-las de algum modo. O fator geracional, também, chamou nossa atenção para o processo histórico vivenciado por essas sujeitas, em que seus relatos orais constituem importantes instrumentos para visualizar outras realidades em diferentes temporalidades. A segunda razão tange nos ativismos praticados por essas travestis e transexuais, obedecendo as particulares compreensões sobre o quê, para elas, configuram-se como ativismo trans, ultrapassando a perspectiva da institucionalização de demandas e políticas públicas, adentrando aquilo que chamaremos de ativismo *solitário*, e o impacto das suas vivências para a fundação de uma associação de travestis, transexuais e transgêneros, única instituição na história do Estado que trouxe na sua legenda e nos seus intuítos a pluralidade de gêneros dissidentes.

Simultaneamente, a temporalidade recortada para esta pesquisa deu-se pela inserção das colaboradoras numa organização da sociedade civil e busca uma pretensa guinada para realidade das pessoas trans, em Manaus. Precisamos, nesse sentido, compreender como o movimento social LGBT manauense chegou a ser o que é hoje, tomando como ponto de partida a fundação do Grupo Gay do Amazonas, em 1992, uma instituição fundante do movimento social identitário, aglutinador das homossexualidades e das suas reivindicações no Estado. Com o impacto da epidemia da Aids e a crise econômica e de empregos que o Amazonas vivenciou nos anos 90, o GGA – como era conhecido – e o Movimento de Luta contra a Aids (AMAVIDA) se tornaram importantes instrumentos de disseminação de conhecimento acerca da prevenção e dos mecanismos de tratamento da infecção, além de mobilizadores e realizadores de pesquisa sobre o HIV/Aids entre as trabalhadoras e trabalhadores do sexo, em Manaus¹⁴. A atuação social e política do GGA se encontravam nas notícias

¹⁴ QUEIROZ, Rita Suely de. *Territórios do prazer: ambiente e prostituição na área central de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade do Amazonas, 1999, p. 64.

veiculadas pela grande imprensa sobre as informações médicas da epidemia da Aids nos primeiros anos, demonstrando, posteriormente, a consolidação e o reconhecimento da instituição a ponto de haver, nos anos 2000, a candidatura do presidente Adamor Guedes a vereador.

O impacto desse primeiro movimento social refletiu sobre as experiências das colaboradoras desta dissertação, especialmente nas vidas de Rebeca Carvalho e Camila Dantas como participantes assíduas. Por conseguinte, finalizamos esta pesquisa no ano de 2019, momento que a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ASSOTRAM) consolidou sua relevância social e política, especialmente no âmbito da saúde trans amazonense. Ainda no final de 2019, aprovou-se o projeto “Deusa Lua da Amazônia: memória, cidadania e saúde para travestis e transexuais” sob investimento do *ELAS* - Fundo de Investimento Social¹⁵. Foi o primeiro projeto da instituição que concorreu e foi aprovado num edital nacional, tendo a meta de retificar nomes e gêneros nos registros de nascimento de cem pessoas trans em Manaus. A participação coletiva de membros e diretoria para o sucesso desse projeto explicita a importância de haver instituições criadas por/para travestis e transexuais para brusca mudança em direção ao reconhecimento das identidades de gênero e, conseqüentemente, a cidadania concreta. Ressaltamos, por fim, que a execução do mesmo somente iniciou em janeiro de 2020, tendo que ser interrompido em março de 2020 por conta da crise sanitária mundial causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov 2)¹⁶.

Nossas inquietações e questionamentos para escrita desta proposta de pesquisa foram motivados, em grande escala, por carências. Ausências que a história oral, enquanto metodologia de pesquisa pode contribuir, substancialmente, nas análises das narrativas de ativistas travestis e transexuais a respeito das experiências de

¹⁵ Para conhecer o Fundo Elas e o edital “Mulheres em Movimento” pelo qual a ASSOTRAM conseguiu financiamento das atividades, indicamos o documento online: http://www.fundosocialelas.org/mulheres-em-movimento/uploads/projetos%20apoiados_Mulheres%20em%20Movimento-2019.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

¹⁶ Por conta da pandemia, a Organização Mundial de Saúde emitiu diretrizes de prevenção, como as políticas de isolamento social, o uso de máscaras e álcool em gel, escancarando a precariedade da vida da população trans que não tiveram ajuda eficaz do Estado para um amparo social e econômico, tendo os movimentos sociais trans como alternativa efetiva. A ASSOTRAM utilizou o investimento do *Fundo Elas* para produzir dezenas de cestas básicas e “kits” de higiene que foram entregues às travestis e transexuais em situação de debilidade, até o término de vigência do projeto em julho de 2020. Sobre as ações de ajuda coletiva efetuadas pela ASSOTRAM, ver: <https://www.instagram.com/p/CA5UovhjfmE/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

reconhecimento, direitos e luta por cidadania, pois as fontes textuais acabam reproduzindo estigmas que essa comunidade carrega por diferentes razões. Para Verena Alberti, a história oral “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas (...) como forma de se aproximar do objeto de estudo”, permitindo, inclusive, nos aproximar de situações históricas que não estão em outras tipologias de fontes, ou seja, “(...) acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc”.¹⁷

Considerando a perspectiva decolonial, cuja ênfase recai sobre a construção de uma análise histórica a partir das margens e das vozes baixas ou silenciadas¹⁸, a incorporação dessa metodologia assume uma centralidade no processo de construção e análise das narrativas dos atores sociais envolvidos nos processos históricos analisados. Como dito por Marieta de Moraes Ferreira sobre os efeitos do uso contínuo e sistêmico das narrativas orais:

São depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas (...) ligada à história dos excluídos¹⁹.

Para Michael Pollak, a memória como seleção, além de ser um “fenômeno construído”, é também um importante componente que molda o “sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” fundamentando a “(...) coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. A memória individual, portanto, “(...) grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.²⁰ Nesse sentido, a memória como matéria da relação dialógica na História Oral, consiste que numa “ação de constituição” não apenas de significados,

¹⁷ ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 24 e 30.

¹⁸ Para compreender os estudos decoloniais para uma guinada nos estudos históricos, sugerimos alguns trabalhos: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, pp. 89-117, 2013. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra - Portugal: Almedina. 2009. LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colômbia, n. 9, 73-101, 2008. COSTA, JOAZE BERNADINO-; TORRES, Nelson Maldonado-; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica, 2019.

¹⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 171.

²⁰ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 204, 1992.

mas de acontecimentos, ou melhor, ações. Assim, esses “arquivos provocados” por meio das entrevistas, são resíduos de ações ao passo que interpretam o passado, ou seja, guardam a “possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memória” conjuntamente, entrevistado/a e entrevistador/a²¹.

O caminho do conhecimento das colaboradoras, as conversas informais, a formação de confiança e o processo de entrevista e transcrição explicitam muitos obstáculos a serem superados. Reinterpretar os relatos de ações passadas nos resíduos de ações no presente implica um certo cuidado, sobretudo com a ética em história oral. Assim, chamamos atenção para a guarda dos arquivos nos bancos de dados da pesquisadora, como também seu compartilhamento com a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM), que contribuiu significativamente para os resultados dessa pesquisa, além de ser uma forma de devolver para organização os relatos das suas fundadoras no intuito de criar e preservar as memórias trans dos apagamentos sociais.

Além da problemática central apresentada anteriormente, buscaremos responder ao longo da dissertação três questões específicas que deram substância aos capítulos: Primeiramente: quais foram os embates cotidianos enfrentados pelas travestis e transexuais para o autorreconhecimento das suas identidades de gênero, desmascarando o sistema histórico da cis-heterossexualidade na sociedade manauense? Em *“Foi pra isso que eu nasci”: identificação e diferença nas experiências trans*, procuramos dividi-lo em duas seções: *“Ser o que eu queria ser”*: *Quando travestis e transexuais contam (suas) histórias*, fizemos o esforço de apresentar as colaboradoras da pesquisa a partir das introspecções acerca da travestilidade e transexualidade que nortearam as suas experiências de vida, e como essas identidades de gênero matizam o processo de construção de memória²², clarificando a relevância de características, como o nome, por exemplo, que excedem o campo individual para uma coletividade que encaminha, em grande medida, a construção e a subjetivação de travestis e transexuais.

Num balanço entre o passado e o presente, a análise tornou-se rica, pois relacionamos com a conjuntura política e social pela qual vive o Brasil e o impacto disso no processo de coleta de fontes orais, as linguagens corporais, o contexto da

²¹ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 34-36.

²² POLLAK, *op.cit.*, p. 204.

entrevistada e do entrevistador, já que, como historiadores orais, não podemos abster-nos da construção da documentação possibilitada pela história oral. Além disso, destrincharemos no percurso da escrita o impacto das narrativas orais sobre o nosso fazer historiográfico, haja vista a inserção de travestis e transexuais no panteão de sujeitos que merecem ter suas histórias escritas nos livros de Clio e Mnemosine. E, nós, historiadores e historiadoras precisamos procurar métodos e epistemologias que deem conta de iluminar e irradiar os pormenores dessas narrativas, especialmente aquelas que se referem às experiências e memórias construídas nas fronteiras, nos entre-lugares. Assim, concordamos com a historiadora brasileira, Joana Maria Pedro, ao escrever sobre a articulação entre gênero e decolonialidade, cujas bases desses estudos pressupõem que:

a partir das margens, e não a partir do “centro” é possível ler melhor o mundo e, assim, elaborar um projeto crítico e transformador, com uma nova visão de futuro. (...) A crítica pós-colonial reconsidera a história a partir dos colonizados, e tenta recuperar as “vozes baixas” da história. Questiona os estatutos assumidos pela historiografia ocidental, suas omissões, suas perspectivas. O conhecimento ocidental, de acordo com essa abordagem, está colonizado e deveria ser descolonizado para incluir outras formas de gerar conhecimento²³.

Indagar a historiografia tradicional e ocidental sobre quem tem direito à memória e quem não tem poderá ser compreendida ao longo do texto, sobretudo porque estamos analisando as experiências de travestis e mulheres transexuais nascidas, criadas e residentes da região norte do país, com dinâmicas e experiências ímpares para, assim, produzir um campo de discussão dentro da historiografia brasileira. Não perder de vista o envolvimento das narrativas trans de outras partes do país, que não seja somente das regiões sul e sudeste, resulta na possibilidade de equidade e reconhecimento da produção e descolonização do conhecimento. Neste sentido, mesmo que sejam poucos os trabalhos acadêmicos produzidos e publicados que visam à história de travestis e

²³ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 275, 2011. Seguindo o raciocínio de Pedro, a socióloga Larissa Pelúcio argumenta que, para além do rompimento de laços políticos e administrativos que ainda possuímos com as “metrópoles”, a descolonização e a produção de saberes subalternos configura-se como “esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas”. PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, v. 2, n.2, p. 399, 2012.

transexuais no Brasil, também utilizamos teses, dissertações e artigos que constam no banco de dados das universidades públicas. Além disso, a interdisciplinaridade tornou-se essencial como ferramenta para entender as histórias que procuramos analisar de modo claro e coerente²⁴.

Na segunda seção, *Combates pelo Reconhecimento: relações familiares e sociais*, analisamos o processo de construção de memória da infância e juventude das travestis e transexuais ativistas que, gentilmente, cederam suas memórias para refletirmos sobre outras maneiras de enxergar a história. Este momento nos ajuda elucidar as suas motivações de luta coletiva diante da discriminação que enfrentaram nos âmbitos familiar, escolar, no cotidiano das ruas, evidenciando também os mecanismos de resistência para enfrentar os problemas de gênero surgidos ao passo que as pessoas adultas dicotomizam a fisiologia das crianças entre ser menina ou ser menino, cuja sociedade de modo geral movimenta-se para atribuir sentidos desqualificadores e práticas violentas sobre corpos e subjetividades que fogem aos horizontes engessados da cisgeneridade.

Como um quebra-cabeça, a memória oral das sujeitas foi imprescindível para reconstruirmos parte da paisagem manauense, especialmente por onde passaram para que o/a leitor/a compreenda a historicidade da cidade e como tais espacialidades contribuíram para o reconhecimento de si dentro de coletividades em tempos de infância e adolescência. Nossa preocupação com essa questão se deu em face dos microcomportamentos presentes nas narrativas das colaboradoras trans, tendo em vista que (...) o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe” desvendam outros cotidianos e práticas sociais que não podem ser

²⁴ VERAS, Elias Ferreira: *Travesti: carne, tinta e papel*. Curitiba: Appris, 2019. MUNIN, Pietra Mello. *Processo Transexualizador: discurso, lutas e memórias – Hospital das Clínicas*. São Paulo: e-Manuscrito, 2019. ARAÚJO JÚNIOR, José Carlos de. *A metamorfose encarnada: travestimento em Londrina (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. SANTOS, Rafael França Gonçalves. *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990 – 2017*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018. CALVANTE, Laís Medeiros. “Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma”: os casos transgêneros nas tirinhas de Laerte. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2014. OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. “Tenho direito de ser quem eu sou”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010). Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

vistas e sentidas nos documentos escritos ditos “oficiais”, como buscamos aqui neste trabalho²⁵.

Por esse caminho, as fontes orais conjuntamente possibilitaram uma reflexão profunda sobre as subjetividades e os significados atribuídos pelas travestis e mulheres trans aos modelos familiares e as relações de amizades. Por fim, nas entrelinhas dos relatos são identificáveis certos modelos de denúncia da violência física, psicológica e simbólica que pessoas LGBTQs sofrem, cotidianamente. Por esse caminho nos indagamos: em quais contextos as travestis e transexuais transicionaram e produziram seus corpos e subjetividades? Quais instrumentos e modelos estéticos lançaram mão para tal feito? Como estar nos mundos do trabalho garantiu o sucesso de um corpo à brasileira, mas também uma independência econômica e social? Quais os obstáculos enfrentados nos campos de trabalho, seja formal ou informal, para as colaboradoras trans?

Assim, objetivamos proporcionar ao leitor respostas satisfatórias no segundo capítulo nomeado “*Trânsitos vividos: trabalho, corpo e estética*”, dividido em duas seções. Em *Transições de gênero e os artifícios do fazer-se*, examinamos a historicidade do processo de transição de gênero nas experiências de Flor de Lis, Rebeca Carvalho, Nichole Oliveira e Camila Dantas, clarificando as redes de sociabilidade construídas para obter informações concernentes aos procedimentos de hormonização, também os efeitos do processo e a acumulação de conhecimentos dos medicamentos que puderam dar os melhores resultados na construção da feminilidade desejada. Também analisamos como a coletividade impacta na produção de si, havendo, em algumas narrativas, negociações necessárias com as famílias biológicas e amigos/as, como suportes para realização de si e da corporalidade almejada: “as trans criaram para si conhecimentos sobre as potencialidades do próprio corpo, construindo-o a partir desse conhecimento que é técnico, mas também moral, afetivo e ético. Fabricar um corpo é, também, criar uma subjetividade”.²⁶ Portanto, as subjetividades construídas a partir desses

²⁵ PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades modernas. *Revista Brasileira de História*, v.27, n. 53, 2007.

²⁶ SANTOS, Rafael França Gonçalves. *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990 – 2017*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018, p. 206.

instrumentos são culturais e históricas, justamente porque guardam saberes, práticas e técnicas para construção dos sujeitos travesti e transexual.

Na segunda seção, *Espaços de trabalho como lugares de memória: sociabilidades, conflitos e resistência*, exploramos as memórias sobre os mundos dos trabalhos no qual as travestis e transexuais estiveram e ainda estão inseridas. Por meio das fontes orais, percebemos que a produção da subjetividade e do corpo trans não poderia ser fabricado sem que estivessem introduzidas em atividades que garantissem economicamente o processo de transição, de hormonização e de aplicação de silicone. Os detalhes apresentados sobre a complexidade no âmbito do trabalho, seja no trabalho sexual ou em outro campo de atividade, clarificaram as dificuldades, as violências e as incertezas nesses espaços, tornando-os lugares que guardam lembranças de dor e superação. Dentre as quatro ativistas entrevistadas, duas foram trabalhadoras do sexo, uma ainda está na atividade, atuando na cidade desde a década de 1990. Enfatizamos que Flor de Lis e Camila Dantas migraram e moraram por um longo tempo na cidade de Roma, Itália. Dentre as colaboradoras, apenas Nichole Oliveira não exerceu o trabalho sexual, com muita resistência, pois tal atividade era e ainda é a alternativa existente em que muitas travestis e mulheres trans encontram emancipação social e econômica no Brasil. As interpretações que fazem sobre suas experiências trabalhistas escancaram as desigualdades sociais e econômicas, em que as restrições de acesso ao trabalho formal e, mesmo naqueles informais que não seja a prostituição, são históricas.

O nosso terceiro e último capítulo encerra este trabalho, sem esgotar as fontes e as possibilidades reflexivas sobre elas, tratando da historicidade da representatividade das organizações sociais LGBTs em Manaus, tendo em vista o surgimento de uma associação de/para travestis, transexuais e transgêneros, implicando em alguns questionamentos: como analisar as memórias públicas nos periódicos ajuda a entender a construção do movimento LGBT no Amazonas? Que motivações as travestis e transexuais tiveram para tornarem-se ativistas dos direitos humanos para população LGBT? Durante o processo de construção de memória, quais anseios, dúvidas, necessidades provocaram a criação da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM)?

Essas problemáticas foram concretizadas no terceiro capítulo *“Quando o ‘bichinho da militância’ toca – (trans) ativismos em Manaus*, ganhando maiores contornos analíticos, divido, assim, em três seções. A primeira chama-se *Lutar por*

direitos no Amazonas: o movimento homossexual e o protagonismo de Adamor Guedes, em que objetivamos uma análise do processo histórico do primeiro movimento social homossexual chamado, inicialmente, Grupo Gay do Amazonas (GGA), tendo como fundador o ativista falecido Adamor Guedes. Fundado em 1992, o GGA teve um protagonismo importante no cenário amazonense, haja vista a atuação no combate ao HIV/Aids no Estado, especialmente na capital amazonense, construindo parcerias com as organizações públicas de saúde como, por exemplo, o Hospital de Medicina Tropical e o Ministério da Saúde. A visibilidade social e política do GGA ultrapassaram os horizontes do Amazonas, contribuindo na fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), em 1995.

Historicizar os caminhos percorridos pelo Grupo Gay do Amazonas que, no final dos anos 90, passou a se chamar Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT) por conta da diversidade interna, possibilitou que conhecêssemos um passado da comunidade LGBTI+ amazonense que muitas pessoas desconhecem e que não constam em livros didáticos ou qualquer outro documento oficial. A documentação das atividades no âmbito da saúde, da política e da cultura por meio das Paradas do Orgulho LGBT, no início dos anos 2000, encontram-se nas páginas dos jornais, nos trabalhos acadêmicos – como os fascículos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – e nas memórias de ativistas LGBTs e outros sujeitos que tiveram, direta ou indiretamente, engajados nas mobilizações das primeiras organizações LGBT em Manaus/AM.

Na sequência, na seção *Entre o ativismo coletivo e o ativismo solitário: o empoderamento das travestis e transexuais*, esquadriamos a inserção e o protagonismo de travestis e mulheres transexuais nas organizações sociais LGBT manauense e os sentidos, significados e a explicitação de atividades e as movimentações internas cujas fontes impressas não alcançam visceralmente. Além disso, tentamos explicar a ideia de “ativismo solitário” apresentada pelo geógrafo brasileiro, Osvaldo Vasconcelos, ao investigar a trajetória de vida da travesti Josy Kimberly, no Pará, e que nesta pesquisa algumas colaboradoras trans apresentaram narrativas semelhantes para comprovar e aprofundar tal ideia, referindo-se a uma alternativa de ativismo contemporâneo. Por esse ângulo, tentamos responder algumas indagações formuladas com base nas fontes orais e nos textos lidos: Em que momento de suas vidas as travestis e mulheres trans colaboradoras ingressaram no ativismo político? Quais lembranças apresentam da

interioridade dos movimentos sociais introduzidas? E, por fim, de que modo avaliam os ativismos trans em suas vidas?

Na última seção, “*Protagonismos de uma Associação para/por transgêneros na urbe*”, investigamos o contexto de organização de uma associação voltada especificamente para travestis, transexuais e transgêneros em Manaus a partir de 2017. Inicialmente contextualizamos o surgimento do movimento social trans em escala internacional e nacional para nos ajudar a compreender os objetivos da fundação da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM). Ao longo da escrita pudemos evidenciar as problemáticas de organização, chamando atenção para as circunstâncias políticas necessárias para sua efetivação e como se articulam socialmente com outros órgãos e movimentos sociais para executar atividades voltadas para população trans em Manaus, sobretudo.

Dando prioridade para as narrativas das quatro fundadoras, justamente porque explicitaram suas reflexões e um mix de sentimentos sobre os obstáculos e os sucessos garantidos para a comunidade trans por meio da luta da ASSOTRAM. Além disso, acabamos tomando posse de algumas documentações oficiais da entidade, como Ata de Assembleia de Fundação, Ofícios, Estatuto Social entre outros, mas observamos que na Ata e nos ofícios constavam os nomes de registro de nascimento, dificultando analisar e mencionar tais documentos por incorrer em desrespeito às colaboradoras desta dissertação. Por isso, focalizamos no Estatuto Social da ASSOTRAM, decretos oficiais do Governo do Estado do Amazonas cuja referida organização teve participação fundamental e o importante trabalho do professor André Luiz Machado que contou com a colaboração de Rebeca, Flor de Lis e Nichole Oliveira.

Lutar por elas e a necessidade de ter uma associação que lutasse pelos direitos de travestis e transexuais pulavam das memórias narradas das colaboradoras, denunciando que, mesmo havendo um movimento LGBT, as demandas e atitudes ainda eram direcionadas somente pelos/para homossexuais e que não havia visibilidade das pessoas trans manauenses.

Assim, por meio dessas preocupações deixaremos para os leitores/as desta dissertação, algumas problemáticas como exercício de reflexão sobre a nossa função de escutar as vozes e as histórias “sem importância”: qual a contribuição das memórias trans para uma guinada historiográfica regional? Aprendemos com o conhecimento

narrado dos/das nossos/as entrevistados/as? Isso nos modifica subjetivamente como seres humanos?

1 “FOI PRA ISSO QUE EU NASCI”: IDENTIFICAÇÃO E DIFERENÇA NAS EXPERIÊNCIAS TRANS

1.1 “Ser o que eu queria ser”: quando travestis e transexuais contam (suas) histórias

Maio representa para a comunidade LGBT contemporânea um mês de debate e reflexão referente ao dia Mundial de combate à Homofobia. Dezoito de maio de 1990 configura-se como um momento histórico para a comunidade LGBT, pois foi o dia que a Organização Mundial da Saúde (OMS), com base em suas atribuições jurídicas e médicas, retirou o termo homossexualismo e as pessoas homossexuais da base de distúrbios mentais do Código Internacional de Doenças (CID), para então compreender as identidades sexuais não-hegemônicas não mais como doença, “deixando de ser considerada um desvio ou uma condição relacionada a alguma forma de patologia”.²⁷

Historicamente, esse ato da OMS deu-se (como qualquer direito garantido para população LGBT no mundo) por pressão dos movimentos sociais LGBTs pela despatologização das identidades sexuais e de gênero dissidentes. No Brasil, por outro lado, o Movimento Homossexual Brasileiro materializado em diversas organizações políticas desde 1978, iniciado com o grupo “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, de São Paulo, fundado em 1978, trouxe no bojo das suas inquietações a busca de retrair a homossexualidade enquanto doença e transtorno mental. Sendo uma das bandeiras de luta que fora seguida adiante por outras organizações, durante e após o fim do “Somos”, em 1981. De modo semelhante, o surgimento do Grupo Gay da Bahia, em 1980, empreende uma “campanha nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como ‘desvio e transtorno sexual’”.²⁸ Compreendendo a situação de abertura política e redemocratização do país, o GGB utilizou esse cenário para levar adiante “muitas demandas suscitadas por esse primeiro movimento homossexual”. Assim, o embate pela despatologização da homossexualidade fora levado para outros patamares, sobretudo numa perspectiva institucionalizada, ou seja, “cada vez mais no campo da

²⁷ BRASIL. O 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil. Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. P. 2.

²⁸ CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e [a] luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis - SC*, p. 1.

macropolítica”, coadunando diversas instituições científicas, apoio de políticos e da sociedade civil para essa empreitada do reconhecimento da homossexualidade não como doença ou transtorno mental ou sexual que veio a ser extinta do Código de Saúde no INAMPS em fevereiro de 1985, um dia importante e vitorioso para a comunidade “guei” brasileira²⁹.

Trazemos esse vestígio da história da população LGBT, porque foi no dia 17 de maio de 2018 que conhecemos as narradoras desta pesquisa num evento comemorativo promovido pela militante e ativista, Maria do Rio, na Casa das Artes do Largo de São Sebastião, no centro histórico de Manaus. Contextualizamos esse momento histórico para inserir Camila, Flor, Nichole e Rebeca nesta pesquisa e nas discussões nacionais referentes ao direito ao nome, ao trabalho, à saúde humanizada e com qualidade, em suma, essas e outras questões que atravessam suas narrativas e vivências, não perdendo de vista a ética no trabalho de história oral.

Neste sentido, analisar historicamente as histórias de vida de travestis e mulheres trans manauenses, em especial àquelas que fazem das suas vivências um fazer político de mudança social na cidade, é levar em consideração teias de acontecimentos que modelaram e subjetivaram suas identidades sociais, percebendo também os impactos da macropolítica sobre as vidas trans, tomando como exemplo o direito ao nome e à identidade de gênero³⁰.

Antes de qualquer coisa, nosso dever, enquanto historiadoras e historiadores, é “interrogar a sociedade” e as facetas que (re)produzem o calar de sujeitos que, muitas vezes, não são percebidos nas fontes históricas. Nesse sentido que o historiador, Losandro Antonio Tedeschi, anuncia que não devemos nos rejubilar somente com a

²⁹ CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e [a] luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis – SC*, p. 7 - 12. Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS.

³⁰ Segundo a psicóloga e transativista, Jaqueline Gomes de Jesus, travesti, como um termo “antigo” e anterior ao transexual, são “pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero”. Já a pessoa transexual – seja mulher ou homens transexual – reivindica para si um reconhecimento social e jurídico de acordo com o gênero que se percebe. Além do mais, “geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem ‘corrigir’ isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos”, sem reduzir a identidade de gênero transexual a procedimentos cirúrgicos. JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.

utilização de *corpus* documental arquivístico, mas, pelo contrário, “deveria antes de tudo criá-los e contribuir para a sua constituição: pesquisar, interrogar aqueles que jamais têm direito à fala, que não podem dar seu testemunho”.³¹

Por esse ângulo, a socióloga brasileira Berenice Bento salienta que os corpos trans constituem “arquivos vivos de histórias de exclusão”. Todavia acrescentamos à assertiva de Bento outras histórias, de alegrias, de paixões, de esperança, angústias, entre outros sentimentos que germinam das existências trans, explicitando as adversidades de uma história única que, em suma, “rouba a dignidade das pessoas”.³² Assim, nos distanciando de vitimizações ou pressuposições referentes aos corpos trans apenas pela perspectiva da exclusão, consideramos importante entender através das “histórias transgêneras” como se definem enquanto sujeitos históricos, levando em conta a afirmação do nome como umas das “pistas para se conhecer o passado”. Destarte, torna-se justo trazer essas reflexões e os sentidos produzidos sobre si, haja vista as seguintes interrogações: Afinal, quem são essas travestis e mulheres transexuais? Como compreendem suas travestilidades³³ e transexualidades no tempo e no espaço? Qual a contribuição das suas memórias para uma guinada historiográfica regional? “o que podemos aprender com elas? Aprendemos com a narrativa dos nossos entrevistados?”.³⁴ Buscaremos na medida do possível trazer respostas satisfatórias à luz das memórias expressadas oralmente pelas travestis e mulheres transexuais.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, entre diversas seções e recessos, finalmente definiu que pessoas transgêneras poderiam retificar prenome e gênero nos registros civis sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual. Por unanimidade, respaldaram suas decisões no princípio da dignidade humana, levando em conta a

³¹ TEDESCHI, Antonio Losandro. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS: UFGD, 2014, p. 49.

³² ADCHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 27.

³³ Larissa Pelúcio assinala que na contemporaneidade, as travestis ligadas aos movimentos sociais identitários e engajadas na luta pelos direitos humanos passaram a admitir o termo “travestilidade” sob a perspectiva de “ressignificar o sentido das palavras ‘travestismo’ e ‘travesti’” contrariando sua homogeneização, compreendendo que tais processos de subjetivação são plurais e específicos. Ou seja, “conceber essas possibilidades de expressar um gênero” distante de binarismos de gênero e essencializações de sexo e corpo. PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids (primeira letra maiúscula)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009, p. 43-44.

³⁴ ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004, p. 79. BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

autoafirmação e o autorreconhecimento das transgeneridades. Por conseguinte, esta autorização constituiu um marco histórico para que a visibilidade e o respeito às diferenças de gêneros e sexuais sejam postos, mas também evidencia o quanto nossa sociedade está fincada sobre desigualdades de gêneros e o quanto as experiências vividas por pessoas transgêneros foram relevantes para aquela decisão³⁵.

O processo de construção de memória de Rebeca Monteiro de Carvalho, uma travesti de pele clara, de cabelos loiros, cabeleireira e, atualmente, exercendo (novamente) o trabalho sexual, ilumina que seu nome, antes da retificação da certidão de nascimento em 2019 mediante os aparatos jurídicos, possui uma historicidade que contribuiu na subjetivação da identidade de gênero. Desse modo, indagada sobre como surgiu o nome “Rebeca”, a colaboradora produz uma narrativa contextualizando os primeiros nomes que lhes foram dados por outras travestis, ao mesmo tempo explicitando a dinâmica que existia nessa comunidade sobre a imposição de um “nome” dado, na maioria das vezes, pela travesti “mais velha”, seja pela perspectiva geracional ou espacial.

Assim, Rebeca relembra rapidamente algo que já havia narrado referente à sua descida na “avenida” (ver capítulo II), a partir do convite lançado por Camila (também colaboradora desta pesquisa). Na semana seguinte ao convite, Rebeca levou para casa de Camila uma peruca loira: “da época que eu gostava de descer nesses blocos de, blocos de... de piranhas né? ”, mais um vestido e um sapato de salto que mal cabia no seu pé, podendo vê-lo pelo “lado de fora”. Esses apetrechos socialmente femininos foram utilizados em momentos que antecederam ao chamado e a chegada ao campo de trabalho sexual, e a narradora explicita tal sentimento sobre esse universo ao dizer: “eu adorava quando era carnaval, que eu queria que chegasse carnaval, que eu queria me vestir de mulher. Adorava!”³⁶

Após construir a performance de gênero³⁷ e seguir para “avenida” na Bola da Suframa junto de Camila Dantas, as outras meninas perguntaram como se chamava, o

³⁵ POMPEU, Ana. STF autoriza pessoas trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>. Acesso em: 3 jan. 2020.

³⁶ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

³⁷ Judith Butler argumenta que a performatividade de gênero refere-se a uma gama de atos contínuos de expressões e traços que objetivam criar uma identidade, seja ela masculina ou feminina, podendo ser efêmera ou não, dentro dos espectros da linguagem e da materialidade social ditada pelas estruturas de

que, prontamente, afirmou que ainda não tinha um nome que a definisse. Essa questão foi resolvida rapidamente através da observação dos aspectos físicos e outros aparelhos que compunham a performance de Rebeca, naquela noite.

“Ai você parece a Vera Fischer. Vou colocar de Vera”. Aí nessa noite me chamaram só de Vera; Vera pra cá, Vera pra lá. Aí tá, foi no final de semana, né?!, fiquei sábado e o domingo a tarde lá com a Fifi. Na verdade, só batalhei o sábado à noite e no domingo a gente ficou lá³⁸.

A intervenção das outras trans sobre a autodenominação rendeu-lhe posteriores reflexões sobre si diante de uma comunidade que exigia uma conduta de gênero feminina, incluindo o nome. Foi nesse sentido que, ao voltar para casa na segunda-feira, ficou “pensando ‘qual nome?’”. Talvez o nome que lhe atribuíram na “avenida” gerou desconforto, pois não a definia enquanto sujeito que acabara de conhecer o “universo das travestis”, marcado principalmente pelo exercício do trabalho sexual. Neste sentido, assistindo um filme protagonizado por Rebecca De Mornay - uma atriz estadunidense, loira e branca - em que sua personagem consistia numa prostituta que “levava porrada e tudo, mas no final saia vitoriosa”, “aquele filme ficou na minha cabeça”. Observando possíveis aspectos físicos que poderia adotar, como o cabelo loiro, a colaboradora foi mais além e tomou para si as vivências da prostituta que, embora sofresse violações de diversas naturezas, conseguiu superar as humilhações e saiu vitoriosa, como se seu destino estivesse predeterminado a partir da interpretação feita do filme³⁹.

Decidida a colocar, então, “Rebecca com dois ‘C’” – talvez também uma homenagem à atriz – acrescenta que as travestis na década de 90, deveriam adotar um sobrenome, preferencialmente famoso e impactante ao ser mencionado: “porque antigamente a gente não tinha nome social, não era nome social que a gente tinha, era

poder. As expressões de gênero, portanto, fabricam as identidades sociais que, ao mesmo tempo, produzem “os corpos no interior das categorias de sexo e por meio delas”. Ressalvamos que os corpos trans são, em grande medida, produzidos a partir dos atos performativos hegemonicamente estabelecidos pelas categorias de gênero – e não de sexo –, mas que por subverterem o que foi pré-estabelecido pela sociedade antes mesmo do nascimento, constitui um modelo de enfrentamento contra os sistemas regulatórios, adotando um estilo de gênero específico. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 9. SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução: Guacira Lopes Louro. 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 90-91.

³⁸ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

³⁹ *Ibidem*.

nome de guerra, tá?! era nome de guerra, então, a gente sempre quando escolhia um sobrenome, assim, um sobrenome que chamasse atenção, que fosse famoso”.⁴⁰

Nesse interim, Rebeca Carvalho teve dois exercícios para legitimar a identidade de gênero e ser reconhecida pela população trans. Referimo-nos ao nome e sobrenome de “guerra”. Perscrutando um sobrenome que se adequasse ao prenome e valorizasse a subjetividade trans que estava construindo, Carvalho contou:

Eu tinha um perfume em casa, que eu adorava, que era do Yve Saint Laurent, né?!; Aí eu tirei o Yves e coloquei Rebecca Saint Laurent. Aí, pronto, pegou! Pegou tanto que muita gente, naquela época: “E aí, Saint Laurent, como é que tu tá?”. Me chama de Saint Laurent até hoje.⁴¹

As memórias trans, nesse sentido, evidenciam os processos sociais pelos quais os/as narradores/as forjam suas identidades de gênero, gerando permanências e rupturas no cotidiano social. Dessa forma, memória e identidade são fatores presentes quando analisamos as memórias dos sujeitos que, durante a relação dialógica nas entrevistas, constroem e pleiteiam características específicas que moldam suas identidades. Para o sociólogo austríaco Michael Pollak, a identidade social nada mais é do que a “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua representação”, bem como a “maneira que quer ser percebida pelos outros”.⁴²

Retornar ao passado para compreender a construção da subjetividade e identidade travesti, mobiliza interpretações sobre o reconhecimento social e jurídico por parte do Estado no que tange ao direito da expressão e identidade de gênero autopercebida. Nesse sentido, trazer à baila o evento do cartório de registro civil e o erro durante a retificação do nome constitui, de certo modo, a retirada de um pedaço da identidade em (re)construção há mais de 25 anos. Entre risadas referentes ao fato, Rebeca nos contou que

hoje meu nome agora é Rebeca com um “C” que o rapaz lá do cartório colocou só com um “C”; eu até falei: “não, mas meu nome é com dois “C”!; “Ah, então tu deixa tua certidão aqui e na semana que vem tu

⁴⁰ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na residência no bairro Alvorada.

⁴¹ *Ibidem.*

⁴² POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 204, 1992.

pega”. [Eu] “Aí, não, fica só com um ‘C’ mesmo, e tá bom”, não queria mais prolongar essa demora não⁴³.

Por muito tempo o Estado brasileiro negou o direito ao nome e à identidade sexual e de gênero às pessoas que desejavam a mudança nos documentos civis. A narrativa de Rebeca sobre o cotidiano nos espaços jurídicos, como nos cartórios de registros civis, é um dos muitos exemplos de experiências que pessoas trans passam para serem reconhecidas enquanto cidadãs. O preconceito escancarado pode ser analisado quando a famosa modelo e ícone transexual, Roberta Close, em 1995, teve negado o processo de modificação do registro de nascimento. Este fato foi reinterpretado e publicado pelo *Jornal do Comércio*, em que a revista *CONTIGO!* telefonou para Roberta Close, que estava residindo em Zurique, Suíça, dando “uma má notícia: de que nada adiantou submeter-se à cirurgia para mudança de sexo”, porque uma turma de desembargadores do Rio de Janeiro decidiu que Roberta Close não atualizaria o registro de nascimento, nem os documentos subsequentes, mesmo que já estivesse realizado a cirurgia de redesignação sexual⁴⁴.

No dia 10 de maio, três desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio decidiram, por unanimidade, que Roberta Close vai continuar chamando Luís Roberto Gambine Moreira e que em seus documentos constará sexo masculino⁴⁵.

Três anos antes, em dezembro de 1991, Roberta Close havia conquistado, judicialmente, o direito à mudança de sexo e nome nos documentos civis diante da sentença da juíza Conceição Mousnier. Sendo um ato simbólico de resistência e vitória por Roberta Close, tendo em vista as violações de direitos humanos de travestis e transexuais à época, o inesperado ocorreu por meio do recurso protocolado pela promotora de justiça Marilza Mendes, em que apresentou o argumento de que “pela lei da natureza, só existem dois sexos: masculino e feminino”. Provavelmente não satisfeita em somente reproduzir argumentos biologizantes como definidores de gênero, objetivou

⁴³ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

⁴⁴ “Roberta close desabafa: ‘nunca mais volto ao Brasil’”. *Jornal do Comércio*, nº 36.367, 05/06/1994, p. 5. A revista mensal “CONTIGO!” surgiu em 1963 e lançada pela editora Abril, sendo vendida para a editora Caras, em 2015. A revista finalizou suas atividades em dezembro de 2018 por falta de assinantes. Desde o início seus editoriais apresentavam temas como telenovelas, celebridades, músicas, cinema e jornalismo de entretenimento.

⁴⁵ “Roberta close desabafa: ‘nunca mais volto ao Brasil’”. *Jornal do Comércio*, nº 36.367, 05/06/1994, p. 5.

deslegitimar a feminilidade de Roberta, convencendo “(...) os desembargadores que essa operação não alterou a realidade de Roberta, que nasceu homem”.⁴⁶

Os sentimentos de surpresa, tristeza, raiva e indignação orbitaram nos argumentos seguintes de Close para a revista *CONTIGO!* que foi reproduzida pelo *Jornal do Comércio*. Considerando a decisão dos desembargadores como maldade, Close interpelou o entrevistador, e a sociedade de modo geral, no intuito de reafirmar sua mulheridade: “Como é que uma mulher não pode ter documentos de mulher?”.⁴⁷

A interpelação de Close sobre a garantia da cidadania para as pessoas que se autorreconhecem (separação vocabular) como mulheres ou homens é um importante dado diante da percepção de si e dos seus pares, enxergando essa medida do poder judiciário como perseguição.

Rebatendo a discriminação com discriminação, Close afirmou que, no Brasil, o que é “valorizado” são as pessoas que “se vestem de mulher dizendo que se chama João, como Rogéria faz”.⁴⁸ Porém, quando surgiu uma transexual fina e “com uma vida diferente”, automaticamente questionaram e negaram o “direito a uma vida digna”, limitando o deslocamento espacial e social somente nos “redutos gays como a Galeria Alaska”.⁴⁹ A notícia finaliza com a fala da mãe de Roberta Close, que decidiu lutar pela filha e recorrer da decisão judicial: “Não se pode desperdiçar uma vida por preconceito”.⁵⁰

⁴⁶ “Roberta close desabafa: ‘nunca mais volto ao Brasil’” *Jornal do Comércio*, nº 36.367, 05/06/1994, p. 5.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ Rogéria nasceu no município de Cantagalo, Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1974. Ela iniciou sua carreira como maquiadora na TV Rio, vindo a ser atriz em meados dos anos 1960. A “travesti da família brasileira”, como se intitulava, atuou em filmes, novelas e foi jurada de concursos e programas de auditório, tendo como um dos seus últimos trabalhos o espetáculo “Divina Divas”, dirigido por Leandra Leal, “para comemorar os 50 anos de carreira da atriz e de outras travestis pioneiras”. Rogéria faleceu em 2017, no Rio de Janeiro, aos 74 anos. “Atriz Rogéria morre aos 74 anos no Rio”. *G1 Rio*, 04 set. 2017, pag. Online. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/atriz-rogeria-morre-aos-74-anos-no-rio.ghtml>. Acesso em: 25 dez. 2020.

⁴⁹ “Roberta close desabafa: ‘nunca mais volto ao Brasil’”. *Jornal do Comércio*, nº 36.367, 05/06/1994, p. 5. Galeria Alaska foi um espaço que abarcava diversas boates e bares, inclusive a boate Stop, onde ocorreu o primeiro show *Les Girls*, em 1964, tendo entre suas integrantes, a atriz travesti, Rogéria. A Galeria Alaska se encontrava em Copacabana, no Rio de Janeiro. MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EduFSCar, 2014.

⁵⁰ “Roberta close desabafa: ‘nunca mais volto ao Brasil’” *Jornal do Comércio*, nº 36.367, 05/06/1994, p. 5.

O cruzamento das fontes orais e escritas aqui posto para entender alguns feixes do percurso histórico da população trans brasileira perpassa as complexidades impostas por uma sociedade que, historicamente, negou os direitos humanos de comunidades, grupos e classes em situação de minorias⁵¹. Assim, os sentidos inerentes às falas tanto da colaboradora Rebeca Carvalho, quanto de Roberta Close no *Jornal do Comércio*, forneceram subsídios acerca do que estava em jogo para o reconhecimento social e jurídico das identidades trans, em diferentes esferas, seja entre colegas travestis nos espaços de trabalho sexual, seja numa perspectiva internacional onde houve a efetivação do gênero feminino por meio de uma sentença judicial.

A tutela do Estado, nesse sentido, limita os direitos sociais de travestis e transexuais, tomando como exemplo o questionamento de Close sobre a impossibilidade de pessoas trans terem direito a uma vida digna. Simultaneamente, o não reconhecimento de travestis e transexuais como cidadãs e cidadãos, implica um ostracismo das vidas trans relegadas à marginalização e à vulnerabilidade, tornando a violência e a humilhação como recursos para a normatização dos sujeitos dissidentes. Ademais, tratando-se de uma travesti e uma mulher transexual advindas de classe sociais distintas, cuja primeira – Rebeca Carvalho – aponta como o reconhecimento da identidade trans se dá, inicialmente, entre as próprias trans; com a segunda – Roberta Close – a proteção do seu espaço de fala pelo fato de ser famosa, garantiu a repercussão dos argumentos sobre suas experiências em diversos meios de comunicação, seja no Brasil ou no exterior⁵².

Julgamos que refletir as experiências trans a partir da interseccionalidade de marcadores sociais possibilita o distanciamento do silenciamento histórico de pautas

⁵¹ Segundo Geneviève Koubi, não há minoria em si, mas situação de minoria, cujo constrangimento fundamenta e caracteriza a “situação de minoria”. Além disso, tal situação conjectura submissão, hierarquização e desvalorização dos grupos minoritários nas relações de poder com o Estado. KOUBI, Geneviève. Entre sentimentos e ressentimentos: as incertezas de um direito das minorias. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e Ressentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 527.

⁵² No livro *Empoderamento*, Joice Berth assevera que, ainda que sujeitos advindos de grupos subalternizados tenham ascendido socialmente e construído um pensamento crítico sobre a realidade de desigualdades sociais em relação ao demais, isso “não retira a dimensão estrutural que o coloca sob situações degradantes”. Essas palavras acertadamente explicitam o caso da modelo transexual Roberta Close, no que tange aos percalços pelo direito de reivindicar, em diferentes esferas de poder, o reconhecimento de uma mulheridade. Mais ainda, chama nossa atenção para necessidade do empoderamento individual e coletivo dos sujeitos considerados abjetos referentes à construção de pensamentos críticos sobre a imposição de um cotidiano limitador e excludente. BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019. p. 55.

específicas que devam ser analisadas longe de simplismos e da “tentação de universalidade que exclui”, tornando necessário a “ressignificação das identidades, sejam elas de raça, de gênero ou de classe, para que se pudessem construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade de sujeitos que foram implícitos dentro dessa normatização hegemônica”.⁵³

Para Nichole Oliveira - mulher transexual, negra, periférica, nascida em 1971 – as primeiras percepções da transexualidade não é datada, mas localizada na infância, pois até os seis anos compreendia-se como menina, mas que à medida que foi crescendo e passou a frequentar outros espaços sociais, como a escola CISnormativa, apreendeu que as modificações corporais que ocorreriam, e os papéis de gênero que obrigatoriamente deveria exercer de acordo com a cis-heteronormatividade, implicaram na: “(...) certeza que eu não ia ser a minha mãe, que eu ia ser o meu pai”. Sob o julgo da discriminação e da humilhação, afirma que Nichole propriamente dita nasceu em 1989⁵⁴.

Narrando sobre o processo de identificação com o feminino, pontuou que a escola não acompanhou a sua transição, mas forneceu os principais subsídios para prosseguir com a transição de gênero. Um desses elementos, do ponto de vista transgênero, era o nome social, ou como era chamado “nome de guerra”. Desse modo, já usando “roupas gayzadas” e compreendendo-se como guei, pois era a única alternativa identitária que existia⁵⁵:

A Nichole nasceu no ensino médio, porque as gays tinham nome de mulher, não é? Tinham nome de guerra, tinham nome de guerra, toda gay tinha nome de guerra: “O meu nome é fulano de tal mas o meu nome de guerra é ‘a fulana’”, então tinha essa coisa, não é? Aí no ensino médio eu fui batizada como Nichole⁵⁶.

⁵³ RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, p. 42-43.

⁵⁴ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

⁵⁵ O etno-historiador e ativista guei, Luiz Mott, sinaliza que nos anos 80 do século passado, o conceito “gay” era utilizado como termo guarda-chuva que abrigava diversas expressões de gênero e sexualidade, pois “(...) travestis e transformistas desfilavam em concursos e bailes de ‘miss gay’, lésbicas como a cantora Marina Silva, Martina Navratilova e a travesti Rogéria autodeclaravam-se gay”. Isso não significa limitação ou silenciamento de outras categorias identitárias, mas que a autoafirmação como guei num momento histórico obscuro dava margens para debates, reflexões e afirmação política de novos sujeitos com novos modos de ser e estar na sociedade. MOTT, Luiz. *O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia*. In: *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1ª ed. – São Paulo: Alameda, 2018, p. 216.

⁵⁶ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

Interpelada sobre a atribuição do nome se havia alguma inclinação pessoal, ou mesmo um ritual para indicação, a colaboradora afirma, bruscamente, que não havia e que o gueto guei que atuava, dizia: “O teu nome de mulher vai ser Nichole!”. Porém, para ela não significou apenas um nome feminino, em que ao finalizar o ensino básico haveria grandes chances de esquecer, mas um poderoso sinal de aproximação com o universo feminino. Tal fato motivou uma narração impregnada de sentidos ao dizer que, ao ser nomeada Nichole “parece que veio, enfim, a minha roupa que eu gostaria de vestir”, um sentimento que perpassa as experiências de pessoas trans pois configura, de tal modo, valorização e reconhecimento de humanidade⁵⁷.

Ademais, embora naquele momento ainda não pensasse ou tivesse conhecimento sobre a transição de gênero, tomou como bandeira de luta o direito de ser reconhecida como Nichole, asseverando que o nome imposto pela sociedade não havia mais significado, esvaziado de simbolismos e sentidos que determinavam os limites para construção de si. Por isso, diferentemente dos seus pares que verbalizavam dois nomes – de registro e de “guerra” –, dali em diante a identificação com o nome proposto modificaria sua vida.

Aí começou a porrada em casa, com os vizinhos, com os colegas do bairro, mesmo eu ainda não tendo passado pela transição da transexualidade, mas eu já queria ser chamada de Nichole porque ali eu já me identifiquei, tá? Então quando eu... eu passei a ser travesti, quando eu achava que eu era uma travesti, então eu já era Nichole. A Nichole já tava lá, ela já tinha nascido, ela nasceu na época que eu achava que era gay⁵⁸.

Para além de visibilizar a produção de novas subjetividades e, conseqüentemente, novas formas de existir, queremos entender como esses atos de coragem, lembrados e narrados, escancaram a historicidade das ideologias e dos dispositivos emaranhados no sistema *cis-hetero-sexista* que deslegitima qualquer movimento de identificação com que não corresponde ao dimorfismo biológico. Travando embates com familiares, vizinhos e colegas para ser respeitada como Nichole, “foi uma coisa assim de precursora”, pois, como sinalizou, o ambiente escolar produziu subsídios para o autorreconhecimento, *a priori*, como menino guei, depois como travesti e, por fim, como mulher transexual, estágios identitários que possibilitaram a

⁵⁷ **Nichole Oliveira.** Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

⁵⁸ *Ibidem.*

construção de redes de sociabilidade, aprendizados e percepção crítica sobre parte da realidade da comunidade LGBT manauense⁵⁹.

Sobre o “processo de identificação”, Berenice Bento argumenta que, tal conceito, “(...) possibilita uma aproximação com os movimentos para construção desses pontos de fixação temporários, vinculando-os à contingência da experiência e não à aplicação de uma lei exterior”. Desse modo, ao mesmo tempo em que procuramos pontos de identificação dentro de coletividades culturais, alargando as possibilidades de reconhecimento social por meio de modelos idealizados, temos, por outro lado, a negação do “outro” e de tudo que lhe remete. Referimo-nos, aqui, a experiência de Nichole ao se identificar/repudiar os modelos culturais dos grupos de gays e travestis que se relacionou, enfrentando, assim, “(...) uma luta de carne, uma luta de fronteiras, uma guerra interior”. Simultaneamente, era rejeitada por parte dessas coletividades justamente porque a colaboradora não se enquadrava nas normatizações de homem e mulher cisgêneros, questionando “os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador”.⁶⁰

Então, já tava há quatro anos morando na Zona Leste. Então eu já conhecia vários homossexuais, várias travestis, várias lésbicas, bissexuais, então eu fui de turma em turma. Quando eu conheci homossexuais... “ah, então é isso, homem que gosta de homem. Ah, é isso, eu sou homossexual”. Mas eu não sou homem, a minha cabeça não é de homem. Então quando eu comecei a ser rejeitada pelo grupo dos homossexuais, eu comecei a ver que eu não era um. Porque tipo assim, eles tinham uma atitude que eu não tinha. A minha cabeça, a minha atitude era outra, a deles era completamente diferente. Então tipo assim, eles me incriminavam... eles me criticavam, diziam: “não, você não tem que ser assim, você tem que ser assim”. Eles me indicavam a ser igual a eles, aí eu disse: “não, eu não sou assim! Eu quero usar roupa de mulher, eu quero ser mulher. Eu quero usar roupa de mulher, eu quero ser passiva, isso não é ser homossexual!” Então eu aprendi isso na prática⁶¹.

⁵⁹ **Oliveira** narra que nesse tempo “[...] já nos anos 90, já quando começou a formar a associação LGBT, na época não era LGBT, eram só três letras, não é? É... as trans e as travestis não foram inclusas nessa... eram só gays, lésbicas e simpatizantes. Era só GLS, então tipo assim, o “T” ainda nem tava na época”.

⁶⁰ BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3ª ed. Salvador: Editora Devires, 2017, p. 202. ANZALDÚA, Glória. La consciência de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 324.

⁶¹ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

Definido a homossexualidade, ao primeiro olhar, estritamente como relacionamentos afetivo-sexuais entre homens cisgêneros, Nichole ligeiramente se identificou. Porém, com o tempo, questionou-se sobre a construção de uma identidade atrelada à homossexualidade, pois não se enxergava como homem, afinal “a minha cabeça não é de homem”. Clarificando os modos e jeitos de se comportar distintos das formas que gueis agiam, mobilizaram a aversão e ojeriza sobre Nichole. Ao mesmo tempo em que seus pares a criticavam, imputando a cisgeneridade como único modelo aceito na sociedade, reforçavam o binarismo e o dimorfismo sexual, podando qualquer tentativa de outras identidades não-hegemônicas, existirem. Ao fim, postulando sua diferença em relação aos gueis, considerou pertinente em sua vida os desejos em “roupa de mulher”, “ser mulher” e “ser passiva”, repelindo na prática social, o “ser homossexual”.

Querendo se encontrar individual e coletivamente, Nichole novamente mergulhou em outro universo objetivando “um lugar ao sol” dentro da comunidade de gueis, lésbicas e travestis do final dos anos 80. Assim, conheceu e se reconheceu nas travestis uma *performatividade de gênero* que apresentavam, reconstruindo a representação social da travesti como uma “pessoa do sexo masculino, mas que gosta de se vestir de mulher, que gosta de ser mulher, que se identifica com o sexo feminino”. Não obstante, o trabalho sexual exercido pelas travestis foi um empecilho para a total identificação com essas sujeitas, porque “não quero me prostituir”, além de não querer ser ativa nas relações sexuais que, certamente, existia no trabalho sexual protagonizado por travestis. Todavia, o maior incômodo estava na relação estabelecida entre ativo/pênis, cuja representação social do “falo” e o capital sexual inerente, no que tange às hierarquizações e desigualdades históricas entre homens e mulheres, obstruía a construção de outro modo de experiência trans⁶².

Impulsionando uma rede de amigas com gueis, lésbicas e travestis no bairro São José, Nichole se percebia deslocada, estando em um não-lugar relativo aos códigos de conduta daqueles sujeitos. Tentando se encontrar para além dessas categorias de experiências e de identidades, Nichole junta e uni especificidades de cada grupo pelo

⁶² **Nichole Oliveira.** Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

qual passou, produzindo uma “criatura tanto da luz como da escuridão (...)”, questionadora das definições, dando assim “novos significados” a si e ao seu viver⁶³.

Objetivando se deslocar das formas historicamente cristalizadas de gênero, Nichole teve contato, em 1989, com um dos livros da sexóloga e política Marta Suplicy, onde conheceu o termo transexual e o conhecimento sobre a transexualidade⁶⁴. Por intermédio da fala, as lembranças foram tecidas da seguinte maneira sobre essa brilhante experiência:

Uma vizinha me emprestou um livro da Marta Suplicy falando sobre sexo, aí lá tinha explicando didaticamente o que era homossex... que na época era homossexualismo, né? Bissexualismo... o que era lésbica, o que era transexualismo. Aí quando eu li transexualismo, que eu vi que tinha um tratamento, que tinha uma cirurgia, aí “plim!” descobri porque que eu não da... porque que eu não dou certo... Aí o preconceito só aumentou porque eu não era aceita... quando eu descobri o que realmente eu era, não é? Quando eu descobri realmente sobre a minha transexualidade aí foi que piorou a rejeição⁶⁵.

Foi por meio da leitura desse livro que Nichole se empoderou, produziu uma consciência crítica num “plim” e exigiu o reconhecimento da sua experiência transexual. Concomitantemente, entrelaça tal possibilidade criativa de si enquanto sujeito transexual com a cirurgia de “mudança de sexo” (redesignação sexual), como um método médico que solucionaria seus problemas e, assim, daria legitimidade à sua mulheridade. Todavia, a afirmação de uma experiência transexual – diga-se identitária – recrudesceu a rejeição por parte da comunidade GLT da qual fazia parte: “isso aí era uma coisa doida, eu era louca, transexuais eram pessoas loucas, transexuais eram pessoas castradas, sabe?”, havendo, em última instância, a concepção de que “se não tinha órgão sexual, não tinha sexualidade”.⁶⁶

⁶³ ANZALDÚA, Glória. La consciência de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 327.

⁶⁴ Considerando os dados fornecidos pela colaboradora, pressupomos que o livro de Marta Suplicy que Nichole tenha lido e se identificado talvez seja o “Conversando sobre Sexo”, lançado em 1983. Porém não descartamos a possibilidade de ser, também, o livro “Sexo para adolescentes”, publicado em 1988. Ambos tratam de questões fundamentais de gênero, sexualidade, reprodução, HIV/Aids, homossexualidade, lutas feministas.

⁶⁵ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

⁶⁶ Um importante fragmento evidenciado pela colaboradora sobre as segregações antes do recrutamento de Organizações LGBTs consiste: “Cada um no seu balé, gay com gay, lésbica com lésbica... o que não mudou muito, mas já tá um pouco mais quebrado, né? Então tipo assim, quando a

O estigma e a abjeção são traços que rodeiam a história da população trans no Brasil. O historiador brasileiro Elias Veras, junto com o sociólogo espanhol Oscar Guasch, argumentam que, entre 1970 e 1980, os meios de comunicação foram importantes dispositivos para construção da representação da travesti como sujeito estigmatizado. Definem que os sujeitos estigmatizados são aqueles e aquelas “inabilitados/as a uma plena cidadania”, ou seja, considerados não-humanos. Conjuntamente, a abjeção concerne às “(...) zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, densamente povoadas por aqueles que não gozam de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.” Para tanto, tais elementos personificam as experiências travestis e, de modo ampliado, para as/os transexuais, explicitando a margem e as disputas hierárquicas de gêneros e sexualidades, contadas por Nichole Oliveira⁶⁷.

Num movimento pendular, entre o passado e o presente, específico do método historiográfico aqui empregado, Nichole elaborou o mesmo exercício de Rebeca Carvalho ao considerar a “troca de nome muito importante” para a existência e o emprego da cidadania às pessoas trans. Sobre isso, reflete que a luta travada na escola e em casa pelo direito à identificação e reconhecimento social fora perdida, pois deixou de estudar por causa do seu nome: “eu me sentia muito constrangida com o meu nome. Foi uma derrota que eu tive, não é?”. O receio e a vergonha do nome masculino, dos tratamentos no masculino, das interpelações grosseiras executadas sobre seu corpo, típicos da sociedade heteronormativa que vivemos, levaram-na a uma “derrota” no campo da educação⁶⁸. Além do mais, a resistência e os contradiscursos produzidos no seu passado para demarcar a sua identidade e seu espaço social, atravessa as histórias de grande parte das pessoas trans, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, em que, assim como a colaboradora e o antropólogo Luiz Mott supracitados, as travestilidades e

gente tem uma associação LGBT, é... tem um pouquinho de divisão, mas já foi bem pior”. **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

⁶⁷ VERAS, Elias Ferreira; GUASCH, Oscar. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). *História, histórias*. Brasília, v. 1, n. 5, p. 41-42, 2015.

⁶⁸ Para a filósofa estadunidense Judith Butler, a heterossexualidade compulsória produz e reproduz regimes de poder/discurso como unívoco e hegemônico, regulando e governando, sobre os corpos de pessoas, práticas de gênero que rompem com as categorias de sexo, gênero e sexualidade estabelecidas como “normais”, escancarando sua fragilidade pelas categorias travesti e transexual. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 11 e 43.

transexualidades estavam diluídas no rio monocromático das homossexualidades. Assim, durante a entrevista, Nichole Oliveira revelou que voltou a estudar depois que trocou de nome: “porque antes eu não tinha coragem de entrar numa sala de aula, voltar a estudar de jeito nenhum”. Logo em seguida, definiu-se como uma “uma trans binária, com um grau de intolerância? Um grau de incongruência sexual muito alto, por isso que eu quero a cirurgia”.⁶⁹

A imprescindível dinâmica entre história oral, memória e identidade social nesta seção, traz à baila a observação de Michael Pollak sobre a parte constituinte do processo de identidade trans concernente à imagem construída que “apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. A ligação entre memória e construção da identidade social é evidente na costura das lembranças sobre os sentidos de “fazer-se trans”. Com isso, a história oral move questionamentos sobre o sentido equivocado da expressão “dar voz” àquelas que, ingenuamente, são compreendidas como vítimas⁷⁰. Pelo contrário, temos o dever, como historiadoras/es de dar escuta e atenção para o que têm a nos dizer sobre suas experiências, que generosamente nos cedem, como também ampliar as disputas por memória. Vislumbramos, então, a trajetória de personagens históricas para além das fronteiras socioculturais hegemônicas, não medindo esforços para produzir uma análise substancial que visibilize outras formas

⁶⁹ **Nichole Oliveira.** Entrevista realizada em 06 de maio de 2019 no Amazonas Shopping. Sobre a questão do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero necessário para a realização da cirurgia de redesignação sexual almejada por algumas mulheres transexuais e homens trans, Judith Butler demonstra os diversos efeitos do diagnóstico de gênero como forma de atestar a transexualidade e, consequentemente, a possibilidade, ou não, do acompanhamento médico e da cirurgia almejada. A crítica da autora refere-se à ocultação da “autonomia trans” sobre si e intensificação de diagnosticar as transexualidades enquanto transtorno mental, sendo preciso perguntar “(...) se a aceitação do diagnóstico leva, de um modo mais ou menos consciente, a uma certa sujeição aos diagnóstico fazendo uma pessoa internalizar alguns aspectos dele, concebendo a si mesma como mentalmente ‘doente’ ou ‘em falta’ com a normalidade, ou ambos, mesmo que essa pessoa busque assumir uma atitude puramente instrumental frente aos termos desse diagnóstico”. BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [1], p. 103, 2009.

⁷⁰ No que diz respeito à expressão equivocada “dar voz”, a historiadora brasileira Marta Rovai explica que os historiadores orais e outros profissionais que utilizam em seus trabalhos as fontes orais, especialmente de grupos subalternizados, não dão voz ou falam por sujeitos invisibilizados, mas que o dever consiste em “oferecer-lhe ouvidos e olhos atentos” diante de experiências de vida que, em grande medida, não “pode ser descrito ou nomeado explicitamente”. Tal atitude dos historiadores orais contribui para iluminar as injustiças sociais, ou seja, temos o papel de denunciadores das violências e indiferenças com a dor, o sofrimento, a alegria, em suma, as emoções inerentes às histórias “sem importância”. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 142-143, 2013.

de mulheres, soltando gritos ensurdecedores e acenos constantes para que Clio retire as traves dos olhos e os tampões academicistas dos ouvidos para, finalmente, escutar e registrar a vida daquelas e daqueles que estiveram/estão num *locus* social silenciado e marginalizado⁷¹.

Como bem colocou a filósofa estadunidense Judith Butler, sobre as histórias de vida ser histórias de transformação, especialmente porque categorizações fechadas e irreduzíveis impossibilitam os processos de identificação e mudanças, não necessitando ser “sempre como coerentemente heterossexuais ou homossexuais”, ou cisgêneros. Nesse sentido de valorização das histórias de vida e suas múltiplas direções de transformação, tendo em vista o direito de escolha e a autocompreensão que, Flor de Lis, uma mulher transexual manauense, aos 59 anos de idade, narrou que sua vida como transexual é um ativismo que pratica desde que se compreende enquanto pessoa trans. Considerando uma luta que travou muito cedo, sobretudo pelo seu espaço e pelo direito de “ser o que eu queria ser”.⁷² Flor de Lis nos contou que à época que se auto identificou como mulher trans, era um momento complexo e delicado para as pessoas trans vivenciarem suas identidades com o mínimo de segurança possível.

(...) porque na época que eu comecei a me reconhecer ainda era ditadura, né?! ainda era 70/80 ainda era ditadura, que o país ainda era governado por militares, ainda. Então era difícil para as pessoas trans conviverem porque não existia nenhuma lei, não existia políticas, não existia nada a favor... a favor das trans, das travestis, então as travestis eram consideradas... era... era... chamada de bonecas, ou então eram chamadas de... pera aí... boneca "ai a boneca", ou então era transformista. Então não tinha respeito, respeito nenhum!⁷³

Diante disso é possível visualizar as incertezas na vida de sujeitos que se identificavam e desejavam vivenciar modos de sexualidade e de gênero para além dos horizontes normativos, cuja instalação de governos repressores reforçava os estereótipos de ser homem e ser mulher na sociedade, objetivando impedir qualquer “deslize” que comprometesse a política hetero-moral. Talvez Flor de Lis não estivesse tratando apenas das forças da ordem materializado e incorporado na Polícia Militar, mas também nas

⁷¹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº, 10, 1992, p. 204.

⁷² BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 1, n.19, p. 101, 2009. **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 14 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

⁷³ **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 14 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

atitudes discriminatórias ordinárias, limitando as perspectivas de existências diversas. Ademais, das narrativas de Flor de Lis pululam terminologias empregadas aos sujeitos que expressavam uma performatividade de gênero feminina, fazendo uso de aparatos feminizados para construção das suas identidades e expressões, a saber, “boneca” e “transformista”. Desta feita, o literato brasileiro, Luiz Morando, aponta que a conexão discursiva e anedótica que a imprensa utilizava para se referir às travestis e homossexuais num cenário conservador e de vigilância aos costumes na ditadura, era um meio de desqualificar e depreciar, pedagogicamente, os modos de viver desses sujeitos. Especialmente para o termo boneca, Morando discute que “(...) ao longo da década de 1960, o termo boneca, antes empregado se referir às belas do *society*, passou a ser utilizado como sinônimo de travesti”.⁷⁴

Para mais, por meio das informações fornecidas pelas lembranças de Flor de Lis que a historicidade do sujeito travesti está atravessada por dois caminhos etimológicos: primeiramente, até meados dos anos 1970 “travesti” se referia aos sujeitos que se “travestia” com acessórios do gênero oposto, isto é, “o termo é aplicável (...) aos festejos de carnaval para os homens que utilizavam fantasias femininas, ou para o caricato do bloco de sujos, ou no âmbito do Baile dos Enxutos”. O segundo caminho atine ao reconhecimento e afirmação da identidade travesti pelas travestis, configurando como um ato político de ser o que queriam ser⁷⁵.

Embora o período complexo narrado por Flor de Lis para travestis, transexuais e homossexuais extrapole a temporalidade delimitada para esta dissertação, consideramos importante analisá-la por duas razões: primeiro porque evidencia as “temporalidades internas” que constituem as lembranças das colaboradoras, isto é, micro acontecimentos que produzem e dão sentido as vivências das pessoas, e que podem ou não estarem ligados aos macro acontecimentos, “desfazendo as linhas de continuidade histórica”.⁷⁶ A segunda razão toca às implicações de fazermos tábula rasa das histórias trans manauenses que buscamos descortinar, podendo ser compreendidas a partir de duas questões subjacentes: a primeira diz respeito ao deslocamento de

⁷⁴ MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EduFSCar, 2014, p. 69-70.

⁷⁵ *Ibidem.*, p. 69.

⁷⁶ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2013, p. 32.

visibilidade de modos culturais transgêneros do sul e do sudeste em direção a espaços geográficos com dinâmicas específicas, no caso Manaus, uma pequena parte da imensa região amazônica. A segunda questão está atrelada à noção de travestilidade e transexualidade intrínseca nas subjetividades das colaboradoras desta pesquisa, tendo em vista às rupturas e permanências que confeccionaram os corpos, as subjetividades, as relações familiares e sociais, os específicos campos de trabalho. Além do mais, são personagens históricas que transformaram suas experiências, seu passado, em potenciais transformadores da presente/futura realidade trans.

A síntese das reflexões anteriores pode ser apreendida quando Flor de Lis contou sobre as duas alternativas que uma travesti ou mulher transexual deveria escolher, numa época de recessão, ocultamento, silenciamento. Ou “você tinha que aceitar, você tinha que evitar”, ou seja, aceitar os enunciados normatizadores de gênero e sexualidade, como únicas formas aceitáveis na sociedade, evitando subverter as ideologias reguladoras do sistema heterossexual para não sofrer represálias e limitações políticas, econômicas, trabalhistas, humanas⁷⁷. “Ou então você tinha que enfrentar, brigar” pelo direito aos espaços públicos, pela identidade autocompreendida, pela permanência da sua humanidade. Lis concluiu dizendo então que, por esses motivos: “sempre fui ativista, né? Desde essa época, sempre lutando por isso, impondo, me impondo, onde é meu lugar e eu vou ficar, vou ficar porque é meu lugar, e eu mereço!”.⁷⁸ Certamente ela optou pela segunda alternativa.

Em alguns momentos de sua vida considerou-se como “doida” por ter desestabilizado as normatizações de gênero, as resistências ante as investidas violentas da polícia nos pontos de trabalho sexual, como também às reações violentas dos “namorados” a ponto de sair da cidade de Manaus, em meados dos anos 70, em direção a uma “fascinante” Europa idealizada como um “mundo das travestis”, onde todas têm uma pretensa liberdade e podem “se encontrar”. Ao contrário de um Brasil visto como “o maior exportador de travestis”, composto por uma sociedade “(...) hipócrita. Elas são hipócritas sempre! Até agora são hipócrita. De dia é uma coisa (pontuação) de noite é

⁷⁷ Flor de Lis. Entrevista realizada em 14 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

⁷⁸ *Ibidem*.

outra, entendeu? Existe aquela relação bipolar, né? Então eles fazem, é tipo gato arranha e esconde a unha”.⁷⁹

Este feixe de memória transmitido por meio da narrativa oral põe em perspectiva o valor relacional da história oral e os estudos de gênero para captar as experiências vividas de modo longitudinal, tendo em vista “a temporalidade interna às narrativas” e, igualmente, as interpretações engendradas sobre as reminiscências do passado com base no conhecimento vivido no presente⁸⁰. Mais que isso, o caráter de transformação social potencializado pela relação história oral e os marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe, geração, permitem o alargamento dos nossos olhares para outros lugares, tempos e sujeitos históricos invisibilizados.

A presença do gênero nas lembranças, tanto de Nichole Oliveira quanto de Flor de Lis, clarifica as diferenças entre travestis e transexuais mediante as suas perspectivas em torno dessa população. Flor de Lis, em especial, mobilizou uma gama de sentidos para demonstrar as discrepâncias entre travestis e mulheres transexuais, esta última tomando sua própria experiência para nortear a reflexão. Em acordo com a análise de Luiz Morando sobre a atribuição inicial do termo travesti aos homens (cisgêneros) que usavam roupas e outros acessórios femininos para criarem performances instantâneas nos meses carnavalescos, Flor de Lis acrescenta:

O termo travesti diz assim, quando você se traveste. A pessoa que se traveste é chamada de travesti. Quer dizer, depois que você se transforma, veste uma roupa de mulher, você traveste. “Tra” e “veste”, que veste, quer dizer, vestuário, roupa, né? Então é chamado de travesti.⁸¹

Questionada se as travestis já se reconheciam identitária, política e socialmente como atualmente ocorre, Lis, em ato contínuo, aplica:

(...) hoje em dia modificou muito o termo travesti, porque hoje em dia as meninas que se reconhecem como travesti, é que elas são femininas, elas gostam do sexo delas, gostam do pênis, gostam tanto de manter relações tanto ativas como passivas, né? É a travesti.

⁷⁹ **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 16 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

⁸⁰ TEDESCHI, Antonio Losandro. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS: UFGD, 2014, p. 50.

⁸¹ **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 16 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

Esta oscilação entre o passado e o presente para construir a representação das travestilidades em tempos e espaços diferentes, possibilitou também o direito de narrar os sentidos da sua transexualidade, lançando mão de signos discursivos para responder que nunca se reconheceu como homossexual, ainda que em algum momento de sua vida como travesti, pois era terminologia designativa em meio às incipientes discussões sobre transexualidade na década de 80. Além disso, conforme Nichole Oliveira, Flor de Lis minimizou a transexualidade à animosidade do órgão genital masculino, imaginando que isso não permitiu vivenciar sua feminilidade completamente, o que pressupõe, ao mesmo tempo, a redução da diversidade de mulheres apenas ao órgão genital considerado feminino. Desse modo, colocou, a princípio, que algumas pessoas travestis e transexuais se viam inseridas no guarda-chuva da homossexualidade à época, mas que: “eu nunca me reconheci como homossexual, nem como gay, eu sempre me reconheci como mulher... eu sempre tinha vergonha do meu sexo”.⁸²

A vergonha e a ojeriza conclamada para definir o sentimento referente ao órgão genital esteve atrelada também às funções sexuais que tinha que exercer durante o período que foi trabalhadora do sexo. Aqui, referimo-nos: “quando o homem pegava no meu sexo, eu tinha pavor!”. O seu ódio aos homens que objetivavam tocar e/ou manter relações sexuais em que Flor de Lis teria que penetrá-los, implicava, pode-se assim dizer, na objetificação e na fratura da autocompreensão trans. Simultaneamente, havia “(...) aquele arrependimento na minha cabeça, aquela culpa, aquela culpa, sabe? Era horrível!”.⁸³

A dor, o arrependimento, o ódio em sentir a violação do direito ao corpo e a manutenção contínua da identidade por meio das suas experiências de vida, que aqui são históricas também, chegaram ao nosso conhecimento pela palavra verbalizada a partir de inquietações e questionamentos às desigualdades de gênero, de raça/etnia, de sexualidade, de classe social que estruturam e persistem no presente. Mais do que aspectos identitários ou a fluidez de gêneros entre mulheres transexuais e travestis, devemos tomar consciência das complexas contradições e de processos de reconhecimento de si e do outro num projeto de gênero, havendo, assim, “uma profunda

⁸² **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 16 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

⁸³ *Ibidem.*

conexão com o projeto feminista de transformação social”, engendrando, por conseguinte, potenciais para mudanças na realidade assustadora que esses grupos vivenciam, cotidianamente⁸⁴.

Por essas memórias podemos compreender as suas travestilidades e transexualidades, ao longo do tempo e em espaços diversos, inferindo que as potencialidades para mudança devam ser mobilizadas por uma História comprometida com a justiça social. Não numa lógica unilateral em que um conjunto de sujeitos possui o privilégio único de terem suas histórias contadas, todavia proporcionar ampliação dos horizontes para novos diálogos e novas experiências que urgem alteração na ordem de gênero e sexualidade.

Buscamos aqui apresentar as definições de gêneros e o impacto desse marcador na fabricação de consciências sobre si enquanto travestis e transexuais em contextos marcadamente repressores e violentos. Dando existência material e histórica, ou seja, uma corporificação ao gênero pretendido, levou-as a uma busca por lugares numa coletividade de mulheres, sem perder de vista os enfretamentos conjuntos causados pelo sofrimento de existir enquanto mulheres trans e travestis numa sociedade fortemente hierarquizada e patriarcal.

Por esse caminho que prosseguiremos nossa jornada historiográfica na segunda seção do primeiro capítulo, antecipando pressuposições que nortearam nossa escrita, elencando aspectos sobre quais terrenos anteriores essas personagens tiveram que subverter pelo direito ao corpo, ao desejo, a autoidentificação? Quais estruturas sociais (família, escola, amigos) impediram ou contribuíram para que os interesses generificados que desejavam fossem incorporados? Quais foram as condições prévias e históricas dessas novas vidas? Em síntese, como essas ativistas trans interpretam suas infâncias e adolescências à luz das questões anteriores?

1.2 Combates pelo reconhecimento: relações familiares e sociais

Era final de tarde do dia 22 de junho de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), um vírus que ceifou a vida de milhões de pessoas por todo o planeta, que chegamos à residência de Flor de Lis, no bairro Alvorada. Ela trajava um

⁸⁴ CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016, p. 220-221.

vestido azul com uma estampa que assemelhava as ondas do mar. Para chegarmos à casa, percorremos uma estrada pequena de pedras, tendo ao redor árvores de diversos tamanhos e plantas menores que se encontravam em vasos de barro e em latas de tinta. Seu terreno e sua casa aspiravam ar de sítio em meio à turbulência e o imediatismo da urbanidade manauense.

Esta cidade em que caminham Flor de Lis e tantas/os outras/os travestis e transexuais se chama Manaus, capital do Estado do Amazonas. A localização estratégica desta cidade que se encontra nos limites fronteira “oriental marítima e da fronteira ocidental da vasta rede hidrográfica” implica arranjos de diálogo entre os diferentes centros urbanos e rurais da Amazônia, constituindo, assim, um polo relevante de movimento contínuo de produtos, entre importações e exportações, mas também de pessoas, num balanço de chegadas e permanências tanto na capital quanto a irradiação dos passantes para o restante do país, sobretudo pela ligação por meio da rede urbana entre Manaus e outros estados da região amazônica⁸⁵.

Evidentemente, a produção dos centros urbanos é fruto da construção de projetos de cidade que, em grande medida, constitui a partir de fatores externos tomando como exemplo espaços citadinos compreendidos como modernos, tecnológicos e civilizados. Como sinalizam os geógrafos brasileiros José Aldemir de Oliveira e Tatiana Schor, a construção da urbanidade das cidades amazônicas não ocorreu isoladamente do restante do país, justamente porque entre as décadas de 1990 e 2010, parte do período que abarcamos nesta pesquisa:

(...) as cidades da Amazônia mudam de modo significativo (...) as informações tornaram-se mais ágeis, pois os lugares possibilitaram maior circulação de ideias e acesso à modernização. Tais mudanças contribuíram para constituir concreta e subjetivamente o novo universo urbano em sua complexidade, alcançando proporções espantosas tanto positivas como negativas⁸⁶.

A configuração do tecido urbano por onde travestis e transexuais manauenses transitam hoje tem historicidade e guarda memórias de exclusão e dor, haja vista que desde o século XIX era uma preocupação da nata político-econômica o ordenamento da

⁸⁵ SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o Estudo da Rede Urbana no Amazonas e perspectivas para análise das cidades na Amazônia Brasileira. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 18, 2011.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 22.

cidade de Manaus e a disciplinarização do espaço urbano. Isso se deu, efetivamente, com a incorporação de aspectos e jeitos europeizados, algo que outras cidades estavam seguindo tendo como “marca fundamental (...) a exclusão de antigos moradores e trabalhadores pobres”.⁸⁷

Sobre as metamorfoses que o solo manauense passou/passa, devemos elencar três momentos significativos para efeito de construção do chão da história que queremos contar, marcando, assim, o lugar social ocupado pelas travestis e mulheres trans diante dos objetivos de segregação e periferização da população de pobres provocado pela “(...) preocupação dos governantes locais [...] sobre] necessidade de tornar essas cidades atraentes ao capital transnacional”, valorizando o espaço, buscando um alisamento para que a “cidade-mercadoria” seja consumida “não por todos, mas, apenas, por quem pode pagar por ela”, implicando no que sinalizamos anteriormente sobre “(...) excluir os conflitos e ‘despolitizar’ a cidade”.⁸⁸

Neste sentido que, além do impacto da exploração do látex nos últimos anos do século XIX até meados de 1920 do século posterior, devemos explicitar o “advento da criação da Zona Franca de Manaus”, em 1967, como um projeto externo de ocupação e de interesses do capital especulativo, implicando no crescimento da malha urbana, na remodelagem dos bairros e o crescimento demográfico decorrente das políticas de Integração da Amazônia efetivadas pela conjuntura autoritária e seus dirigentes. E, por último, as “recentes políticas de reforma urbana, como o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) e as obras da copa de 2014”. Sobre este último aspecto, ponderamos sobre os efeitos devastadores dos empreendimentos executados pelos “donos da cidade” sobre os subalternizados no que tange a desvalorização dos seus espaços de moradia e de sociabilidade, em que “as favelas de palafitas” que margeiam os igarapés deveriam/devem ser extintas, dando lugar para urbanização e o famigerado embelezamento e higienização. Podemos dizer a partir disso que Manaus, como metrópole em construção, se apresenta “(...) vazia de referências quando

⁸⁷ SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM, 1967-2010)*. Manaus-AM: EDUA, 2016, p. 100.

⁸⁸ MORAIS, Maria de Jesus; VENTURATO, Raquel Duarte. Reforma nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bem materiais e simbólicos. *Contemporânea*, v.3, n. 1, p. 95, 2013. SILVA, *op.cit.*, p. 104.

articulado ao mundo, pois não finca raízes no lugar, visto ser carente de memória”, pensada e construída por grupos políticos e econômicos de poder.⁸⁹

Nesse sentido, ao regredirmos no tempo podemos visualizar as contradições implícitas nesta cidade fictícia e irreal, sem referências identitárias, em que as moradias inscritas próximas dos igarapés (que desde os anos 2010 as forças da ordem procuram extinguir) configuraram-se como consequência da implantação da Zona Franca. Atravessadas pelo pouco ou quase nenhum interesse imobiliário, se tornaram os espaços alternativos para as “(...) populações mais pobres que continuavam chegando à cidade”, ou seja, tanto da população simples manauense, quanto os migrantes interioranos e de outros estados em busca de melhores condições de vida⁹⁰.

São diversas as cidades invisíveis que circundam os projetos de cidade vendidos pelo governo municipal, criando a imagem de um lugar onde há somente e tão somente boas aventuras. Não é à toa que a historiadora brasileira Heloisa de Farias Cruz inicia a apresentação do livro “Disputando espaços, Construindo sentidos”, de Patrícia Rodrigues da Silva, lembrando qualificativos que a Prefeitura Municipal de Manaus ostenta orgulhosamente:

“Sexta cidade mais rica do Brasil”, “principal centro financeiro e corporativo da Região Norte”, “décimo maior destino de turistas no país”. (...) esse acelerado processo de crescimento e transformação, como sabemos, tem uma lógica central os movimentos de expansão do capital sobre as atividades e os territórios da cidade⁹¹.

A produção de discursos qualificando a espacialidade objetiva a inscrição permanente na lógica liberal e capitalista, procurando meios que legitimam o alisamento de estruturas consideradas “feias” e marginais. Assim, mesmo diante dos planos de cidade pensados, articulados e executados sem a presença das pessoas comuns, simples, notamos os resíduos das ações humanas na paisagem manauense. Isso é nítido nos traços corpóreos das pessoas, na mistura cultural e saberes subalternos, no fato de um

⁸⁹ MORAIS, Maria de Jesus; VENTURATO, Raquel Duarte. Reforma nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “despossessão” de bem materiais e simbólicos. *Contemporânea*, v.3, n. 1, p. 96, 2013. SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Manauas: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 66.

⁹⁰ CASTRO, *op.cit.*, p. 90.

⁹¹ SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM, 1967-2010)*. Manaus-AM: EDUA, 2016, p. 7.

terço dos atuais habitantes de Manaus ser migrante, tendo um aumento populacional de 139 mil, em 1950, para mais de 2 milhões e 100 mil, em 2019⁹².

Apreendemos Manaus como “uma sociedade fragmentada em guerra consigo mesma”. E nessa batalha encontram-se os movimentos de sociabilidade; os movimentos de sentimentos de esperança e medos que ligam, intimamente, os sujeitos e sujeitas aos grupos sociais que (re)produzem a cidade, cotidianamente. Desta feita, as memórias e as experiências vividas na cidade como fontes orais possibilitam a “transmissão no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado (...) o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe”.⁹³ Caminhando pelo chão manauense, construído e reconstruído pelos pobres da cidade de ontem e de hoje que “(...) não tinha e não tem lugar para eles”, que nos deparamos com fragmentos de histórias de outrora. São reminiscências de travestis e mulheres transexuais, senhoras do tempo que ajudam a decifrar palimpsestos de silenciamento e exclusão social causada pela transfobia estrutural, implicando, por meio das lembranças, a repolitização do espaço urbano⁹⁴.

Assim, retomando o fio de caminhada até a casa de D. Flor de Lis em meio a diálogos sobre o movimento social, seja de pessoas trans e pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids, que escolhemos um espaço do majestoso quintal para nossa entrevista. Sentadas em duas cadeiras de plástico e o gravador ao nosso meio, retomamos nossa trajetória pelos becos estreitos e pouco iluminados de memória.

Vinda de uma família pobre e simples, Flor de Lis considerou o tempo de infância como um momento difícil de sua vida. Essa *escrevivência*⁹⁵ inicia com a assertiva sobre sua mãe, D. Inês, ser a segunda esposa de seu pai, Seu Domingos. A primeira esposa de seu pai faleceu e o deixou com duas filhas. Ambos os pais de Flor de Lis eram migrantes. Conta que sua mãe:

⁹² SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 89. Para o censo demográfico de 2019, ver: “População de Manaus cresce e chega a 2.182.763 em 2019”. G1 AM, 28/08/2019, online. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/08/28/populacao-de-manauis-cresce-e-chega-a-2182763-em-2019.ghtml>, Acesso em: 16 out. 2020.

⁹³ ARANTES, Antônio. Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999, p. 129. PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades modernas. *Revista Brasileira de História*, v.27, n. 53, p. 14 e 20, 2007.

⁹⁴ CASTRO, *op.cit.*, p. 93.

⁹⁵ EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 3ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

vem do Peru, né? Ela vem... é... uma estrangeira que vem morar no Brasil com a mãe, o pai e outro irmão em busca de melhorar de vida. Então ela se instala em Porto Velho - Rondônia, né? Aí com o tempo ela perde a mãe e o pai, ainda muito nova, ela perde a mãe e o pai (...)⁹⁶.

Com o falecimento dos pais e morando em Rondônia com o irmão, D. Inês, muito jovem, foi levada pelos tios para morar em Manaus. Pela narrativa de Flor não sabemos o paradeiro do irmão de sua mãe, ou a causa do falecimento dos pais, ou quem eram o tio/tia que a trouxe para Manaus. Além disso, o processo de construção de memória sobre infância ligava-se, principalmente, à figura de D. Inês. Isso é nítido ao focar no breve passado de sua mãe e nem um pouco do seu pai, mencionando apenas que ele era paraense. Mas qual a motivação, durante a entrevista, de a memória centralizar-se em sua mãe, D. Inês? Até que ponto Inês foi fundamental na trajetória de vida de D. Flor de Lis? Deixemos que a colaboradora responda nossas indagações.

D. Inês, ao chegar a Manaus, foi explorada pelos tios como doméstica e sem direito de frequentar a escola, justamente porque “(...) ou trabalhava pra comer ou ia pra escola, então ela não teve esse privilégio, né?”. Sendo explorada por muitos anos pelos parentes, certo dia a mãe de Flor de Lis conheceu Seu Domingos, um homem viúvo e necessitado de uma babá para as duas filhas. D. Inês enxergou nessa oportunidade sua emancipação. Trabalhando como cuidadora das duas filhas de Seu Domingos: “ele se interessou por ela e aí formalizou uma união com ela. Então ela foi e criou as meninas, só que uma das meninas faleceu, ficou só uma, que é a minha irmã mais velha, né?”⁹⁷

Com muitas dificuldades financeiras, Seu Domingos objetivava para os filhos e filhas outro caminho, ou seja, “não queria que a gente fosse pra escola, queria que a gente trabalhasse pra poder ajudar a família”.⁹⁸ A historiadora brasileira Alba Barbosa na investigação sobre infância e disciplinarização em Manaus entre 1930-1940, apontou as tentativas das forças da ordem, materializadas no Juizado de Menores e na Prefeitura Municipal, de controlar e disciplinar as crianças e os adolescentes vistos como “menores desocupados” que se apropriavam dos espaços públicos (no caso as ruas e vielas) para se divertirem com bolinhas de gude, papagaios de papel ou mesmo pular

⁹⁶ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

⁹⁷ *Ibidem.* A família de Flor era composta pelos seus pais e sete irmãos. Contudo, como mencionado pela narradora, além da sua irmã (filha somente de Seu Domingos) ter falecido, outros também morreram: Marina, Marinete, Cosme e Damião.

⁹⁸ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

marchinhas no período de carnaval. Os modelos recreativos das crianças (pobres, vale ressaltar) não agradavam as autoridades e alguns adultos. Assim, Barbosa aponta que:

Se as formas recreativas das crianças não agradavam as autoridades públicas por serem realizadas em vias públicas, atraindo meninos e meninas para o germe do vício e da vagabundagem um outro tipo de recreação seria esperado e desejado para as crianças: as brincadeiras realizadas dentro do espaço urbano familiar. Dessa forma se pretendia evitar o contato de crianças e adolescentes com vícios da rua⁹⁹.

Acreditamos que o interesse de Domingos em querer que os filhos e filhas trabalhassem em detrimento da educação básica talvez estivesse ligado à sua trajetória de vida por ter sido forçado ao trabalho, e isso reverberado ao entendimento sobre o valor do trabalho para manutenção do lar e da produção de pequenas crianças ordeiras que contrariassem a ideia da vagabundagem e do espaço público - onde as crianças se divertiam - como lugar de vícios e degradação moral, como também a secundarização da escola nas vivências das crianças, especialmente aquelas advindas de famílias simples, ou como Flor de Lis lembrou sobre as muitas dificuldades financeiras.

Mesmo diante dessas problemáticas, os valores de D. Inês ressoaram mais alto a favor da escolarização dos/das filhos/as do casal, se sensibilizando e tomando sua vivência para legitimar a importância da educação básica. Assim, interpretando a narrativa de D. Inês de outro tempo, Flor de Lis nos transmitiu o pensamento de sua mãe acerca da escola como oportunidade de mudança social: “eu não tive a oportunidade de sentar num banco de escola, então meus filhos vão estudar, por mais que eu me mate de trabalhar, eu vou dar estudo e educação pros meus filhos, é a única coisa que eu vou deixar pra eles”.¹⁰⁰

Apesar de frequentarem a escola, Flor lembrou que sua irmã mais velha e ela buscavam contribuir nas despesas da casa. Aos nove anos, morando na região do Bariri, no bairro Presidente Vargas, Zona Sul de Manaus, Flor de Lis (re)constrói parte do lugar onde morava: “a gente morava assim, tipo num... à beira rio, né, no rio”, em que tinha “aquelas balsas”, espaço em que sua mãe e o restante da comunidade lavava roupas e louças, em cima das balsas dentro do rio. Ao chegarem da escola, Flor de Lis e

⁹⁹ PESSOA, Alba Barbosa. Infância, sociabilidade e disciplinarização na Manaus dos anos 30 e 40. *Canoa do Tempo* – Revista do Prog. de Pós-Graduação em História. Manaus, v.10, n. 2, p. 135, 2018.

¹⁰⁰ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

sua irmã sempre brincavam e caminhavam pela areia deste rio e, certo dia, querendo andar para mais longe na praia perceberam que havia algumas barracas cobertas com lona preta. Curiosas, foram ver e perceberam que ali se quebravam pedras brita para vender às empresas construtoras. Sua irmã decidiu perguntar à dona da pedreira como poderiam trabalhar naquele espaço e como funcionava o local: em baixo da tenda deveriam quebrar as rochas até encher um caixote de um pouco mais 1 metro que era vendido no final de semana para a construtora e, em seguida, o pagamento pelo esforço do trabalho. Ambas consideraram uma oportunidade de contribuir na alimentação da família e convenceram D. Inês para ir conversar com a dona da pedreira para conseguirem uma barraca. Flor de Lis e sua irmã trabalhavam pela parte da manhã até 11 horas e, pela parte da tarde, iam para escola. No final de semana, aos sábados especialmente, passavam grande parte do dia quebrando pedra para encher o caixote¹⁰¹.

A valorização dos estudos e do trabalho impactaram de diversas maneiras à trajetória de vida de Flor de Lis. Sobre a escolarização, na segunda metade dos anos 1970, ganhou uma bolsa de estudos para estudar no Colégio Albert Einstein e depois no Colégio Normal Ajuricaba. Ao mesmo tempo, a colaboradora fazia cursos: “(...) eu era muito esforçada, assim, eu fazia curso no SENAC, eu fazia... Eu fiz o meu curso de atendente de enfermagem básico no... SENAC, em seguida eu consegui um trabalho numa clínica chamada Santa Angélica, na Constantino Nery, o meu primeiro trabalho”.¹⁰²

Flor de Lis citou em sua narrativa que iniciou os trabalhos como atendente de enfermagem aos 15 anos de idade na Clínica Santa Angélica. Depois trabalhou em uma clínica pediátrica chamada *Pro Baby* e, pelo bom trabalho desenvolvido, conseguiu um contrato de dois anos com a Secretaria Municipal de Saúde, lotada na Santa Casa de Misericórdia de Manaus. Curiosamente, indagamos como funcionavam as questões trabalhistas para crianças e adolescentes nos anos 1970 – década que trabalhou no campo de enfermagem, em Manaus. Sem rodeios, a colaboradora narrou que “é porque na época da gente não tinha esse negócio de idade, não tinha esse negócio de Conselho

¹⁰¹ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada. Ressaltamos que até os nove anos de idade, Flor de Lis estudou na Escola Estadual Hermenegildo de Campos no Centro de Manaus.

¹⁰² *Ibidem.* Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Colégio Normal Ajuricaba se encontra na Av. Getúlio Vargas, Centro de Manaus.

Tutelar, não existia isso”, generalizando e naturalizando trabalho infantojuvenil com a afirmativa que “(...) toda criança trabalhava. A partir dos 9 anos se quisesse era livre”. Isso implicava que muitas pessoas trabalhavam “cedo”, ou seja, antes mesmo de alcançar a maioridade. Ao mesmo tempo percebemos que essas reflexões de Flor de Lis iam de encontro com o interesse de Seu Domingos em preferir que os filhos trabalhassem ao invés de estudar, tendo como ponto chave ao dizer que “(...) era normal. Assinava carteira, tirava carteira e tudo de trabalho”.¹⁰³

O interesse da sociedade na produção de força de trabalho e sua manutenção com os “pequenos” constituía como política ideológica de Estado tanto no intuito de sanar os “vícios da rua”, como a fabricação de crianças e adolescentes patrióticos e ordeiros, tanto que, como pontuou a Flor de Lis, não havia os atuais Conselhos Tutelares para fiscalizar espaços que possuíam força de trabalho infantojuvenil. O historiador brasileiro Jakson Santos Ribeiro argumenta que, entre os anos 1940 e 1950, estava presente na imprensa caxiense (MA) a finalidade de “(...) que se formasse na sociedade caxiense da época uma geração de jovens capazes de implantar o progresso na sociedade e no país”, executando ações normatizadoras sobre os jovens, sendo uma “forma de constituir, na prática, pessoas que não se voltassem para uma vida desregrada de princípios errôneos [... pois] os jovens seriam os senhores e as senhoras do amanhã”.¹⁰⁴

Certamente Flor de Lis fugia à regra de uma juventude em fabricação para tornarem-se senhores e senhoras de uma utopia nacionalista, justamente porque a colaboradora transpassou os horizontes binários e machistas postulados pelo patriarcado imperativo no Brasil e, em especial, numa Manaus excludente. Assim, lembrando que iniciou o seu processo de reconhecimento de gênero aos 12 anos com hormônios, deixando o cabelo crescer, estando “mais pra lá do que pra cá”, narrou que foi o momento também que se inseriu no trabalho sexual¹⁰⁵.

Ainda que a historicização dos mundos do trabalho (incluindo o trabalho sexual, não esqueçamos!) por meio das memórias das trans-ativistas venha no segundo

¹⁰³ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Jackson Santos. Normatizando os jovens desviados: corporificando na sociedade caxiense moços e moças disciplinados sob a ótica do *Jornal Cruzeiro* (1946-1958). *Fragmentos de Cultural*, v. 27, n. 1, p. 117 e 119, 2017.

¹⁰⁵ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

capítulo desta dissertação, apontamos que, em grande medida, o processo de reconhecimento de gênero e suas implicações na adolescência de mulheres trans e travestis tenha o labutar como parte do cotidiano. E, em especial para essa pesquisa, colaboradoras como Flor de Lis procurou justificar o interesse pela inserção nos mundos do trabalho sexual em Manaus nos anos 1970 e, mais ainda, contribuiu significativamente para iluminar parte do cotidiano de repressão aos sujeitos gênero-dissidentes. Sobre esta questão que Flor de Lis trouxe para o diálogo do trabalho na adolescência, a família; ao mesmo tempo refletiu acerca do interesse em ser alguém na vida haja vista alguns caminhos: “eu venho de família muito pobre, muito humilde, então via necessidade de ter as coisas. Assim, eu sempre tive almejo de ser alguém na vida, então o meio que encontrei foi a prostituição, mas nunca deixei meus estudos de lado”.¹⁰⁶

Neste sentido, a convite da amiga Florzinha, Flor de Lis desceu à “rua” aos treze anos. Atemorizada, advertiu Florzinha sobre ainda ser menor de idade e perguntou se a “polícia pegar a gente, como vai ser?”. O medo de Flor se justificava por duas razões: a primeira se refere ao limite de horário para as pessoas transitarem nas ruas de Manaus, especialmente no Centro: “na época a gente ficava até 10 horas da noite na rua, depois das 10 horas tinha o toque de recolher, né, porque não podia ficar até 10 horas, era ditadura, né?”. A segunda razão era o fato de estarem com trajes e acessórios feminizados, caso as travestis fossem pegadas nas ruas à noite e vestidas em desacordo com o gênero masculino atribuído eram presas, sem distinção entre maior ou menor de idade, “porque a gente tava vestida de mulher, a gente era homem”.¹⁰⁷

Diante das problemáticas de gênero vivenciadas por uma adolescente trans num contexto extremamente autoritário, o professor de letras Luiz Morando, explica que esse período “(...) tinha como receituário um viés autoritário e conservador, em nome de uma ideologia anticomunista e a favor de uma considerada boa moral e bons costumes”. Assim que as práticas policiais foram refinadas e sistematicamente pensadas e executadas com base no “(...) discurso conservador de defesa de valores, hábitos, costumes, mentalidades e comportamentos considerados aceitáveis na vida social”,

¹⁰⁶ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 16 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

¹⁰⁷ *Idem.* Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

atingindo grupos sociais e políticos que contrapunham os objetivos da ditadura civil-militar brasileira¹⁰⁸. Ademais, em especial aos sujeitos de gêneros e sexualidades dissidentes, acrescenta:

Na realidade, até o momento, não é possível afirmar que houve uma política de Estado formalizada, centralizada e direcionada à repressão das diversas formas de sexualidades ditas periféricas, não normatizadas pelo padrão [cis]heterossexual. (...) Entretanto, são condições comuns a regimes de exceção a violação de direitos humanos a formação de um aparato estatal de perseguição, seja a opositores políticos, seja a indivíduos ou grupos que professem opiniões dissonantes (... sendo) inegável que o segmento LGBT foi visado pelos mecanismos policiais do regime, sobretudo nos grandes centros¹⁰⁹.

As facetas da disciplinarização, da humilhação e da violação dos direitos humanos perpetradas pelos organismos policiais foram narradas por diversas personagens que sofreram tais atos. A produção da memória de Flor de Lis sobre sua infância e adolescência clarificam histórias de sofrimento e resiliência que a sociedade brasileira da atualidade busca esquecer, negar ou “por debaixo do tapete”. Nesse sentido que, em tempos bicudos, “há muitos gritos e sussurros e é preciso criar mecanismos de escuta capazes de percebê-los e de diferenciar seus sentidos”.¹¹⁰ Por isso, filtrar o olhar e refinar os ouvidos tornou possível nesta pesquisa à emergência de vivências subalternizadas e silenciadas.

Nesta sequência, Flor de Lis materializou em sua narrativa lembranças de práticas costumeiras da polícia manauense sobre os corpos de pessoas trans. Num esforço de cavar o terreno da memória dizendo em alguns momentos “eu lembro daquilo”, autovalorizando suas experiências e relembrando quando as travestis eram presas: “jogava a gente lá dentro com os marginal”. Além de cortarem os cabelos das travestis como umas das violências cotidianas praticada nos seus corpos, somente eram liberadas da delegacia após fazerem determinados exercícios. Flor de Lis rememorou

¹⁰⁸ MORANDO, Luiz. “Vamos pelo menos sentar para tecer um tricô”: sociabilidade LGBTQIA em Belo Horizonte (1978-1984). In: Miriam Hermeto; Gabriel Amato; Carolina Dellamore (Org.). *Alteridades em tempos de (in)certeza: escutas sensíveis*. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 80.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 80-81.

¹¹⁰ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Oral e gênero: Memórias sensíveis para um tempo mais humano. In: HERMETO, Miriam; AMATA, Gabriel; DELLAMORE, Carolina (Orgs.). *Alteridades em tempos de (in)certeza: escutas sensíveis*. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 80.

práticas arbitrárias que não se encontram nos documentos arquivísticos. Ao indagarmos qual delegacia as travestis eram detidas, Lis nos conta:

Ah, qualquer uma, sempre tinha um mato pra você... mandavam a gente capinar os matos “bate esse mato aí! quando terminar de bater vocês podem ir embora”; ou então “aquela ambulância ali, aquela viatura ali”, aquelas viaturas que era tipo uma ambulância, antigamente. Aí “lava lá!”, a gente lavava... “quando terminar vocês vão embora”. Era assim, tá entendendo? Era uó, mana, policial. Ou pegava a gente e jogava no chafariz lá na Matriz, não tinha um chafariz? Pegava a gente [e] rebolava lá dentro, eles rasgavam a gente, cortavam o cabelo, eles eram uó¹¹¹.

Limpar as áreas externas das Delegacias de Polícia; ocupar os mesmos espaços com outros presos que não eram transgêneros; ser empurradas no antigo chafariz da Catedral Metropolitana de Manaus, comumente conhecida como Igreja Matriz; recortar os cabelos compridos, símbolo da performatividade trans, são alguns elementos de arbitrariedade policial que podemos destacar da narrativa de Flor de Lis quando adolescente, em meados dos anos 1970. Talvez a colaboradora estivesse se remetendo a isso quando nos contou que sua experiência transexual constituía como ativismo por ter explicitado publicamente a identidade de gênero numa conjuntura político-social sensível e complexa.

O ato de falar configura um meio de transmissão daquilo que lembramos e interpretamos para o outro que escuta atentamente. No entanto, outras características fundamentais que se entrelaçam com a narrativa nos ajudam a compreender minuciosamente a intersubjetividade inerente aos dois corpos – do entrevistador e do entrevistado – inseridos num universo de trocas de experiências. Quando ressaltamos as linguagens corporais juntamente com o ato de fala, vislumbramos os significados implícitos num gaguejar ou num gesticular¹¹². Nos interessando saber acerca das primeiras percepções de si enquanto pessoa trans, Rebeca Carvalho começou falando sobre as relações familiares e a vizinhança, no bairro São Raimundo. Nesse processo de construção de memória, a colaboradora explicita que já apresentava comportamentos

¹¹¹ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada. Conhecida como fonte-monumento feita de ferro fundido, o Chafariz ornamenta a paisagem da Praça da Igreja da Matriz. As redondezas da praça são historicamente um espaço de trabalho sexual e de sociabilidades entre travestis e transexuais, mulheres cisgêneras e *michês*.

¹¹² COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, nº 2, p. 47-67, 2014.

femininos, ou que não condiziam com o esperado socialmente, entrelaçando isso às atividades infantis que praticava junto de seus irmãos e amigos próximos de sua casa.

A minha infância toda foi com os meninos lá de perto de casa. A gente brincava por baixo daquelas casas, aquelas palafitas, né? Porque quando dava cheia, elas eram altas. Brinquei de tudo que foi coisa. Brinquei de manja, de tucumã, de bolinha de gude, *mas eu sempre fui aquele afeminado, aquele garotinho que você olha e diz “olha, aquele ali é gay. Aquele ali quando crescer vai ser fresco, vai ser viado”*. Ai, mas eu sempre tive uma infância assim de pé no chão, né?¹¹³

Evidenciando as formas de divertimento como bolinha de gude ou manja como atividades do universo infantil, Rebeca contrapõe essas características aos jeitos afeminados, que, caso as pessoas observassem atentamente, já poderiam “identificar” se iria ser guei¹¹⁴ ou não. Considerando historicamente a construção social de ser menino e ser menina em parâmetros fundamentados nas divisões binárias e estanques de signos e símbolos específicos, retiram as possibilidades de misturarem-se ou transpassar as fronteiras desses traços culturais hegemônicos, cuja vigilância da sociedade movimentasse para atribuir sentidos desqualificadores e práticas violentas sobre corpos e subjetividades de pessoas que explicitam identidades sexuais e gêneros não-hegemônicos. Sendo assim, segundo a educadora brasileira, Guacira Lopes Louro, as imposições discursivas e práticas que nomeiam os corpos:

(...) acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista¹¹⁵.

Essas questões podem ser compreendidas quando Rebeca Carvalho, entre seus treze ou quatorze anos, sentia e percebia sua diferenciação das outras pessoas com quem convivia na escola, um espaço construído em cima de bases segregacionistas. A colaboradora indicou essa problemática e salientou: “eu tinha dentro de mim (...), eu queria demonstrar, então fazia de tudo pra não dar pinta, porque na minha cabeça eu não

¹¹³ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

¹¹⁴ Utilizamos o termo “guei” e não *gay* com o intuito de desvencilhar de conceitos tipicamente norte-americanos, percebendo a importância da valorização das identidades e dialetos latino-americanos. Para isso, cito o canônico trabalho de TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

¹¹⁵ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 15.

queria aceitar, entendeu? Aí eu andava com meus colegas. Mana, eu me arrependo tanto, porque perdi tanta oportunidade de fazer tanto bofe bonito naquela época. Ah, que ódio!”¹¹⁶

Embora para algumas pessoas a sexualidade represente algo natural e normativo, em especial para os colegas de Rebeca que namoravam meninas, para ela, no entanto, constituía uma barreira de experimentação da sua própria sexualidade, talvez sendo impressa ao narrar a vergonha e a não aceitação da diferença em detrimento de uma coletividade, bem como o sentimento de raiva e de ódio pela perda de oportunidades em viver sua sexualidade, literalmente. Contudo, vivenciar sexualidades não-hegemônicas não é simples, pois, mesmo lamentando a irrealização do ensejo com “bofes bonitos”, a complexidade da sexualidade transgressora perpassa ambientes que revelam a discriminação de gênero e de sexualidade que, possivelmente, Rebeca vivenciara, entendido, portanto, que “ocultar o que causa a vergonha é uma das estratégias para buscar inserção social”.¹¹⁷

Sobre essa problemática nas experiências trans na infância e na adolescência, o sociólogo brasileiro, Tiago Duque, ao tratar da vergonha e do estigma presentes no processo de percepção de si, nos diz que “O surgimento da vergonha, e a possibilidade deste (*sic*) sentimento se tornar central na experiência dos sujeitos, se dá quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como não portador dele”.¹¹⁸ Porém, baseando-se nas análises de Eve Sedgwick sobre a epistemologia do armário, o autor mostra-nos que a vergonha faz parte da formação identitária dos sujeitos, incluindo aqueles que não estejam inseridos ou orbitando em torno do prisma do desrespeito social¹¹⁹.

Assim sendo, a percepção de si e da diferenciação é matizada em outras experiências trans, especialmente nos âmbitos escolar e familiar, ou melhor, na rede de relações sociais em que essas mulheres trans e travestis estiveram/estão inseridas. Nesse sentido, para Camila Dantas a experiência de percepção de si como uma criança transgênero se relaciona com o deslumbre ao ver a mãe produzindo-se para ir trabalhar,

¹¹⁶ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

¹¹⁷ DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes.* São Paulo: Annablume, 2011, p. 141.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 142-143.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 140.

explicitando a figura materna como exemplo a ser seguido. Além disso, as primas de Camila se tornaram um porto-seguro para o processo de apreensão de si, ao lhe emprestarem vestidos e calçados para haver maior aproximação e conforto com o gênero feminino.

Quando eu usava as roupas delas, sim, principalmente quando eu via a mamãe arrumada, que ela ia trabalhar. Ela trabalhava em casa de família. Eu via ela se maquiando, que eu via ela se arrumando, aí eu achava lindo aquilo, achava interessante. Eu achava a minha mãe muito bonita! Quando ela tava se arrumando ficava mais bonita ainda. Quando ela colocava o salto, vestia a roupa dela, o vestido dela, então aquilo dali pra mim já... era aquilo que eu queria, só não sabia naquele momento, né?¹²⁰

A figura materna, nesse sentido, materializa-se não somente como exemplo de receptáculo de objetos próprios do universo feminizado, mas como sujeito de modos característicos desse universo que, à primeira vista, já era almejado por Camila, mesmo deixando claro que não entendia o que se passava consigo naquele momento, mas de algum modo já esperando um dia se autorreconhecer como travesti. Por isso, compreendemos que o uso da categoria gênero para analisar as narrativas orais de mulheres trans e travestis, aqui, proporciona um novo entendimento da história segundo o “imaginário coletivo que nos revela um atuar histórico que muitas vezes não foi percebido pela comunidade, ou mesmo pela história”, considerando reconhecer historicamente todas as facetas de suas vidas para trazer novos sentidos ao campo dos estudos de gênero¹²¹.

Segundo a narrativa de Camila Dantas, sua mãe estava ciente do que ocorria com sua filha. Ela afirmou categoricamente que a “mãe (...) sempre sabe, mas só que ao mesmo tempo ela quer ter certeza (...) pra ver se realmente [é] aquilo que a gente quer mesmo, né?”. O pai, por outro lado, foi representado na costura das lembranças como um sujeito “muito machista” e violento. A colaboradora disse que, por ter sido ela o único filho do casal, seu pai esperava modos normativos do universo masculino; e, por ser ele um homem agressivo, a colaboradora constringia “todo aquele jeitinho na frente dele”, como uma forma de camuflagem, pelo fato de ele agredir a esposa/sua mãe,

¹²⁰ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 1 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

¹²¹ TEDESCHE, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS: UFGD, 2014, p. 29.

justifica: “eu tinha medo também de ele me bater, então eu me escondia, aquele outro lado na frente dele”.¹²²

As possibilidades de constrangimento e o medo inculcado como uma resposta do pai sobre seu corpo e subjetividade são modos violentos de tirar de um “ser humano todas as possibilidades de livre disposição sobre seu corpo”. Neste sentido, “toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra sua vontade e com qualquer intenção que seja (...), interfere destrutivamente na autorrelação prática de um ser humano”.¹²³ Esta explicação, todavia, não corresponde somente às experiências de Camila, mas também à violência de gênero frequentemente sofrida por sua mãe.

Diante disso, algumas vezes Camila Dantas relativizou sua autopercepção aos conflitos de gênero circunscritos ao ambiente familiar, afirmando que toda criança se questiona sobre a qual categoria de gênero pertencer:

Só que pra mim foi muito rápido! Eu já, das muitas vezes que perguntei o que [é] que eu queria ser, eu logo de cara já sabia, porque... Como a minha vida era muito perturbada, tinha muita confusão na família, então acabei descobrindo muito rápido o que eu queria... Eu acho que a confusão, tudo o que eu passei com a minha família, meu pai e minha mãe que acabaram fazendo eu despertar o outro lado mais rápido¹²⁴.

O despertar “do outro lado” como uma figura de linguagem implica uma análise histórica sobre os horizontes sociais que são vigiados e mantidos por padrões sociais. À medida que as pessoas extrapolam esse limite, imediatamente são acionados aparatos objetivando retirar qualquer perspectiva de reconhecimento social, ocasionando certa “degradação valorativa” da identidade de gênero e sexual. Nesse sentido, o autorreconhecimento de Camila como um menino homossexual em meados da década de 1980 contribuiu para análise sobre a diversidade de gêneros e sexualidades que vieram a ser definidas enquanto identidades sócio-políticas a partir da última década do século XX, quando diversas travestis no Rio de Janeiro se reuniram e engajaram nas denúncias contra as humilhações e violências policiais e, ao mesmo tempo, elaborando contranarrativas referente à atribuição do vírus HIV/AIDS à comunidade de gues e

¹²² **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 1 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

¹²³ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 215.

¹²⁴ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 1 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

travestis, ocorrendo conseqüentemente mobilizações e reflexões por parte das próprias travestis sobre a importância política das suas vidas para a construção de políticas públicas específicas para o grupo¹²⁵.

Em 1990, aos 16 anos, Camila decidiu assumir-se para a família, valorando as conseqüências desse ato como problemáticas e conflituosas. Assim, contou-nos que:

Na minha adolescência já teve mais conflito, né? Porque na minha adolescência eu já comecei botar pra fora mesmo. De fato, comecei mostrar e até mesmo pro meu pai o que eu queria, então já começou aqueles conflitos, né? Aí com o tempo começou os falatórios da família, mas tinha aqueles que apoiavam e tinha aqueles que não apoiavam, mas era muito pouco os que não apoiavam, era muito, muito pouco. Porque, eu acho, como meu avô mais a minha avó eles apoiavam, então os outros não tinham muito que falar, né? E minha mãe já sabia. Já meu pai era aquela coisa, né? Ele já tentava desprezar um pouco. Mas eu, com o apoio dos meus avós, fui à luta e mostrei o que queria ser mesmo, e graças a Deus minha adolescência foi... toda adolescência nada é fácil, mas...¹²⁶

O intuito de explicitar sua identidade sexual possivelmente demandou tempo e amadurecimento ante os conflitos familiares que vivenciou – e, pelo visto, ainda vivenciava, já que o pai representava um problema para o desejo de expor sua sexualidade. Ademais, buscou em seus avós resistência e coragem para falar abertamente sobre si, seus sentimentos e sua subjetividade, significando seus avós, juntamente com outros familiares, como apoiadores da luta que certamente já compreendia que dali em diante travaria. Estas e outras reflexões refletem, portanto, na demanda advinda da relação do eu e do outro na história oral, acarretando na “responsabilidade de se conceber projetos que estejam comprometidos com o outro e com o próprio exercício do fazer histórico” e na disposição de falarem e serem ouvidas sobre seus traumas, seus desejos, suas lutas, seus corpos e suas subjetividades¹²⁷.

Em contextos diferentes, as colaboradoras trans demonstraram, por meio das lembranças, seus processos de transição e alguns traços historicamente praticados pelas travestis e transexuais. Nesse sentido, vivendo enquanto homem guei por cerca de 10

¹²⁵ CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, salud y Sociedad* – Revista Latino Americana, v. 2, n. 14, 2013.

¹²⁶ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 1 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

¹²⁷ FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *E&G*, v. 2, n. 3, p. 54, 2002.

anos, Rebeca Carvalho decidiu, em 1995, explicitar o sentimento de mudança no que tange à vivência da travestilidade. Questionada sobre os fatores que possibilitaram a sua transição de gênero, a colaboradora nos diz que só conhecia o universo em que homens gueis e mulheres lésbicas teciam seus laços de amizade e de sociabilidade, compreendendo um mundo que era perfeito na medida em que havia espaços seguros frequentados por eles e elas, mesmo levando em consideração o caráter normativo que esses grupos atribuíam a si e aos seus companheiros. Ao mesmo tempo, Rebeca naturalizou as concepções normalizadoras das antigas amigadas em relação às travestis, à época, justificando que não se misturavam porque não faziam parte do universo de gueis e lésbicas, principalmente, por elas serem livres para conhecerem o mundo, qualificadas como “doidas”.¹²⁸

Naquele ano de 1995, após se separar de Antônio, com quem conviveu por 10 anos, Rebeca se permitiu conhecer novos lugares, e conseqüentemente novas pessoas surgiram em sua vida. Foi assim que em um bar conheceu Camila, que lhe “apresentou esse mundo de travestis, prostituição”. Acerca desse fato em sua vida, a colaboradora conta não somente o início do seu processo, mas o antigo interesse por utilizar acessórios “femininos”, especialmente durante o carnaval. E foi quando

A Camila me levou pra primeira vez que eu desci na [avenida], que ela me convidou, né, aí eu falei “tá, semana que vem eu vou ver”. Aí eu levei uma peruca loira que eu tinha da época que eu gostava de descer nesses blocos de... blocos de... de piranhas, né? Aí eu tinha uma peruca loira lá em casa – eu adorava quando era carnaval, que eu queria que chegasse carnaval, que eu queria me vestir de mulher. Adorava! Aí levei uma peruca, um vestidinho, sapato que nem cabia no meu pé, sapato ficou apertado, e meu pé do lado de fora. Salto, né? Aí um vestidinho¹²⁹.

Ao passo que as entrevistadas narram suas memórias, também se escutam, possibilitando uma análise profunda do que vivenciaram, significando as pessoas e seu grupo, que certamente contribuíram para a contínua (re)construção da identidade. Dessa maneira, Rebeca Carvalho generalizou as – e não enxergou mudanças nas – estruturas das relações sociais entre gueis e travestis, asseverando que o “mundo *gay* ainda continua o mesmo”, entre o universo de “*gays* que não davam pinta, [e outro de]

¹²⁸ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na Sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

¹²⁹ *Idem.* entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência no bairro Alvorada.

algumas pintosas. Tinha *gays* pintoso e tinha *gays* que não era pintoso, mas tudo era naquela turma”.¹³⁰ Em contrapartida a isto, explicou a radicalidade da sua mudança e sintetiza as etapas para a construção de si enquanto Rebeca.

Eu fui, aquela semana que a Fifi me apresentou pra prostituição, pra avenida. Na semana seguinte, eu tinha um amigo que era cabeleireiro, e ele colocou *megahair* pra mim... Eu tinha um cabelo só sorvetinho. Já na outra semana, já tava com cabelo já grande, entendeu, já mudei radicalmente aí, né? Já tirei a sobrancelha. A Fifi tirou a sobrancelha, aquela sobrancelha de travesti, que naquela época a gente era travesti mesmo! Não era essa coisa de hoje, aquela só aquele fiozinho [risos]. Aí comecei a me hormonizar (...). Aí a gente se empolga, né?! começa a ter peitinho, pronto! As minhas blusas só eram ou blusa era transparente ou aquelas blusas bem pra aparecer o bico do peito. A gente gosta de chamar atenção, quando a gente tá começando a se ajeitar, adora chamar atenção¹³¹.

As etapas efetuadas por Rebeca para se afirmar enquanto travesti não são distantes das mesmas que outras travestis e transexuais processam, pois é primeiramente a partir das vestimentas e dos hormônios que esse processo se inicia, sendo mediado por outras travestis ou transexuais mais velhas e experientes. Além disso, ao afirmar os instrumentos necessários para a construção do gênero, a colaboradora reflete sobre o impacto da sua transição sobre as pessoas e, principalmente, sobre o pensamento preconceituoso que tinha acerca da figura da travesti, narrando que passou “um bom tempo pensando daquela maneira”, até que reelaborou seu posicionamento: “quando comecei realmente a fazer parte mesmo, que eu ia todo dia, que comecei a usar prostituição como meio de vida, né? Que eu comecei a dar valor ao que era ser prostituta e ter que depender desse dinheiro, que comecei a me valorizar”.¹³² Na fala de Rebeca, a valorização de si estava além do horizonte do gênero, justamente porque o trabalho sexual, com toda a sua complexidade, tornou-se o meio de sobrevivência econômica e de valorização da sua força de trabalho.

Diferenciando-se em certa medida da representação produzida por Rebeca em torno dos significados e dos sentidos do autorreconhecimento, Camila Dantas percebeu a relação com a travestilidade através da admiração que tinha por uma travesti chamada

¹³⁰ A distinção sobre os homens gueis com quem Rebeca conviveu entre “pintosos” e não “pintosos”, referia-se aos trejeitos feminizados apresentados por alguns, e a ausência desses trejeitos em outros compreendidos, assim, como homens gueis másculos.

¹³¹ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

¹³² *Ibidem*.

Simone, que residia próximo da casa de sua prima, no bairro Mauzinho. Esta colaboradora interpretou Simone como uma inspiração, um exemplo de travesti que gostaria de ser. Disse-nos que Simone viajava diversas vezes para a Europa e, “quando ela chegava, ela chegava num táxi, sempre táxi, cheia de joias e toda fina, sabe? Tinha uma casa maravilhosa, tinha uma vida social bem estável, né?”¹³³ Observando admiradamente o comportamento, os objetos e a forma de viver de Simone, sua prima lhe perguntou se gostaria de conhecer a travesti e, melhor, ser igual a ela. Sem titubear, Camila sinalizou positivamente. Neste sentido, Simone se constituiu não somente em uma das personagens importantes no processo de transição de Camila, mas em um exemplo de luta por reconhecimento a ser seguido, apresentando-lhe códigos de moralidade inerentes ao universo das travestis e mulheres transexuais.

Ela dizia que eu tinha que ganhar dinheiro, que eu tinha que ficar bonita, tinha que ajudar a família, que eu tinha que... que ter carro, uma casa, aprender ser respeitada e que ia ser muito bom pra minha vida. E aí ela me ensinava a vestir salto direito, vestir uma roupa, se maquiar. Me dizia qual era os hormônios que tu tinha que tomar¹³⁴.

Diante disso, inferimos que Camila Dantas incorporou as dicas de Simone quanto a ganhar dinheiro e ajudar a família. Durante a entrevista, a colaboradora levou em conta a família como algo onde poderia encontrar aconchego, respeito e resistência. Concomitantemente, o aspecto financeiro, possibilitado pelo trabalho sexual, constituía uma alternativa, senão a única, de independência financeira¹³⁵.

A disposição de contar sua história em diferentes contextos levou-nos a perguntar o significado de ser travesti, ou melhor, quais eram as possibilidades e embates sociais para as travestis nos anos 90. Sobre isso a Rebeca Carvalho faz um balanço narrativo a partir das suas lembranças, afirmando, inicialmente: “ser a realização do que realmente sou!”; perpassando por posturas de ter “sempre” se direcionado para o lado feminino; igualmente ressaltando a importância da infância e do tratamento familiar para reafirmar sua identidade de gênero, clarificando aspectos que a direcionaram para o seu autorreconhecimento:

Tive algumas coisas na minha vida que me direcionou, porque eu poderia ter me transformado muito mais cedo, só que aconteceu algumas coisas na minha vida que me levou... digamos, a não

¹³³ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 1 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Ibidem*.

pertencer ao mundo ao qual eu deveria ter escolhido; mas, quando eu descobri o que realmente é se vestir de mulher, se comportar como mulher, se sentir mulher, é o que realmente eu quis! Tanto que, quando eu fiz a minha mudança, eu não regredi nunca mais; eu sabia, convictamente, era isso que eu queria. Podia acontecer a pior da minha vida, podia ser maltratada, eu pudesse ser xingada, humilhada como travesti, mas isso não ia mudar meu pensamento... porque era isso que eu nasci, era isso que eu quis ser. Foi pra isso que eu nasci.¹³⁶

“Escolher ser” ou “nascer” uma pessoa trans foram formas encontradas por Rebeca Carvalho para se perceber em diferentes contextos. Para ela, inicialmente, constituiu uma escolha que fora sendo adiada por diferentes situações, focando no controle do seu corpo e da sua subjetividade pelos dispositivos de vigilância e controle: família, escola e amizades cisgêneros tóxicas¹³⁷. Todavia, à medida que a colaboradora lançou mão de acessórios “femininos” e se “comportou” como mulher, percebeu sua inserção num jogo de (re)construção de si e afirmou “foi pra isso que eu nasci”, levando em consideração os obstáculos da discriminação que, evidentemente, ocorreriam ao longo da vida. Além do mais, os modelos de estigmatização e depreciação destacam as articulações que pessoas trans produzem a partir das suas identidades de gênero e sexuais, usando-as como afirmação política concernente ao direito de sentir, de falar e de existir¹³⁸.

Servindo-se da primeira pessoa do singular para construir sua narrativa sobre esta mesma questão, caracterizando um modelo duplicado de si mesma, como se estivesse falando frente ao espelho, a narradora Camila considerou travesti “uma pessoa forte”, que “não tem medo do que as pessoas falam, vai sempre à luta de tudo, né?”, afinal, “travesti é realista”.

Eu me sinto orgulhosa porque, como eu te falei, por tudo o que já passei, eu nunca deixei ninguém passar a mão em mim, nunca deixei

¹³⁶ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

¹³⁷ Perscrutando sobre as experiências de transgêneros em Manaus/AM, a antropóloga brasileira Isabel Wittmann alerta que os primeiros espaços de sociabilidade de crianças e adolescentes – tomando escola como exemplo - apresentam “as primeiras regras a respeito de si e do mundo”, cujo cisheterossexismo e suas implicações comportamentais rejeitam ou procuram normatizar a diferença de alguns corpos generificados, aqui nos referindo aos de pessoas trans. Assim, os institutos educacionais e as famílias cisheterossexuais constituem-se como entidades castradoras, punindo qualquer “desejo de livre expressão de identidade de gênero”. WITTMANN, Isabel. *Corpo, Gênero e Identidade: Experiência transgênero na cidade de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas (UFAM), p. 67 e 69.

¹³⁸ DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, p. 153, 2011.

me humilharem; sempre que eu posso responder, eu respondo; vou mesmo à luta, né? (...) Ter me descobrido como travestis foi a melhor parte da minha vida que eu fiz. Não me sinto infeliz; ao contrário, me sinto uma pessoa super feliz e bem resolvida da minha vida, e não sinto vontade de mudar por nada¹³⁹.

Com intuito de que concordássemos com suas concepções de travestilidade e, sobretudo, de si mesma, tornou-se justo interpretar a estreita relação entre nós, especialmente naquele momento, pois a relação dialógica e a troca de experiências constituem a musculatura das fontes orais num projeto específico de História Oral, cujas entrevistadas explicitaram as imagens mais íntimas das trajetórias de vida. E aqui estão evidentes os embates pelo reconhecimento das suas individualidades como travestis e transexuais nos diversos lugares sociais que ora ocupavam com respeito, oram estavam numa teia de constringimentos e exclusões.

Nesta continuidade, em 28 de maio de 2020, mês do Orgulho LGBT, o jornal *A Crítica* se propôs escrever sobre a importância do acolhimento familiar no processo de transição de gênero. Para isso, tomou o Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero inerente a Secretaria de Estado de Saúde como espaço para entender a relevância da família e outros vínculos afetivos antes e durante o reconhecimento de gênero de pessoas trans.

Desse modo, além da fala importante da equipe profissional do Ambulatório acerca de que “(...) a partir do momento que a família vai demonstrando essa integração há também uma recuperação da autoestima e o reconhecimento de gênero muito significativa”, a narrativa de dona Mônica Cavalcante se torna imperativa no sentido de guardar histórias vivenciadas como a mãe de um homem transexual. Parte da sua história emprestada ao jornal revela que à medida que as pessoas e, em especial a família, aceita e respeita o autorreconhecimento da transgeneridade dos/das filhos/filhas, “ele se sente mais fortalecido para enfrentar o mundo, ele precisa ser aceito pelos familiares que são a base dele, a raiz dele. Ele sendo aceito pela raiz, o resto ele consegue enfrentar”, desnaturalizando ideias de decepção ou vergonha tanto da família

¹³⁹ **Camila Dantas.** Entrevista realizada em 1 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

quanto dos círculos afetivos, pois “eles são verdade, eles são amor. É isso, é você aceitar o seu filho”.¹⁴⁰

Por meio da alteridade, segundo o pensador alemão Axel Honneth, se constrói a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima, possibilitando aos sujeitos trans a capacidade de se “conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individuado e se identificar com seus objetivos e desejos”,¹⁴¹ aspectos bem sinalizados por Mônica sobre a individualidade do filho trans; ao mesmo tempo estendendo essa interpretação para a responsabilidade reivindicada por Flor de Lis sobre sua mãe, aquela que lhe deu afagos e proteção, e seu pai, Seu Domingos, contando que:

a prostituição foi tudo na minha vida porque devido a prostituição eu dei do bom e do melhor pra minha mãe, né... Minha mãe faleceu mas ela teve do bom e do melhor, e realizei diversos sonhos meu com a prostituição. Então foi uma infância, é... difícil, mas foi feliz porque teve amor, né, teve o amor da minha mãe, teve o amor do meu pai, apesar dele ser muito carrancudo, é... muito tradicional, mas ele dava amor pra gente¹⁴².

Como Maria-Nova – personagem do romance da escritora brasileira Conceição Evaristo – uma menina que lia as história nos olhos das pessoas e “precisava ouvir o outro para entender”, tinha o sentimento de que um dia deveria recontar as múltiplas histórias que lhes foram contadas. Nós, historiadoras/es, devemos ter o mesmo senso de responsabilidade de Maria-Nova provocado pela ética da história oral. E como cidadãos e cidadãs comprometidos/as com a democracia, as histórias trans nos contada são complexas e valiosas demais para “se guardar dentro de um só peito”.¹⁴³ Por isso, identificamos nas *escrevivências* das transativistas, os sentidos e os significados da família, da escola, da vizinhança e das amizades no enfretamento aos “terrorismos de gênero”¹⁴⁴ pelo (auto)reconhecimento e pelo direito de existir como pessoas trans em

¹⁴⁰ “Acolhimento familiar é essencial no processo de mudança de gênero”. *A Crítica*, 28/06/2020, (online). Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/acolhimento-familiar-e-essencial-no-processo-de-mudanca-de-genero>. Acesso em: 01 nov. 2020.

¹⁴¹ HONNET, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 266.

¹⁴² **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 22 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

¹⁴³ EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 3ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017, p. 37 e 53.

¹⁴⁴ Sobre a aplicabilidade da noção de “terrorismo de gênero”, a transativista e socióloga brasileira, Letícia Lanz, formulou para apreender a família e os espaços de socialização das crianças como lugares “privilegiados” para pôr em ação a vigilância e a repressão às pessoas transgêneras em processo de reconhecimento, acrescentando que, embora a perseguição de gênero seja algo inevitável na vida das pessoas, acredita que “é na infância que ela exerce com força redobrada”. LANZ, Letícia. *O Corpo da*

diversos contextos históricos hostis, rudimentando os próximos passos desta pesquisa, ou seja: em quais contextos as travestis e transexuais fizeram o processo de transição e produziram e ressignificaram seus corpos e subjetividades? Quais instrumentos e modelos estéticos lançaram mão para tal feito? Estar nos mundos do trabalho garantiu o sucesso de um corpo “à brasileira”, mas também uma independência econômica e social? Quais os obstáculos enfrentados nos campos de trabalho seja formal ou informal, para as colaboradoras trans?

2 TRÂNSITOS VIVIDOS: TRABALHO, CORPO E ESTÉTICA.

2.1 Transições de gênero e os artifícios do fazer-se

Era 11 de março de 1984, domingo, e o jornal do Comércio - meio de comunicação que circulava em diversas capitais brasileiras - trouxe uma discussão sobre os “fenômenos sociais” que estavam eclodindo no Brasil: as travestis e as transexuais. Assim, trazendo ao título da manchete “Transexuais e travestis, o drama de quem tá insatisfeito com o corpo”, levou ao leitor a compreensão de pessoas que vivem/viveram enquanto travestis e transexuais, manifestando inclusive a diferença existente entre essas duas categorias identitárias juntamente com a homossexualidade¹⁴⁵.

Interessados em entender essa “grande confusão” causada pelos novos personagens que invadiram não somente as avenidas, as boates e os blocos de carnavais brasileiros, como também o cenário televisivo por parte de ícones como a travesti Rogéria e a modelo transexual Roberta Close, o jornal objetivava, assim, ordenar as construções históricas e sociais do universo das travestis e transexuais. Inicialmente apontou que estes sujeitos lançaram mão de acessórios e tecnologias socialmente femininas para criarem outros modelos de feminilidade, seja ela esporádica ou não, mas que propiciava um prazer, uma excitação, ao experimentar “roupas femininas”. As interpretações produzidas na notícia parte do diálogo com “especialistas” da saúde que investigavam as dissidências sexuais e de gênero, à época. Tais médicos apontavam, de modo truncado, certas características da “construção de si” das travestis e das transexuais, homogeneizando formas de vivenciar as transições de gênero: “Conta o caso de um travesti que ganha a vida fazendo ‘trottoir’ nas ruas da cidade. Resolveu

¹⁴⁵ Reconhecemos que até meados do século XXI as categorias travesti e transexual não eram consideradas identidades de gênero e, também, políticas. Compreendemos a necessidade desse esclarecimento, pois a primeira era considerada tanto um desvio moral quanto uma alegoria carnavalesca apontada como travestismo ou travestimento. A segunda permanece como uma patologia pelo campo da psiquiatria, sendo deslocada da classificação de Transtorno Mental para Disforia de Gênero na Classificação Internacional de Doenças – CID. Para se aprofundar no assunto da patologização e da clínica sobre as identidades trans, indicamos alguns trabalhos, como da historiadora trans, MUNIN, Pietra Mello. *Processo Transexualizador: discursos, lutas e memórias* – Hospital das Clínicas. São Paulo: e-Manuscritos, 2019. Também as obras citadas de BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. BENTO, Berenice. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

adotar uma criança como pai e nos finais de semana, ao buscá-lo no colégio, assume o papel de homem”.¹⁴⁶

Diante disso, percebe-se a flexibilidade dos papéis e das identidades de gênero na sociedade, demonstrando que a pessoa que se travestia, na segunda metade do século XX, não necessariamente vivenciava a identidade feminina plenamente, mas poderia se adequar às demarcações cis-heterossexuais nos espaços generificados, como expressar-se socialmente enquanto homem para buscar o filho na escola, asseverando inclusive como uma forma de resistência para cuidar, amar e dar carinho a uma criança. Ademais, o jornal emerge cada vez mais sobre a figura da travesti, estereotipando-as enquanto pessoas que usavam “roupas extravagantes” e que buscavam incessantemente o “ideal de beleza feminina, com cirurgias que retiram o ‘pomo de Adão’ e arrebitam narizes”, utilizando inclusive de silicone nos “seios, no rosto e nas nádegas parra arredondar as formas”, se exibindo como uma “mulher narcisista (...), mas em muitos casos é mera caricatura feminina”.¹⁴⁷

Apesar da matéria não expor quem eram as pessoas e/ou instituições que concederam as informações sobre a figura da travesti, aparentemente se tratou de uma médica. Ainda que a médica fosse sensível às complexidades das identidades de gênero e sexuais ante uma sociedade que estava paulatinamente “saindo” de um regime totalitário, acabava expondo suas próprias convicções ideológicas e preconceituosas sobre os corpos e as experiências dessas pessoas centrais na discussão entre a imprensa e a medicina. Isto quer dizer que para a médica, a travesti ou o sujeito que se travestia, objetivava um ideal brasileiro de feminilidade que se constituía numa caricatura da “mulher de verdade”, uma falsificação do que era hegemônico. Ao mesmo tempo, é possível notar, na notícia, a hierarquização sobre essas duas categorias identitárias num sentido moralista, evidenciando que a figura transexual “assume sempre a personalidade do sexo oposto e se saem muito bem”, havendo apenas problema com a genitália, “colocando o prazer sexual em segundo plano”, ao mesmo tempo compreendendo que “é mais importante a identidade com a personalidade do sexo oposto”, como se a travesti ou o homossexual se autoidentificasse socialmente enquanto tal apenas pelo e

¹⁴⁶ “Transexuais e travestis, o drama de quem está insatisfeito com o corpo”. *Jornal do Comércio*, nº 33.2019, 11/03/1984, p. 22.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 22.

para o prazer e o divertimento, não abarcando em sua totalidade as especificidades que envolviam também o direito às suas expressões identitárias¹⁴⁸. Diferentemente da perspectiva apresentada pelo jornal, Larissa Pelúcio elucida a relevância das travestis e transexuais estarem inseridas em redes de relações sociais, porque “é ali que elas aprendem a se maquiar e a se depilar com eficiência; andar e gesticular como mulher, a mudar a voz e o nome; a tomar hormônios; e onde e com quem colocar silicone. Só assim pode-se iniciar a construção de pessoa travesti”¹⁴⁹.

Ainda que a década de 1980 significasse um período de abertura política no qual os movimentos sociais de homossexuais e de mulheres feministas estivessem se organizando politicamente contra a ditadura civil-militar, e “gritando” pelo direito ao corpo, ao prazer e à livre expressão, outras figuras estavam sendo perseguidas tanto pela polícia quanto pela medicina, ou seja, o Estado repreendia as travestis que exerciam a prostituição nas ruas e avenidas como uma forma de manutenção da ordem e dos bons costumes, e a medicina se ocupava de analisar as fisiologias e os comportamento de personagens que nasceram e foram moldados de acordo com o sexo masculino, mas que expressavam-se como mulheres, da mesma maneira daqueles que nasceram e foram assimilados do sexo feminino e se comportavam com trejeitos advindos do universo masculinizado¹⁵⁰.

As transições de gênero são múltiplas e com dinâmicas diferenciadas. Por isso, como parte desta dissertação, as experiências de travestis e transexuais devem ser levadas em consideração, muito mais do que as perspectivas veiculadas pelos meios de comunicação e pela medicina, mesmo que seus intuitos acerca da saúde trans, naquele

¹⁴⁸ “Transexuais e travestis, o drama de quem está insatisfeito com o corpo”. *Jornal do Comércio*, 11/03/1984, p. 22.

¹⁴⁹ PELÚCIO, Larissa. “Toda quebrada na plástica” – Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos – Revista de Antropologia*, v. 6, n. 1, p. 98, 2005.

¹⁵⁰ Trabalhos clássicos que abordam o surgimento de movimentos sociais identitários no Brasil, investigando questões particulares desse momento como o advento do HIV/Aids, as lutas coletivas pelo fim da Ditadura Civil-Militar, pela diversidade de expressões sexuais e de gênero, pela despatologização das sexualidades dissidentes, elencamos, assim, os trabalhos de MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018. SIMÕES, Julio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 2009. GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. A despeito de não serem trabalhos acadêmicos, os escritos de João Silvério Trevisan são imprescindíveis por seu rigor metodológico e analítico no que tange a história do movimento LGBT no Brasil. Assim, sugerimos ver TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

momento, fossem diferentes do tempo presente. Assim, as memórias de pessoas que passaram pela transição de gênero e a execução das suas performances sociais são relevantes para analisarmos historicamente como o corpo e as identidades estão entrelaçadas com a dinâmica da sociedade, compreendendo o corpo como agente ativo na produção das expressões com as quais as travestis e as mulheres transexuais desejam ser lidas e assimiladas, socialmente¹⁵¹.

Diante disso, Flor de Lis, mulher transexual, negra, nascida em Manaus em 1961, conta que percebeu sua diferença das demais crianças aos oito anos de idade. Contudo seu processo de transição de gênero iniciou um pouco mais tarde, já na adolescência. Estas memórias revelam suas experiências trans numa época em que não haviam sujeitos travestis ou travestidos, como conhecemos atualmente, em Manaus. Conta que as travestis “(...) foram surgindo aos poucos em Manaus, né? Veio muita bicha de fora, né? Que já trouxeram lá de São Paulo, do Rio. Aí foi quando já vieram pra Manaus, e daqui já ensinaram a gente, a usar hormônio... aí começou a surgir as travestis dentro de Manaus.”¹⁵²

Apontamos os anos finais da década de 1970 a chegada das travestis em Manaus, com seus corpos esculturalmente moldados no hormônio ou no silicone, acompanhadas de certa carga de conhecimento empírico acerca dos medicamentos e procedimentos para construção de determinado modelo corpóreo. Antes do surgimento ou mesmo da adesão desses processos farmacológicos e médicos para construção de si, as travestis configuravam-se enquanto homens que se “vestiam” de mulher, seja para festejar em boates, clubes e blocos, havendo os famosos “bailes gays”, carregando inclusive a alcunha de “enxutos”. Neste sentido, Flor de Lis conta que neste momento instituições de grande reputação como o Ideal Clube, Clube Sírio Libanês e Olímpicos

¹⁵¹ Sobre a aproximação e relação entre gênero e corpo com as diversas dinâmicas da sociedade, Reawyn Connell produz o conceito de “corporificação social”, útil para saber que os corpos possuem agência e que são (re)produzidos no cotidiano. Nesse sentido, argumenta que todo processo histórico pode ser nomeado de corporificação social, abarcando não somente as práticas individuais, “mas também grupos, instituições e complexos de instituições”, em que o gênero como um elemento impregnado de componentes sociais e políticos, explicita a aproximação entre “processos sociais e corporais”, gerando, assim, novas existências humanas. CONNELL, Reawyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

¹⁵² **Flor de Lis**. Entrevista realizada no dia 16 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

Clube promoviam os “Bailes Gays” da cidade, onde os homens gueis¹⁵³ podiam travestir-se e participar de concursos de beleza ou fazer shows performáticos:

A gente podia se travestir, né? Sempre existiu um homem se vestir de mulher, os enxutos que chamavam antigamente. Então a gente ia vestido de mulher, se não passasse do limite, era normal¹⁵⁴.

O historiador brasileiro, Elias Ferreira Veras, nos diz que o carnaval se configurava, entre as décadas de 1970 e 1980, como um laboratório de experimentação da inversão dos universos masculinizados e feminilizados, ou seja, um ambiente em que os horizontes pré-estabelecidos entre o masculino e o feminino era suspenso, revelando assim a flexibilidade da binaridade no sistema da heterossexualidade compulsória. Parece que não somente a flexibilidade pode ser posta em análise, mas a própria fragilidade desse sistema regulatório que não somente é produzido discursivamente, mas também construído materialmente por meio das relações sociais. Mais do que isso, os espaços de folia e diversão proporcionados pelo período carnavalesco, também eram “lugar[es] de múltiplas sociabilidades, onde antigas amizades eram reforçadas enquanto novas poderiam ser estabelecidas”, ocorrendo inclusive a “homossexualização do carnaval”.¹⁵⁵

A homossexualização do carnaval, como pontua Veras, proporcionou a visibilidade de outras identidades de gênero e sexuais, como também a produção de espaços destinados à produção de si e da sociabilidade entre gueis, lésbicas e travestis. Flor de Lis aponta o “Patricia’s Bar”, local importante de sociabilidade entre homossexuais e travestis à época. Considera-se, ainda, a inscrição do bar na paisagem da cidade de Manaus, carregado de simbolismos e significados que materializam a presença de gueis, lésbicas e travestis num contexto autoritário e repressivo.

Tinha, tínhamos um bar chamado Patrícias bar, que era o único local gay dentro de Manaus. Ficava aqui na Chapada, próximo à [Avenida] Darcy Vargas. Um bar muito famoso, né? Inclusive frequentado por

¹⁵³ Reafirmamos, aqui, o uso do termo “guei” e não *gay* com o intuito de desvencilhar de conceitos tipicamente norte-americanos, percebendo a importância da valorização das identidades e dialetos latino-americanos. Para isso, cito o canônico trabalho de TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

¹⁵⁴ **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 16 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

¹⁵⁵ VERAS, Elias Ferreira. *Travesti: carne, tinta e papel*. Curitiba: Appris, 2018, p. 61 - 63.

grandes pessoas da sociedade no período. Gente famosa, gente que tinha poder financeiramente.

Para a colaboradora, esse famoso bar além de ser um ambiente frequentado assiduamente pela população de gueis, lésbicas e travestis, também era almejado por outras pessoas pelo aconchego, especialmente por aquelas famosas e de poder econômico na cidade. Desse modo levantamos as seguintes questões: será que o Patricia's Bar foi gestado para atender prioritariamente o público homossexual da cidade? Como certos locais são importantes para identificação e construção de si mediante as diferenças? Creio que este “famoso bar”, bem localizado, construído e gerenciado por Alonso Poenta¹⁵⁶, tornou-se um ambiente de encontro e diversão entre homossexuais, lésbicas e travestis, a ponto de ocorrer a promoção de bailes carnavalescos para as homossexualidades¹⁵⁷.

Levou-se em consideração a questão espacial de divertimento e *glamour* por meio das fontes orais, justamente porque se tornou necessário analisar como as travestis e mulheres trans, como atualmente conhecemos, surgiram em Manaus, e o Patricia's bar e outros clubes recreativos se constituíram enquanto lugares de memórias, relevantes para que “bonecas” e enxutos se autoidentificassem enquanto travestis, deixando de “ir de travesti” para “ser travesti”. Além disso, a existência desses espaços que abarcavam outras categorias identitárias, explicitando as múltiplas *performances* de gênero, era distinta dos bordéis, porque “não tinha esse acolhimento como tinha o Patrícia's que era destinado pra essa população, né?! Gay, travesti e lésbica”.¹⁵⁸

Se percebendo enquanto menina desde os oito anos de idade, os bailes promovidos por essas instituições foram importantes para vivenciar o feminino por intermédio dos aparatos que compunham esse universo, tomando como exemplos as celebridades hollywoodianas. Por isso, a promoção desses eventos que em parte eram elaborados e postos em prática por alguém do “mundo guei” levava em consideração o

¹⁵⁶ Buscando outras informações sobre o possível proprietário do *Patricias' bar* a partir da verbalização do nome por Flor de Lis, conclui a investigação sem nenhuma informação referente a Alonso Poeta.

¹⁵⁷ Os pesquisadores James Green e Renan Quinalha chamam nossa atenção para o anacronismo do uso dos termos Pessoas Trans ou LGBT neste período da história brasileira, denominações recentes e resultantes do avanço do movimento social. Quando for necessário, recorreremos à expressão homossexualidades, tal como utilizado por eles. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EDUFSCAR, 2015, p.11.

¹⁵⁸ **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 16 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

inusitado para o entretenimento do público manauense em consonância com o interesse das “travesti e as meninas gay que se vestia de mulher (...) de mostrar coisas bonitas, aquele luxo! Luxo próprio, né? E eram fantasias belíssimas! E esse público dava, gastava muito dinheiro”.¹⁵⁹

Além de configurar como espaços de entretenimento e diversão da população de Manaus, em que o lucro possivelmente era significativo a ponto de Flor de Lis e outras pessoas produzirem suas vestimentas chiques e brilhantes, como também suas performances nos *shows*, da mesma maneira era um meio pelo qual a identificação com o universo feminino era “aceita” e “respeitada”, demonstrando a aproximação da sociedade com novos sujeitos que expressavam as diferenças ante o sistema heterossexual, reconfigurando, assim, os horizontes das relações de gênero na cidade.

O processo histórico referente ao surgimento das travestis e, posteriormente, das transexuais em Manaus esteve intimamente relacionado às mudanças culturais que estavam ocorrendo no Brasil, sobretudo com a vinda da contracultura que envolvia os modelos contraceptivos, a sexualidade, a diversidade, etc. Neste sentido, Rafael Ocanha nos diz que a década de 1970 foi um período em que se “popularizou” os métodos contraceptivos, pílulas e injeções para evitar gravidez nas mulheres cisgêneras, como também foi o momento em que as cirurgias de “mudança de sexo” e plásticas ressignificaram a concepção natural e estática historicamente estabelecida sobre o corpo, dando a este a função de agente político e social¹⁶⁰. Por isso, para a socióloga transexual, Reawyn Connell a estrutura humana está além da concepção de “fato” inexorável, justamente porque:

Nossos corpos são interconectados por meio de práticas sociais e de coisas que fazemos em nosso cotidiano (...). Processos corporais e estruturas sociais se conectam pelo tempo. Somam-se ao processo histórico no qual a sociedade é corporificada e os corpos são arrastados para história¹⁶¹.

¹⁵⁹ **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 16 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM.

¹⁶⁰ OCANHA, Rafael Feitas. Travestis paulistanas na mira da Polícia Civil: a prática da Contravenção Penal de Vadiagem (1976-1977). In: Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 23, 2016, São Paulo. *Anais do XXIII Encontro Estadual de História ANPUH-SP*. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2016.

¹⁶¹ CONNELL, Reawyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015, p. 112.

Deste modo podemos pressupor que tanto os corpos de pessoas trans quanto de pessoas cisgêneras possuem marcas e trajetórias de longa duração, sendo frequentemente reorganizados pelos danos causados por acidente, violência, cirurgias plásticas, ou seja, reestruturando-se para prosseguirem. A produção de si e das subjetividades entre as travestis e mulheres transexuais colaboradoras desta pesquisa, perpassa as lembranças acerca da construção dos seus corpos aos seus gostos e interesses, sejam eles econômico e/ou estético. Por isso, torna-se importante para este estudo compreender a categoria gênero imbricada de práticas sociais humanas, evidenciando “o quão próximos os processos sociais e corporais se encontram”.¹⁶²

As relações entre corpo e sociedade são determinantes para entender as dinâmicas e as temporalidades por trás da transição de gênero e a corporeidade trans. Em vista disso, Nichole Oliveira ao ser indagada acerca dos caminhos e problemas durante sua transição de gênero, revela-nos que um dos impulsionadores para que ocorresse este evento em sua vida partiu das relações de sociabilidade com as travestis do bairro onde residia, no São José I. Com seus 18 anos, Nichole estava decidida a passar por esse processo, pois não lhe cabia mais utilizar acessórios e ser reconhecida dentro dos padrões convencionais masculinos: “eu vou, eu tenho que usar roupa de mulher, sabe? Eu tenho que parar com isso. E é o que eu gosto, é o que eu quero e eu vou usar roupa de mulher, simplesmente”¹⁶³. Tendo um processo paulatino e cauteloso por diferentes razões, a colaboradora narra que aprendeu primeiro a “entrucar a neca” ao usar calças jeans. Aos poucos foi mudando seu vestuário, indo da calça frouxa e masculinizada às mais apertadas e feminizadas, da mesma forma que mesclava estes dois modelos que, apesar de ser apenas tecidos modelados e costurados para cobrir a nudez humana, carregam uma carga de poder simbólico e de identidade que reafirma as estruturas dicotomizadas entre masculino e feminino, não dando margem para outros modelos de existência.

Diante disso, vivendo ainda sob o julgo do sistema cisheterossexista mediante as roupas e outras técnicas de expressão de gênero, podemos analisar de duas formas essa estratégia. Primeiramente a sua transição despertou a negatividade e o preconceito

¹⁶² CONNELL, Reawyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015, p. 112.

¹⁶³ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

da família, pois além de não ser respeitada e constantemente violentada, também era “presenteada” com roupas masculinas, talvez como uma forma de reafirmarem e essencializarem sobre Nichole a condição masculina. A segunda forma dá-se por encontrar na mescla dos dois universos de gênero hegemônica certa resistência frente aos atos de intolerância e desrespeito pela sua autoidentificação enquanto transexual. Assim, o medo, o receio, a vergonha talvez, fossem motivadores para viver certo tempo transitando entre esses dois horizontes de gênero, levando em consideração as dificuldades em ser uma pessoa LGBT nos anos 80 e início dos anos 90. Neste sentido, ao refletir sobre as complexidades em ser LGBT na última década do XX, Nichole aponta que isto se dava, em grande medida:

Por causa da questão da família, por causa da questão da sociedade... era muito difícil ser LGBT nessa época. Então o índice de suicídio era muito alto, muito mais alto do que é hoje. Era muito alto, só que em relação às trans era maior ainda porque elas se suicidavam mais, porque, por exemplo, pessoas como eu, que não tinham perspectiva, já pensou morar em Manaus? Sem perspectiva nenhuma, sem formação nenhuma, não é? Sem ver aquela luz do fim do túnel, sem ver aquela mudança chegar, porque de repente a gente ver... abrir uma revista e ver a Rogéria, a Telma Lipp, a Roberta Close e ver que aquilo ali era uma realidade extremamente longe do que tava acontecendo aqui, então era muito desesperador, não é? Nem todo mundo tinha a sorte de ser a Roberta Close (...)¹⁶⁴.

As adversidades sociais existentes nas experiências de gueis, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais baseia-se, à primeira vista, com a rejeição e o desrespeito partidos da família, em seguida pelas outras instituições sociais. Contudo, para as travestis e mulheres transexuais essas problemáticas duplicam, entrando em ação os altos índices de suicídio e a falta de perspectiva de vida frente aos obstáculos produzidos pelo sistema normalizador, ou seja, a negação de direitos fundamentais - como a educação - para serem compreendidas e se perceberem enquanto cidadãs. Para mais, nas experiências de Nichole exigiu-se a construção de uma feminilidade pautada num tipo específico de feminino para ser uma transexual, ou o mais próximo de ser representada como “mulher de verdade”, estando vinculada a personalidades público-

¹⁶⁴ **Nichole Oliveira.** Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

mediáticas como Roberta Close, Rogéria ou Telma Lipp¹⁶⁵, ideais que, para a colaboradora, constituía uma “realidade extremamente longe”, dolorosa e angustiante.

Por meio das memórias, remontar a essas figuras enquanto modelos de corporeidade e estética de uma determinada época, uma vez que por certo tempo esses “ícones” se constituíram enquanto espelhos para que outras travestis e transexuais produzissem a si e suas subjetividades. Para tanto, passaram a lançar mão da biomedicina e técnicas específicas para construir suas feminilidades, tal qual era necessário, à época, expressarem suas identidades de gênero em conformidade a um tipo específico de feminilidade, em especial o mais próximo de personagens trans dos programas de televisão.

Ao narrar sobre o processo de injeção hormonal, os métodos de uso e a importância dessa tecnologia nas experiências das pessoas trans, a colaboradora explicita não apenas o aspecto prático, mas também a importância das relações sociais entre travestis e transexuais em torno dos melhores medicamentos para angariar resultados desejados sobre o corpo, configurando, então, uma prática “tradicional que todo mundo fazia: uma travesti ensinava a outra”. Podemos constatar que há uma memória coletiva em torno do processo de hormonização que perdura por mais de trinta anos entre as pessoas trans. Embora sejam medicamentos produzidos com outra finalidade (a contracepção da gravidez para mulheres cisgêneras), estes hormônios representam um segundo passo para produção de outros modelos de corporeidade, mas também como a farmacologia destes produtos foram ressignificados dentro de uma lógica que podemos chamar de “tecnologia social de gênero”, ou seja, produtos como estes e outros (óleo de avião, por exemplo), que foram pensados, sistematizados e criados com outros objetivos tornaram-se responsáveis pela formatação e criação de modelos corporais trans, generificados e dissonantes do que pretendia a sociedade naquele momento. Assim, o senso de coletividade produz conhecimento e práticas

¹⁶⁵ Telma Lipp nasceu em São Paulo, em 1962. Lipp foi atriz e modelo, tendo sucesso principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, sendo considerada como uma das mulheres mais bonitas do Brasil ao lado de Xuxa e Roberta Close. Ela atuou como jurada em programas de entretenimento e em diversas peças de teatro e filmes. Citamos, aqui, sua participação no filme *Dores de Amor* dos cineastas suíços, Pierre-Alain Meier e Matthias Kälin, e inspiração para o filme *Thelma*, de Meier. Além desses filmes, Telma havia sido convidada para o elenco do filme *Carandiru*, onde interpretaria a travesti Lady Di. Infelizmente Lipp foi rejeitada e substituída pelo ator cisgênero e heterossexual Rodrigo Santoro. Telma Lipp, atriz e modelo transexual brasileira, faleceu aos 42 anos devido à insuficiência pulmonar, em São Paulo.

potentes da/para comunidade, cujas lembranças desse grupo demonstram que a memória engendrada em torno das alternativas das produções do corpo e das subjetividades trans, cria um comum “universo de discurso e significados”, dando às experiências com o corpo e sua produção “uma forma histórica própria, uma ‘versão’ consagrada dos acontecimentos”.¹⁶⁶

Para Oliveira, a historicidade das suas experiências com a inserção de medicamentos, saberes e práticas para construção da sua identidade mistura o tempo de causa e efeito não somente para perceber os resultados destes métodos, mas as consequências em longo prazo desse processo. Ainda mais, pondera acerca da relevância do acompanhamento médico para as travestis e transexuais nos ambulatórios transexualizadores inerente ao Sistema Único de Saúde, instituído em 2008¹⁶⁷, do qual a colaboradora usufrui, explicitando uma alternativa adequada a partir do conhecimento de causa:

(...) eu usei muito a Perlutan, muito mesmo, nos anos 90, eu usei muito a Perlutan, do tipo eu não morri por uma overdose de hormônio porque eu sou muito ruim pra morrer mesmo, né?! Eu tinha que sofrer mais ainda. Mas pela... quando eu digo a quantidade de hormônio que eu tomei quando comecei, não é?... a ter, enfim, um acompanhamento médico, né?! Que já é com essas consultas que eu tive em São Paulo, que eu consegui entrar no processo transexualizador. E foi com essas consultas em São Paulo, e foi com as consultas com a Dr^a Dária, aqui em Manaus, quando eu falei a quantidade de hormônio que eu tomei, tipo assim, todo mundo se espanta: como foi que eu não tive uma overdose de hormônio; como foi que eu não tive uma parada cardíaca;

¹⁶⁶ BOSI, Éclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 67.

¹⁶⁷ Em 18 de agosto de 2008, o Ministério da Saúde promulgou a Portaria nº 1.707 que instituiu o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. No documento aponta o reconhecimento das identidades de gênero e sexuais por parte do Ministério, como também as violações dos direitos humanos e discriminação no âmbito do sistema de saúde, e por isso tornou-se necessário a construção de uma política afirmativa para pessoas trans, de modo humanizado, integral e com formação continuada dos profissionais de saúde, com base na Portaria 675 de 2006. Ademais, ressaltou que em novembro de 2013 essa portaria foi revogada com a justificativa da redefinição e ampliação do Processo Transexualizador no SUS, se baseando em pesquisas de qualidade para haver um entendimento maior dos cuidados de saúde com os participantes dos ambulatórios devidamente credenciados. No Amazonas, somente em 2017 tivemos a criação de um ambulatório de diversidade sexual e gênero, em parceria entre Secretaria de Estado de Saúde e Universidade do Estado do Amazonas. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707 de 18/08/2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em: 09 mar. 2020. *Ibidem*. Portaria nº 2.803 de 19/11/2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 09 mar. 2020.

como foi que eu não tive é... uma trombose. Mas isso daí são consequências que eu ainda posso ter, não é?¹⁶⁸

Surfando entre o passado e o presente para narrar suas experiências e a medicalização do corpo com a finalidade de mudanças, Nichole Oliveira nos mostra que a hormonização se configura um campo de prática social, partindo do coletivo para o individual no que tange os saberes disseminados pelas travestis e transexuais mais experientes, ou seja, as que já haviam passado pelo processo de transição e, provavelmente já teriam seus corpos modificados por silicone, seja industrial ou médico. Neste sentido, as novas economias do uso do corpo e da sexualidade nas vivências de pessoas trans explicita a “noção de um sujeito dotado de interioridade e valorizado pela autonomia de sua vontade e liberdade individuais”.¹⁶⁹ De fato, as colaboradoras desta dissertação reivindicaram a liberdade dos seus corpos para produzi-los conforme seus desejos, modelando-os para atender uma satisfação individual relativa ao ideal feminino que se convencionou, isto é, corpos fortes e esbeltos à brasileira.

De acordo com Nichole Oliveira, a idealização de um corpo bonito, com “bundão e peitão”, compõe o imaginário social acerca de um modelo feminino hipersexualizado e estereotipado, compreendendo isso como um “estigma de gênero e sexual” que deve ser discutido com as mulheres trans para não se tornarem reféns desses modelos corporais no que tange a utilização do silicone industrial. Assim como processo hormonal não produziu um corolário esperado, explorou a alternativa do silicone industrial por diferentes razões, sobretudo pelo custo benefício tanto do produto e seus resultados, quanto da mão de obra da “bombadeira”.¹⁷⁰

A minha briga com hormônio foi justamente essa, porque eu queria corpão de brasileira, era isso o que eu queria, e eu não consegui, que hoje se eu tivesse continuado trabalhando só com hormônio, o advento da idade, com o passar dos anos, eu não iria conseguir o que eu tenho

¹⁶⁸ **Nichole Oliveira.** Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping.

¹⁶⁹ FACHINNI, Regina; FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Medicalização, sexualidade e gênero: sujeitos e agenciamentos (apresentação) . *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, v. 2, n. 14, p.166, 2013.

¹⁷⁰ Segundo Larissa Pelúcio, bombadeira é um termo êmico autoclassificatório que se refere às travestis ou mulheres trans que dominam os conhecimentos e técnicas de aplicação de silicone industrial em outras pessoas trans que objetivam ter um corpo escultural conforme o ideal estereotipado de mulher brasileira, isto é, com bumbum e seios avantajados e modelados. PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009, p. 28.

hoje, com silicone industrial, mas eu iria conseguir uma coisa mais harmoniosa, só que faltou paciência, não é?¹⁷¹

O interesse por um corpo modelado e curvilíneo cujos hormônios não proporcionaram foram um dos fatores que levaram Nichole mergulhar nas redes de informação e saber sobre o silicone industrial e a sua eficácia para produção do corpo e da subjetividade trans. Além disso, o arrependimento, o fator geracional e a paciência denotam as complexidades em longo prazo da utilização desse produto nos corpos trans, lamentando que se tivesse tido paciência e continuado com os hormônios talvez houvesse, atualmente, algo mais harmonioso de acordo com sua idade.

O antropólogo sueco Don Kulick, ao produzir sua etnografia sobre as travestis de Salvador, sinalizou para a historicidade do uso do silicone industrial para “bombaço” dos corpos, mais ou menos nos primeiros anos de 1980. Conta-nos que tal produto veio juntamente com outras travestis que residiram em Paris, com uma coloração rosada, distinta da qual é usada atualmente. Primeiramente o produto se instala em Curitiba, cujas travestis de todo o Brasil acabavam sabendo e produzindo certo esforço econômico para a viagem e o custo da força de trabalho e do material para as “bombadeiras”. Neuza Maria de Oliveira também afirma que em 1984 as travestis de Salvador já possuíam tal informação, mesmo que poucas já tivessem com alguns litros de silicone no corpo¹⁷².

Em Manaus, contudo, as informações acerca de tal procedimento para fabricação dos corpos trans na cidade são escassas, justificando-se por conta da constante migração das travestis e mulheres transexuais para São Paulo e outras capitais do sudeste, para submeter-se ao processo de bombaço e trabalhar no comércio sexual da capital paulistana pelos altos rendimentos. No entanto, não devemos negligenciar ou negar que em Manaus não houve pessoas que dominassem essas técnicas de “bombaço”, reestruturando geograficamente a monopolização de todos os tipos e formas de saberes e conhecimento somente pelo sul do Brasil.

Entre 2007 e 2008, no Conjunto João Paulo, Rebecca Carvalho, aos 38 anos, decidiu colocar seus primeiros litros de silicone industrial aqui, em Manaus. Relembra

¹⁷¹ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 06 de maio de 2019 na livraria Saraiva do Manauara Shopping.

¹⁷² KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 93.

esse processo através da relação de amizade construída com Sabrina Pé de Pato, a bombadeira – talvez a única que existiu na cidade – que produziu seu corpo. Carvalho descreve Pé de Pato da seguinte maneira:

A bicha enorme de alta, altérrima! O peito parecia uma prateleira de supermercado, cabia um monte de coisa em cima. Quadril, meu Deus do céu, era enorme! A bicha parecia uma boneca barbie. Mas só toda maquiada, porque já conheci ela pessoalmente, ela sem aquela maquiagem é um mondrongo de feia¹⁷³.

A representação construída sobre Sabrina Pé de Pato por Carvalho demonstra que a “bombadeira” possuía bastante silicone, em todas as partes do corpo, chamando atenção, sobretudo por ser “altérrima”. Apesar do corpo de Sabrina ser estruturalmente modificado segundo seu ideal de feminilidade, para Rebeca Carvalho ela era “feia”.

Para custear os materiais e a força de trabalho de Sabrina, a colaboradora decidiu vender sua casa no valor de 10 mil reais. Logo após a venda da casa, Rebecca informou sobre o interesse de construir sua mama à Sabrina que lhe convidou para ir à sua casa, no bairro São José, para executar tal procedimento. Assim, colocando cerca de 250ml em cada lado, Rebeca conta detalhadamente as tecnologias usadas por Sabrina, como também os sentimentos de dor, desejo e satisfação com a (re)construção do corpo e o reforço da subjetivação trans. O processo de construção de memória da Rebeca revela o conhecimento produzido sobre os corpos transgêneros por pessoas trans, manifestando outras formas de saberes subalternizados e, em larga medida, desvalorizados por instituições e sujeitos hegemônicos – instituições médicas, a farmacologia legalizada, o Estado – hierarquizando e condenando outras pessoas e métodos de cura e cirurgias que contrapunham à normatização dos conselhos de medicina e da legislação brasileira.

Após tomar um suco de laranja e escutar as músicas de determinado CD “pra ficar bem calma”, Sabrina deu início ao processo de “bombaço” amarrando parte de um cabo de vassoura entre as duas mamas hormonizadas de Rebeca “pro silicone não grudar um no outro, cabo de vassoura bem apertado mesmo”. Em seguida aplicou anestesia e prosseguiu enfiando pontas de agulhas veterinárias, especificamente aquelas de espessura larga, pois “como o silicone é um óleo ele não passa numa agulha fina, tem

¹⁷³ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência no bairro Alvorada.

que passar naquelas grossas mesmo, aquelas que dão injeção em cavalo, essas coisas”.¹⁷⁴ Com as seringas e bisnagas devidamente higienizadas com álcool, a bombadeira:

(...) encheu as quatro bisnagas e pediu de uma amiga pra quando secasse a bisnaga ela logo encher, com maior cuidado. Então ela pegou o primeiro e enroscou na ponta da agulha e foi enfiando devagarzinho, mas foi bem devagarzinho mesmo! Ela mediu, ela mediu um copo assim que dava mais ou menos 250ml pra dois, colocou um direitinho e aquele [outro] ia usar todinho. Agora [dor] insuportável! Ela vai metendo devagarzinho e você vai sentir como se fosse enfiando uma faca devagarzinho em você, assim, aquela faca que vai mexendo assim? Vai metendo devagarzinho. Nossa, uma dor insuportável!¹⁷⁵

Além da produção da sua mama com o silicone industrial, Rebeca experimentou a “injeção da beleza” em outros locais do corpo, entre eles as nádegas, ratificando o sucesso do procedimento: “coisa mais maravilhosa que ela me fez foi colocar minha bunda, até hoje acho linda minha bunda”. Depois colocou algumas “dosagens pequenininhas” no rosto. Primeiro na fundação que tinha no queixo decorrido de um embate com um “marginal”, ainda quando morava no bairro Lírio do Vale. Mesmo que tenha ficado “maravilhoso, preenchido tudo” inicialmente, contudo, o tempo demonstrou os efeitos da cirurgia nesta parte do corpo, que foi quando:

(...) parte da minha mandíbula já não tinha sustentação, [o] silicone cedeu mais, baixou, e eu caí na besteira de colocar mais silicone nessa parte que ficou funda. Aí que foi meu erro. Aí eu coloquei mais, pesou mais e hoje tá aí esse silicone aqui caído. Só vou conseguir ajeitar quando eu fizer uma plástica, puxar a pele né?¹⁷⁶

Mas não parou por aí. Custeou o serviço de Pé de Pato também na sua testa e no seu “bigode de chinês”, por talvez considerar outras partes que precisassem ser modificadas e mexidas mediante seu gosto e que, subjetivamente, não representavam traços socialmente femininos. E diante disso que Rebecca narra os arrependimentos do uso abusivo de tal produto no seu rosto, deixando sequelas explícitas – lado do rosto direito rebaixado, pontos escurecidos na testa e acentuação das linhas de expressão entre o nariz e o rosto chamado “bigode de chinês – explicitando seu interesse em soluções

¹⁷⁴ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

¹⁷⁵ *Ibidem.*

¹⁷⁶ *Ibidem.*

futuras porque “como a gente não pode voltar no passado, a gente tenta corrigir o futuro, né? Então o jeito é correr atrás de uma plástica e não chorar pelo leite derramado”.¹⁷⁷

A expectativa e as dores emaranhadas no processo de modificação corporal pelo qual travestis e transexuais se submetem, ou são submetidas pelos fatores sociais e econômicos, demonstra a flexibilidade e a plasticidade dos corpos, distante dos modelos “rígidos” e pretensamente estáveis, efeitos do advento de tecnologias médicas e farmacológicas, como também, a partir da década de 1960, do “desabrochar do feminismo (...) que completava o quadro de influências que contribuíram para minar as imagens tradicionais de mulher (...)”.¹⁷⁸

Diante das mudanças acerca da concepção tradicional de feminilidade e do ser mulher com o advento do feminismo e da contracultura, as travestis já utilizavam acessório do repertório socialmente feminino para produzirem suas próprias representações, tomando seus corpos como espaço privilegiado para questionar as normatizações cisgêneras e binárias. Mais adiante, como nos explicitaram as memórias das colaboradoras acerca das especificidades do processo de transição e os artifícios do fazer-se, chamam atenção para os resultados imediatos e os efeitos ao longo prazo, significando a historicidade de tais marcas nos corpos trans, em seus corpos transicionados e modificados.

E, desta feita, em 29 de agosto de 2010, a representação e o uso do silicone pelas travestis entraram em pauta novamente. Diferente do que foi veiculado em 1984, esta matéria buscou “ouvir” as consumidoras de tal produto e que, naquele momento, estavam vinculadas ao movimento social LGBT do Estado, construindo mecanismos de orientação referente ao silicone industrial, simultaneamente alertando o Estado sobre o seu papel de erigir métodos que viabilizassem o acesso à saúde pelas pessoas trans, garantindo cirurgias estéticas que adequassem seus corpos aos gêneros que se autoidentificavam para, assim, reduzir progressiva e paulatinamente a utilização de produtos danosos da qual travestis e transexuais lançavam mão por diferentes razões.

¹⁷⁷ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

¹⁷⁸ PINSKY, Carla Bassanezi. A Era dos Modelos Flexíveis. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY Carla (orgs). *Nova História das Mulheres*. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018, p. 515.

Figura 1: Aumenta uso de silicone industrial

C4 CIDADES a crítica JORNAL DA CRÍTICA 29 DE AGOSTO DE 2010 CIDADES CIDADES a crítica JORNAL DA CRÍTICA 29 DE AGOSTO DE 2010 C5

Aumenta uso de silicone industrial

Prática cada vez mais difundida entre travestis da cidade para dotar o corpo de formas femininas pode causar reações de rejeição diversas, deformar o corpo e até mesmo levar à morte

Alerta para as reações inflamatórias

Quanto mais usado o silicone industrial em procedimentos estéticos, maiores são as chances de reações inflamatórias, especialmente em áreas sensíveis como o rosto. O alerta é de especialistas em dermatologia e cirurgia plástica. Segundo eles, o uso indiscriminado do produto pode causar danos irreversíveis ao organismo e até mesmo levar à morte.

Cirurgias gratuitas são polêmicas

Ministério da Saúde recomenda que os Estados criem serviços de atendimento de referência nessa área

Quanto mais usado o silicone industrial em procedimentos estéticos, maiores são as chances de reações inflamatórias, especialmente em áreas sensíveis como o rosto. O alerta é de especialistas em dermatologia e cirurgia plástica. Segundo eles, o uso indiscriminado do produto pode causar danos irreversíveis ao organismo e até mesmo levar à morte.

Quanto mais usado o silicone industrial em procedimentos estéticos, maiores são as chances de reações inflamatórias, especialmente em áreas sensíveis como o rosto. O alerta é de especialistas em dermatologia e cirurgia plástica. Segundo eles, o uso indiscriminado do produto pode causar danos irreversíveis ao organismo e até mesmo levar à morte.

Fonte: A Crítica Digital, nº 21. 339, 29/08/2010, p. 28-29

Nesta edição, a Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), sob a presidência de Bruna La Close, à época, explicitou alguns pontos importantes que vão de encontro com a atividade de conscientização e de minimização do uso de silicone industrial comumente chamado, entre os movimentos sociais identitários, de redução de danos¹⁷⁹. Para a presidenta, a aplicabilidade do procedimento de redução de danos foi desde a denúncia da situação alarmante dos usos e resultados negativos do produto no corpo de pessoas trans, especialmente pelas pessoas de 18 anos, como também no trabalho de abordagens nas ruas, enfocando outros temas que diziam respeito às travestis e transexuais, como pontua Bruna La Close:

Bruna La Close explica que o trabalho de redução de danos em silicone para as travestis contará com abordagens que focarão também outros temas, como uso de drogas e comportamento social nas ruas e pontos de prostituição. Serão distribuídas cartilhas com

¹⁷⁹ A Associação Amazonense de Gays, Lésbica e Travestis foi uma organização civil sem fins lucrativos que lutava pela cidadania e pela dignidade da população GLT do Amazonas, atuando, sobretudo no capital, Manaus. Sendo uma extensão da primeira organização identitária do Estado, Grupo Gay do Amazonas, presidida e fundada pelo falecido Adamar Guedes, tornou-se símbolo e exemplo de embate por melhores condições de vida para as pessoas LGBTs.

informações sobre os riscos do uso do silicone industrial e o conselho é simples e direto: a orientação é não usar¹⁸⁰.

Muito embora a recomendação “simples e direta” inerente às cartilhas produzidas pela AAGLT sobre os resultados do silicone industrial, para Rebecca Saint¹⁸¹, personagem importante nesta notícia, a utilização de tal procedimento estético, seja ele clandestino ou não, constituía uma “necessidade” na vida desses sujeitos. Tomando seu próprio corpo como exemplo dessas intervenções, relatou para o jornal que “a travesti que não tem recursos para bancar uma cirurgia de implantação de próteses, só tem duas alternativas: a hormonização (com o uso quase sempre de medicamentos anticoncepcionais (...) ou o silicone industrial)”. Por fim, declarou que optou pelo silicone industrial por seu efeito imediato, não medindo as consequências, naquele momento¹⁸². Assim, em sintonia com o que nos apontou durante nossos encontros entre julho e agosto de 2018, e para o jornal *A Crítica* em 2010, foram diversas vezes que modificou seu corpo haja vista suas percepções de feminilidades e masculinidades: “minhas mãos eram magras e cheias de veias”.

A função do ativismo trans no Brasil foi fundamental para a produção e regulamentação de portarias e resoluções junto ao Ministério da Saúde, ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Nacional de Saúde, no intuito de garantir acesso ao direito à saúde para as pessoas trans, de modo integral e universal, conforme estabelece o art. 196 da Constituição Federal de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário, às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.¹⁸³

Como assinalado, diversas entidades nacionais de saúde, desde 1997, se mobilizaram para integrar transexuais no sistema de saúde, especialmente no que tange ao procedimento de cirurgia de redesignação sexual. Em 2008, o Ministério da Saúde

¹⁸⁰ “Aumenta uso de silicone industrial”. *A Crítica*, nº 21. 339, 29/08/2010, p. 29

¹⁸¹ Rebecca Saint foi o nome social de Rebeca Carvalho, colaboradora desta dissertação, à época de militância na Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis, como pode ser visto no tópico 1.1 do Capítulo I.

¹⁸² “Aumenta uso de silicone industrial”. *A Crítica*, nº 21. 339, 29/08/2010, p. 28

¹⁸³ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, coordenação de edições técnicas, p. 118, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

promulgou a Portaria nº 457, implantando no Sistema Único de Saúde o Processo Transsexualizador, atendendo a demanda de pessoas transgêneros para além dos hospitais universitários e de faculdades de medicina, custeando pelo SUS os atendimentos médico, psicológico e cirúrgico. Dois anos depois, o Conselho Federal de Medicina publicou nova resolução (1.955/2010) “regulamentando atendimento a transexuais no país. A Resolução (...) autorizou a cirurgia do tipo neocolpovulvoplastia, mas ainda manteve como experimental a realização de cirurgia do tipo neofaloplastia”, além de conceber de outra maneira a transexualidade, isto é, o CFM descartou a identidade transexual enquanto uma patologia, uma doença, estabelecida pelo Código Internacional de Doenças (CID), estreitando as concepções com as de identidade de gênero reivindicada pelo movimento trans¹⁸⁴.

Diante desses embates vitoriosos travados por mulheres e homens transexuais, ativistas ou não, para que o direito à saúde de modo integral, respeitoso e igualitário entrasse em vigor, devemos olhar para outras direções em que outros sujeitos caminharam e que não desejavam a cirurgia de redesignação sexual, como no caso as travestis. Assim, nos perguntamos, quais medidas foram tomadas pelas instituições nacionais de saúde para inserção das diferentes identidades de gênero além da transexual? Além das cirurgias de redesignação sexual, foram pensados mecanismos para redução de danos causados pelo uso do silicone industrial e de hormônios indiscriminadamente? Como o movimento LGBT compreende o uso de tecnologias de gênero para a integridade da saúde de travestis e transexuais?

Conforme a notícia sobre silicone industrial de 2010, publicada próximo das datas das resoluções e portarias do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina, o ativista Fabricio Nogueira, do movimento Orquídeas LGBT, demonstrou ser contrário à possibilidade de intervenção cirúrgica para travestis pelo sistema público de saúde, declarando dois posicionamentos acerca das medidas do Ministério da Saúde para que “os Estados criem serviços de atendimento de referência nessa área”. Segundo o líder da ONG:

O Estado não tem que garantir cirurgia de estética para resolver problemas relacionados à baixa autoestima das pessoas. A obrigação é

¹⁸⁴ MUNIN, Pietra Mello. *Processo Transsexualizador: discursos, lutas e memórias* – Hospital das Clínicas. São Paulo: e-Manuscritos, 2019, p. 175.

a de fazer cirurgias reparadoras nos casos em que a aplicação do silicone industrial causou danos, não para correção de defeitos estéticos¹⁸⁵.

Ademais, Fabrício segue justificando o crescimento das *bombadeiras* em Manaus devido a grande procura pelas travestis, alegando suas impaciências e imediatismo com os resultados dos hormônios que são explicitados em longo prazo, por isso buscam outras alternativas para produção do corpo. Embora o ativista queira justificar o aumento exponencial das *bombadeiras* no país, ao mesmo tempo culpabilizando as travestis e transexuais por lançarem mão da tecnologia do silicone industrial para construção de si, Fabrício Nogueira não era uma travesti ou transexual para compreender os porquês de travestis e transexuais buscarem tal procedimento para além da falta de paciência e de modo desenfreado. Rebecca Saint (Carvalho) apontou a necessidade, o custo benefício e os valores altos de cirurgias plásticas em clínicas legais, pensando talvez que, em grande medida, as travestis e transexuais advenham das classes baixas da sociedade.

As narrativas e memórias das colaboradoras desta pesquisa explicitam aquilo que Fabrício Nogueira apresentou de modo superficial e estigmatizante na imprensa, em 2010. Para além do processo de *bombaço* e de hormonização propriamente dito, os sentidos e significados atribuídos aos seus percursos explicitam as imagens mais íntimas das suas trajetórias de vida. Por isso, conforme Mary Del Priori nos alerta, os corpos trans estão em incessante construção, “simultaneamente inteiro e desconfigurado, firme e flutuante, possuindo as virtudes de assentá-lo numa representação na qual se aliam as propriedades contraditórias de identidade e fragmentação”¹⁸⁶, haja vista que o que se pretende que seja reconhecido a partir das memórias trans são os processos e os métodos que caracterizam os corpos e “se convertam em definidores de gênero e sexualidade”, definindo os sujeitos históricos¹⁸⁷.

¹⁸⁵“Aumenta uso de silicone industrial”. *A Crítica*, nº 21. 339, 29/08/2010, p. 29.

¹⁸⁶ DEL PRIORI, Mary Murray. A história do corpo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 3, sem nº, p. 15, 1995.

¹⁸⁷ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 74.

2.2 Espaços de trabalho como lugares de memória: sociabilidades, conflitos e resistências

Os processos de transição de gênero e a construção dos corpos de travestis e de mulheres trans, em grande medida, são efetivados paralelamente com a execução de atividades econômicas, seja nos campos da estética, do comércio, do trabalho sexual, onde estes sujeitos vivenciam dinâmicas sociais que devem ser analisadas na contramão do prisma do silenciamento e do “confinamento” ao universo da prostituição como o único e acolhedor meio de sobrevivência. Não obstante, atualmente cerca de 90% das travestis e mulheres transexuais exercem o trabalho sexual, pressupondo que essa estimativa entre as décadas de 1990 e a primeira do século XXI fosse maior devido à falta de políticas afirmativas, poucas produções científicas que visibilizassem as existências desses sujeitos, sem vitima-los; e o paulatino crescimento da organização política reivindicando direitos básicos, como saúde, escolarização, segurança, etc¹⁸⁸. Por isso, as memórias das ativistas-colaboradoras desta pesquisa são relevantes ao tangenciar as dinâmicas dos mundos do trabalho e as correlações estabelecidas entre as suas experiências históricas como trabalhadoras e ativistas no movimento social.

Neste sentido que emergiram histórias como de Camila Dantas, travesti, negra, nascida em Manaus em 1974, profissional do sexo que iniciou suas atividades concomitante ao seu processo de mudança de gênero, aos 18 anos. O porto da CEASA¹⁸⁹ foi seu primeiro palco de trabalho, espaço importante de carga e descarga de mercadorias pela via fluvial para a capital e para os interiores do Estado. No começo, indo vez ou outra “caçar” com um amigo na intenção de se relacionarem afetivamente com os fuzileiros navais, ambos tinham que atravessar o estacionamento de caminhões. Certo dia, os “caminhoneiros chamavam a gente e perguntavam se a gente queria ganhar dinheiro pra fazer sexo com eles, e a gente dizia que ‘sim’”. Após adentrarem à traseira

¹⁸⁸ PINTO, Walber. *No mundo do trabalho, travestis e transexuais são excluídas*. CUT: Central Única dos Trabalhadores, 2016. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/travestis-e-transexuais-permanecem-excluidas-do-mundo-do-trabalho-c7fe>. Acesso em: 12 abr. 2020.

¹⁸⁹ O Porto da CEASA (Centrais Estaduais de Abastecimento) de Manaus se encontra na BR-319 ligando os bairros Vila Buriti e Vila da Felicidade, Zona Leste da Cidade. Esse espaço abriga o porto de embarque, uma feira composta de 70 boxes, posto da polícia federal, atendimento médico, posto para auxiliar turistas, estacionamento de veículos e um pequeno e belo Mirante. Ressaltamos que a Feira da CEASA abriga venda de produtos hortifrutigranjeiros advindos dos municípios Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Autazes e outros municípios. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2010/02/governo-entrega-porto-da-ceasa-e-anuncia-projeto-para-a-manaus-moderna/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

do caminhão e executarem o que foi acordado com os motoristas, Camila relembra que o destino do dinheiro ganho já estava traçado, ou seja, contribuir com as despesas de casa, pois naquela altura morava com a prima, o marido e os dois filhos¹⁹⁰.

Mas por qual motivo a colaboradora morava com a prima e sua família e não com os pais? Essa questão revela as múltiplas razões pelo qual uma travesti ou transexual sai de casa (aqui me refiro a família nuclear biológica), estando atrelado, na maior parte das experiências, à discriminação e à humilhação pelos pais. Uma das razões levantadas por Camila diz respeito à violência de gênero ao qual sua mãe era submetida pelo marido. Sua prima, neste tempo, significou um dos portos-seguros que apoiava e respeitava sua sexualidade.

Essa foi outra prima que sempre me apoiou. Graças a Deus eu sempre tive, assim, uma parte muito grande da minha família que sempre apoiou. Sempre fui apoiada por uma parte maior da família. Poucas foram, três, no máximo três, que eram contra. O resto não, o resto sempre era a favor, não me discriminavam nem nada, só me diziam pra me usar a cabeça e não usar droga, esses tipos de coisa¹⁹¹.

O processo de construção de memória de Camila revela a valorização dos conselhos familiares que foram seguidos à risca por ela, sobretudo quando se tornou trabalhadora do sexo. Colocando café em sua xícara durante a entrevista, Camila buscou em suas lembranças o quanto o trabalho sexual, em meados da década de 1990, garantiu sua independência financeira. Trabalhando por dois anos no porto da CEASA, decidiu alugar um apartamento e “virar independente”, narrando que o trabalho sexual proporcionou comprar suas “próprias coisas com [...seu] próprio dinheiro”.¹⁹²

Em diversos momentos a narrativa de Camila evidencia os problemas das drogas, seja dentro ou fora do ambiente de trabalho. Diante disso, questionamos a repulsa às substâncias e concluímos que a internalização dos discursos moralizantes dos familiares quanto às drogas, por meio da perspectiva relacional da tríade travestilidade, prostituição, criminalidade, levou-a ter uma postura de distanciamento e aversão como parte dos seus valores. Lembra, ainda, que “tinha amigas que usava”, porém agradece a Deus por nunca ter experimentado, e amplia os agradecimentos aos seus familiares que

¹⁹⁰ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² *Ibidem*.

lhes diziam que “isso não levava a nada, então foi uma coisa que entrou na minha mente”.¹⁹³

Nesse sentido, o furto, as drogas, a violência foram constituídos enquanto estigmas da travestilidade em diferentes contextos históricos. Sobre isso, os trabalhos dos historiadores brasileiros, Elias Veras e de Claudielle Pavão da Silva, apontam que a construção da imagem da travesti por parte da imprensa e da justiça - encabeçada pela polícia – em relação a crescente visibilidade nos espaços públicos exercendo a prostituição, operou a ressignificação de “antigos discursos de patologização e criminalização das experiências e práticas travestis”.¹⁹⁴ A produção discursiva da imprensa legitimou tanto a intervenção do Estado, recorrendo às forças da ordem, quanto a criação e a transmissão de falas populares imperativas, mas com efeitos negativos acerca de supostas práticas atinentes ao campo de trabalho sexual das travestis e mulheres transexuais. Exemplo disso pode ser extraído do posicionamento de Camila sobre a circulação de entorpecentes entre as suas companheiras de trabalho, e também os conselhos “exemplares” dos seus familiares. Em vista disso, o dispositivo do estereótipo produziu históricos efeitos de intervenção, controle e punições, reconhecendo como necessária às violências e injúrias sobre os corpos trans.

Nos processos criminais analisados por Pavão sobre as prostitutas e travestis do Mangue, área central de prostituição no Rio de Janeiro entre 1940 e 1970 (uso de vírgulas) pululou concepções da travestilidade como sinônimo de criminalidade. De acordo com a pesquisadora, o estigma social – e jurídico – sobre elas partiram de duas características: primeiro como aquelas “que enganam os homens que pensavam se tratar de uma mulher nascida sob o sexo feminino, e a segunda sobre atração de clientes para prática do suadouro”, ou seja, o furto de objetos durante a execução do programa¹⁹⁵.

A perpetuação dos estereótipos referendados acima (enganadora, mentirosa, ladra) são concepções ainda em voga, e o olhar sobre as fontes históricas lançadas pelos autores visava, de fato, legitimar as identidades travesti e transexual e toda gama de experiências para além do conservadorismo tecido nas documentações. Ademais, o

¹⁹³ **Camila Dantas.** Entrevista realizada em 01 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

¹⁹⁴ VERAS, Elias Ferreira. *Travesti: carne, tinta e papel*. Curitiba: Appris, 2019, p. 169.

¹⁹⁵ SILVA, Claudielle Pavão da. *Flores horizontais: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Mangue (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016, p. 92.

olhar inquisidor das fontes escritas não questionava a narrativa do “outro”, protagonizado, em certo sentido, pelos clientes. Sendo assim, a costura das lembranças das colaboradoras acerca das relações sociais produzidas no cotidiano do trabalho direciona para outras possibilidades de análise na contramão dos horizontes oficial, parcial e sexista do *corpus* documental escrito. Por isso, compartilhamos das observações feitas por Cléria Botelho, alusivas à função reinterpretativa dos pesquisadores e pesquisadoras sobre as fontes orais, especialmente daquelas e daqueles que tiveram suas existências silenciadas por um fazer historiográfico cis-heteronormativo, pois devemos procurar o:

que não foi dito, daquilo que não está escrito, com o propósito de ampliar o seu campo de interpretação e de se aproximar cada vez mais da voz do narrador. Sua tarefa, no momento da interpretação, é também destrinçar o oculto que se esconde no visível, é ir além dos limites da visão¹⁹⁶.

Aqui apreendemos que o trabalho sexual é um fator estruturante da produção identitária das travestis e transexuais manauenses, promovendo os meios pelos quais sobrevivem diante da exclusão, ou pelo direito de escolha, como também subsidia econômica e socialmente a produção de si enquanto sujeitos históricos e políticos. Assim, na urdidura das dinâmicas dos trabalhos exercidos pelas mulheres trans e travestis que gentilmente concederam seu tempo e memória para esta pesquisa, indicamos como o processo de lembrar com os “olhos” do tempo presente constrói e reconstrói as identidades sociais em uma dinâmica de “tensões sociais e pessoais que implicam negociações de cultura e poderes”, levando as narradoras à selecionar memórias que estruturaram as subjetividades, os valores, os sentimentos e permitem contínua ressignificação das suas identidades¹⁹⁷.

Destarte, na primeira entrevista que fizemos, em setembro de 2018, Camila Dantas narrou acontecimentos que lhe marcaram e mobilizaram reflexões sobre o trabalho na estrada da Bola da Suframa, espaço que veio a ocupar depois do Porto da CEASA. Entretanto, antes de adentrarmos aos fatos especificamente, torna-se

¹⁹⁶ COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 51, 2014

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 57. Sobre a memória como construção e reelaboração do passado, ver POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 198; e Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

necessário a contextualização geográfica e social que se encontra as avenidas que ligam a Bola da Suframa e o Parque Industrial como um lugar que abarca diferentes trabalhadores e trabalhadoras, tanto no período diurno quanto noturno, e como o Polo Industrial de Manaus movimentou e movimenta o fluxo de trabalho sexual nesta parte da cidade.

A Bola da Suframa localiza-se no bairro Crespo, Zona Sul de Manaus. É uma rotatória que interliga diversas estradas, tendo as avenidas Rodrigo Otávio, Silves, Danilo Aersa e Ministro João Gonçalves de Souza. Esta última avenida permite o acesso ao Distrito Industrial de Manaus. Durante o dia, funciona em seu cerne o museu Homem do Norte e o Centro Cultural dos Povos da Amazônia que, entre os meses de Julho e Agosto, promove o Festival Folclórico de Manaus. Por outro lado, nas suas proximidades funciona o trabalho sexual exercido, particularmente, pelas travestis e transexuais, justamente pelo fluxo de trabalhadores e carros que transitam pelo Distrito Industrial e pelas avenidas mencionadas acima.

Sobre o Parque Industrial de Manaus (PIM), em particular, encontra-se o Calçadão, “um ponto de lazer dos trabalhadores”,¹⁹⁸ mas que outrora constituiu um espaço de lutas operárias por melhores condições de trabalho e direitos. Referimo-nos ao percurso político e histórico de trabalhadores e trabalhadoras fabris que, em 1985, deflagraram a maior greve sindical da história do Amazonas. De acordo com Maria Célia Santiago, a relação do empresariado e do governo do Amazonas provocou mudanças culturais que modificaram a estrutura dos costumes das pessoas da região, especialmente daqueles/as que migraram do interior do Estado para trabalhar nas fábricas do Distrito Industrial. Sendo assim, ocorreu o:

processo de “domesticação” dos corpos e das “almas” (crenças e valores) dos amazonenses para se adequarem as exigências do trabalho nas linhas de produção dentro das fábricas (...) forçando uma nova forma de viver que perpassa os mais diferentes aspectos da vida deste trabalhador (...)¹⁹⁹.

¹⁹⁸ FILHO, Milton Melo dos Reis. Tudo se junta em Manaus: o PIM como espaço de construção da sociabilidade operária. *Ponto Urbe* – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, 6, p. 11, 2010.

¹⁹⁹ SANTIAGO, Célia Santiago. *Clandestinidade e mobilização nas linhas de montagem: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010, p. 74-75.

Essa nova configuração do chão das fábricas mobilizou o operariado contra as medidas adotadas pelos dirigentes das indústrias, apoiadas pelo governo estadual e municipal e da classe abastada do Amazonas. Em vista disso que, em 1985, as avenidas que interligam o Distrito Industrial e a Bola da Suframa “pode contar com a participação de trinta mil trabalhadores”, tornando esses espaços como campos de luta e de solidariedade²⁰⁰.

Trazer esse evento simbólico e poderoso construído pela classe operária permite-nos lembrar das travestis e transexuais que fizeram/fazem das imediações da Bola da Suframa e do Calçadão do PIM também seus espaços de trabalho e de memória. Além disso, entendemos que, por um lado, no cotidiano de trabalho das fábricas do Distrito as relações sociais estiveram e ainda estão generificadas e interseccionalizadas por diversos marcadores sociais da diferença (gênero, raça, classe, sexualidade) e, por outro lado, fora do ambiente fabril, o trabalho informal no qual se inserem as profissionais do sexo, os ambulantes, os manobristas também perpassa essas formações por via das articulações entre o sustento, o lugar de labuta e a sobrevivência na ordem do dia²⁰¹.

Questionada sobre as relações sociais no espaço de trabalho sexual na Bola da Suframa, que Camila Dantas relembra das relações de poder existente nas experiências (dolorosas, na maior parte das vezes) com os homens-clientes. Por um lado afirma que se dava bem com seus clientes e que lhe tratavam bem, não passando dessas impressões sobre os homens que talvez fossem gentis e bons pagadores. De outro lado, narra um

²⁰⁰ FILHO, Milton Melo dos Reis. Tudo se junta em Manaus: o PIM como espaço de construção da sociabilidade operária. *Ponto Urbe* – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, vol. 6, p. 5, 2010.

²⁰¹ No intuito de explicar a dicotomia entre trabalho formal e informal na história de travestis e transexuais, lançamos mão das análises da socióloga brasileira, Cristina Bruschini, referente à divisão generificada do trabalho, especialmente quando objetiva compreender a atuação da mulher brasileira nas múltiplas atividades econômicas nas décadas recentes. Nesse sentido, a autora sinaliza alguns aspectos que diferencia as formas de trabalho. Assim, pontua que o trabalho formal apresenta horários regulares, garantias trabalhistas, além de que as mulheres são majoritárias nas atividades públicas e os métodos quantitativos de agências e institutos de estatísticas podem avaliar com mais segurança aspectos importantes dentro dos mundos do trabalho. O universo da informalidade, por sua vez, apresenta jornadas de trabalho flexíveis, com baixa remuneração e com escassos direitos trabalhistas constituindo um campo majoritário de atuação da população pobre do país, que, como salienta Bruschini, “permanecem invisíveis nas estatísticas oficiais”. As “fronteiras fluídas” que separa esses dois campos, admite a invisibilidade de trabalhadoras sexuais, sobretudo de travestis e mulheres transexuais, resultando na obstrução de criação de políticas públicas voltadas para esse conjunto de pessoas. BUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*, nº especial, p. 186-189, 1994.

fato que causou dor e magoa, porém não impedindo que continuasse labutando nas avenidas do Distrito Industrial.

fui, tipo assim, estuprada por 6 homens, me pegaram. Um me pegou e me levou; sempre a gente transava assim: quando não era no motel era dentro do carro, ali nas ruas do Distrito que era escura, né? Então saí com cara, saí com um, até percebi que o pneu do carro tava muito baixo, assim, tava muito pesado, mas só que ele disse: “não, é que tem umas coisas no porta-malas”. Quando deu fé, chegamos numa rua bem escura e saiu seis caras de dentro do porta-malas. Acho que seis é muito, mas saiu uns cinco... saiu uns cinco²⁰².

O pânico e o medo sobre Camila iniciaram com o estupro coletivo efetivado pelos cinco homens que saíram do porta-malas e do motorista que, pelo visto, era seu cliente há certo tempo. Não satisfeitos em ter apenas violentado, seus algozes a espancaram, arrancaram suas roupas e levaram seus documentos e dinheiro, ganhos com serviços anteriores, deixando-a em uma rua escura e distante, coberta de vegetação densa no interior do Distrito Industrial. Sem ter meios para voltar, “tive que pegar carona com outras pessoas, com uma rota, tava passando uma rota e me viram andando no escuro, praticamente sem roupa. Me deixaram sem roupa, né?”.²⁰³ Assim, ao ser deixada pelo ônibus-rota nas proximidades do seu “ponto”, as companheiras de trabalho lhe auxiliaram com peças de roupas e dinheiro para voltar para casa²⁰⁴. Depois que se recuperou dos hematomas e sequelas psicológicas deixados pelo espancamento e pelo estupro, esclarece: “voltei a trabalhar de novo”.

Após narrar às sucessões de acontecimentos ocorridos nessa noite e que lhe marcaram significativamente, Camila exprimiu seus sentimentos acerca dos obstáculos e superações nos mundos do trabalho, dando ênfase para aquele que exerce desde os 18 anos: o trabalho sexual. Volta e meia tais violências aconteciam no seu espaço de trabalho, seja com suas companheiras ou consigo, sob o julgo de pontas de facas e armas de fogo, sobrando apenas alternativa de “pensar na nossa vida, né?”. De modo geral, a colaboradora alerta para as complexidades inerentes aos mundos do trabalho,

²⁰² **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ A importância das amigas nas experiências travestis no trabalho sexual foi analisada e documentada por Rafael França em sua tese de doutoramento intitulada: SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2018.

construindo, assim, um conhecimento a partir das experiências vividas para que as pessoas compreendam o cotidiano do trabalhador/a, imbuídas de obstáculos, tristezas, alegrias, ou seja, um mar de sentidos e sentimentos. Assim sendo, para

toda pessoa que trabalhava nessa vida de prostituição, ela tem que ser uma pessoa muito forte, [pois] hoje você tem que levar como se fosse uma coisa que aconteceu e passou e pronto! Vida que segue! Tudo bem que é uma “vida que segue” meio cheia de dor, cheia de feridas, mas a ferida quando a gente quer, acaba curando²⁰⁵.

Ser forte, esquecer, curar as “feridas” e entender que exerce uma atividade cheia de dores, caracterizam as experiências das travestis e transexuais que exercem ou exerceram o trabalho sexual. Essa introspecção possibilitou que a narradora se apreendesse enquanto sujeito histórico e político por duas razões. Primeiro, porque entendeu que as trabalhadoras sexuais vivenciam dinâmicas subalterna, hierarquizada e violenta distintas de outros campos de trabalho, vivenciando situações componentes desse universo: “pra me acordar, ter mais experiência na vida”, o que motivou se inscrever como uma pessoa que “sempre pensava lá na frente, sempre lá na frente”. A segunda razão diz respeito à desvitimização das trans trabalhadoras sexuais, igualmente válidas para outros campos de trabalho, apontando que não devemos cultivar sentimentos de “pena” ou “incapacidade” ao nos depararmos com as experiências dos sujeitos, seja no chão das fábricas ou nas ruas e avenidas reinventadas pela atividade sexual, asseverando que:

se é o que você quer tem que ir à luta, nem que seja nessa vida de profissão do sexo, ou de qualquer outro tipo de profissão, mas você não tem que deixar que as coisas que acontece com você deixar te abater, porque senão você se torna uma pessoa fraca. Então tem que colocar aquilo como se fosse um gás e cabeça pra frente²⁰⁶.

A reflexão de Camila Dantas nos transporta para inter-relação entre experiência e consciência para compreender a “matriz de opressão”, ou seja, como nossos corpos são racializados, sexualizados, generificados, possibilitando que os sujeitos subalternos deixem de ser objetos em análise e tornem-se os produtores de conhecimento, ressignificando os lugares de saberes e que novas interpretações sobre as realidades

²⁰⁵ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

²⁰⁶ *Ibidem*.

cotidianas dos “condenados da terra” seja visibilizada e modificadora da sociedade. Ao mesmo tempo, tal posicionamento denuncia a reprodução da colonialidade, para lembrar Anibal Quijano e Nelson Maldonado Torres, especificamente a “colonialidade do ser” que fornece mecanismos para desumanização e dizimação de populações subalternizadas, incluindo pessoas trans consideradas ameaçadoras da ordem cis-heterossexual, branca, europeia e cristã²⁰⁷.

É nesse sentido que o conhecimento produzido e compartilhado pelas mulheres travestis e transexuais, especificamente nos espaços de trabalho sexual, foi notavelmente registrado pelo antropólogo sueco, Don Kulick, ao estudar e conviver com as travestis de Salvador, no final da década de 1990. Afirma que as mesmas possuem certo saber topográfico “sexual e econômico da cidade. Elas escolhem o local em função da situação de seu relacionamento com outras travestis que trabalham nesta ou naquela área”, e mais ainda, dividem e hierarquizam os lugares de atividade sexual²⁰⁸. A ocupação desses espaços por essas sujeitas produzem “diferentes fronteiras de convivência e territorialidades”, levando em consideração múltiplas diferenciações que estabelecem acordos, comportamentos e estéticas, hierarquias, identidades, interesses relacionais, violência. Estas fronteiras se dão de inúmeras maneiras, conforme a divisão das regiões postuladas em normas de não transposição entre travestis e transexuais que ocupam outras territorialidades, sendo um símbolo da segregação entre as mesmas como forma de proteção do seu espaço de trabalho, mas também a manutenção da rede de proteção e fuga com as já conhecidas. Além disso, captar a apropriação de partes da cidade e a gestação e a complexificação da territorialidade pelas sujeitas trans, diz respeito à conformação “pelas (redes) de fugas às padronizações comportamentais sociais (...) vinculadas à heterossexualidade e aos padrões de gênero”.²⁰⁹

Ainda que a hierarquia entre as travestis no mundo do trabalho sexual e as suas consequências apresentam-se naturalizadas, a discriminação da sociedade incorporada pela polícia e por “playboyzinhos” é denunciada e, simultaneamente, compreendida

²⁰⁷ CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 132.

²⁰⁸ KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 160.

²⁰⁹ COSTA, Benhur Pinós da. Emergência de novas territorialidades urbanas: a condição homossexual. In: ALDEMIR, José de Oliveira (org.). *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010, p. 82.

como aprendizado. Algumas vezes Rebeca Carvalho sofreu ou presenciou agressões nas noites que “batalhava” na Bola da Suframa, segundo ela era comum as pessoas em carros ou em ônibus arremessarem objetos na tentativa de atingi-las, e arrastão praticado por grupos de homens advindos da ocupação de terra, próximo ao igarapé do Quarenta, no Distrito Industrial I. Certa vez, na Bola da Suframa, um ônibus passou e alguém lhe tacou uma pedra. O sangue vindo de sua cabeça desceu pelo rosto, levando a mão prontamente para obstruir o ferimento. Foi assim que sua noite de trabalho terminou no Hospital do Educandos.

A violência sobre seus os corpos e subjetividades surgem de diferentes direções. Entretanto, analisar as histórias de vida trans à luz da perspectiva decolonial, leva-nos a desvitimizá-las e rastrear as possibilidades de resistência nos espaços ocupados e ressignificados. Certa vez Girlane, uma colega de trabalho de Rebecca, saiu com um cliente e quando retornou seus seios estavam em carne viva “porque o bofe tinha feito programa com ela dentro do carro e falou que ia matar ela”.²¹⁰ No intuito de sobreviver, mesmo o carro estando em alta velocidade, Girlane se jogou e “saiu cortando o peito todo, aquela coisa assim, porque ela se jogou do carro e saiu rolando. Aí quando ela apontou ‘lá vem ele! Lá vem ele!’, a gente pegou umas pedras e tacamos no carro, no para-brisa, quebrou carro todo mas nem parou, o carro também não parou”.²¹¹

Embora a violência e as tentativas de homicídio fizessem parte do cotidiano dessas sujeitas, devemos considerar as formas particulares de lidar com as dores, os sofrimentos, os anseios, os medos que a “avenida” reserva. Raras vezes, os dispositivos de poder produzidos para oprimir e extorquir “dissidentes sociais” intervêm nos conflitos na zona de trabalho sexual. Dessas situações problemáticas e emblemáticas, Rebeca relembra um grupo de quatro ou cinco pessoas numa caminhonete que iam toda

²¹⁰ As violências perpetradas contra os corpos de travestis e transexuais parte, inicialmente, pela família, sobretudo figura do pai, expondo o sentimento de vergonha pela situação do filho (a) e a própria expulsão do âmbito familiar, relegando à marginalidade social e ao trabalho sexual sua forma de existência e resistência ante a espiral de violência da sociedade. (In)felizmente, a quantificação dos assassinatos e agressões de travestis e transexuais só foi possível com ONGs como, por exemplo, o Grupo Gay da Bahia, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, através das subnotificações veiculadas na mídia. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 383 – 384.

²¹¹ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

semana para tacar nelas ovos e pedras. Numa dessas idas à Bola da Suframa, a polícia os apanhou, os colocaram numa fila e “deram umas porradas neles”. Assistindo as agressões, os policiais

Perguntaram se alguma de nós tinha faca, alguma tesoura, por enquanto a gente não queria falar, “mas eu sei que vocês têm”. Aí uma mostrou lá uma faca e tinha uns 2 ou 3 cabeludos lá, e a gente cortou o cabelo deles. Foi babado! Mas passamos, assim, umas três semanas fugindo, porque eles iam toda noite atrás da gente.²¹²

Ainda que a atitude dos policiais nesse momento estivesse em defesa das trans, não descartamos ou silenciemos as ações coercitivas sobre seus corpos com o intuito de tirar proveito da relação subalternizada. Isso pode ser constatado quando não somente as prendiam, mas levavam-nas para “dar uma volta”. Essa volta pressupunha que “queriam sexo com a gente de graça, faziam sexo de graça e depois soltavam a gente. Era horrível!”. Configurando como abuso policial, estas relações podem ser consideradas numa perspectiva de negociação desigual pelo direito ao território e ao trabalho, levando em conta a relativa “segurança” proporcionada pelos policiais.

Não são novas as investidas da polícia contra as travestis e mulheres transexuais. Em 1986, algumas travestis e homossexuais denunciaram as ações coercitivas da polícia, legitimadas “sob a justificativa de que estão coibindo a prostituição e defendendo a moral e os bons costumes”. Dentro dessa lógica proibicionista da prostituição, as travestis em especial são as mais afetadas, sendo percebida quando Edson, um homem *guei* trabalhador do sexo, expôs as atitudes da polícia com as travestis ao ser preso juntamente com elas, dizendo que “os travestis serviram de gozação para os policiais, que faziam carinho nos seus seios, mas, de repente, aplicavam-lhes tapas e pontapés”. Após esse percurso até o Distrito Policial, foram submetidos coletivamente aos xingamentos e obrigados “a ficar nus, até de manhã”, quando foram liberados após fazerem faxina em todo prédio do Distrito Policial²¹³.

Tal subordinação e as atribuições de atividades forçadas por essa parte da ordem estatal violam os direitos humanos sob a perspectiva higienista, moral e sexista

²¹² **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

²¹³ “Gays: vítimas de violência”. *Jornal do Comércio*, nº 33.915, 25/05/1986, p. 6.

da sociedade naquele momento. Além disso, a segurança estatal não é a única instituição a ser denunciada pelas travestis, incluindo a imprensa por construir (ou distorcer) fatos objetivando a desqualificação e a produção de juízos de valor sobre um coletivo ou mesmo um sujeito específico. Pragmático da mídia impressa, a incongruência de fotógrafos e jornalistas foi repelida com protestos das travestis e homossexuais, entendendo essa instituição tão “repressora e preconceituosa quantos os organismos policiais”, justamente por relegarem às páginas policiais seus corpos. Neste sentido que Júlia, uma das travestis entrevistadas pelo jornal à época, narra: “Saí da casa de meus pais porque saiu uma nota no jornal dizendo que eu era marginal. Não sou marginal, ganho a vida na prostituição. Nunca assaltei, nunca roubei”.²¹⁴

Ainda que seja considerado no “começo tudo maravilha” e com o passar dos tempos ser apenas um vislumbre por diversas razões, a narradora Rebeca Carvalho pontuou que a amizade e determinadas posturas no âmbito do trabalho sexual lhe rendeu um lugar entre as “perigosas”, ou seja, “as donas do pedaço lá da Bola da Suframa”. Segundo ela, às “perigosas” concernem os atos de “multar” as meninas mais novas e envolverem-se em conflitos, seja entre as trans ou com clientes que de algum modo estivessem importunando a dinâmica da atividade. O grupo era composto pelas “Bicha Loira, a Nayara que é uma loira também, mais a Boquinha que era uma bicha lá. Eram as perigosa da Bola da Suframa”.²¹⁵ Ademais, outra característica pertinente ao desenvolvimento do trabalho sexual lembrado entre os anos de 1996 a 1998 que permaneceu no trabalho sexual nas ruas do Distrito Industrial, refere-se às bebidas e drogas:

Então eu me infiltrei num meio onde a bebida era todo dia. A gente bebia e as bichas se drogavam. Antes eu só bebia socialmente, bebia com meu marido numa festa isso aquilo outro. Aí eu comecei a me jogar na bebida, bebia praticamente todo dia. Praticamente não, a gente bebia todo dia porque você tinha que beber pra poder você ficar acordada, porque você não ia aguentar uma noite toda de sono, entendeu?! Lá, numa boa!

Isso nós transporta a outro ponto importante para refletirmos as estratégias adotadas pelas travestis e transexuais que sobreviveram do trabalho sexual em

²¹⁴ “Gays: vítimas de violência”. *Jornal do Comércio*, nº 33.915, 25/05/1986, p. 6.

²¹⁵ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

diferentes territorialidades em Manaus, mas também os limites do mercado de trabalho formal para elas, o que, para certo ponto do nosso recorte temporal e espacial, políticas públicas municipais e estaduais sobre a inserção dessa população em trabalhos formais nunca foi uma preocupação ou prioridade. A partir da narrativa de Rebeca observamos a historicidade da precarização do trabalho informal do sexo e, simultaneamente, a subcidadanização²¹⁶ das travestis e transexuais em todo o Brasil.

Lançar mão desses meios para manterem-se firmes nos seus postos de trabalho, por longas horas, e as inesperadas violências advindas de diferentes direções, diz muito da urgência de políticas de Estado para inserção e permanência no ambiente escolar, no mercado de trabalho, por ajuda do diálogo estreito com a população trans para construir parâmetros baseados nas suas experiências, demonstrando à comunidade trans possíveis possibilidades de trabalho sem que haja limitações pautadas em transfobia.

Em 2004, Rebeca Carvalho decidiu montar um salão de beleza no bairro Lírio do Vale II. Após sair do trabalho sexual e se dedicar exclusivamente à militância no Grupo Gay do Amazonas (GGA), em 1998, participando e coordenando projetos voltados à prevenção nos pontos de trabalho sexual e a disponibilização de cursos técnicos para as travestis e transexuais (ver capítulo 3), acaba se dedicando ao curso de cabeleireiro. Assim, com apoio financeiro da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM)²¹⁷, montou: “praticamente um salão legal, bonitinho, e a bicha trabalhava pra mim”. Essa bicha foi uma cabeleireira frequentadora da extinta organização e “como eu não tinha experiência de como trabalhar no salão, contratei uma gay (...) que já era cabeleireira”.²¹⁸

²¹⁶ Jaqueline Gomes de Jesus, ao prefaciá-la obra sinalizada, explica que a subcidadania é um paradigma na realidade de muitos grupos brasileiros, uma vez que as pessoas desses grupos são impedidas de acessarem todos os direitos sociais e suas benesses, como também os efeitos plenos dos esforços trabalhados que “são usurpados de si. Isso tudo impede de vivenciarmos plenamente o potencial da nossa humanidade”. PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

²¹⁷ “Fundada em 3 de agosto de 1960 por grandes pioneiros da indústria amazonense, como Abraão Sabbá, Moisés Israel e Antônio Simões, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas atua hoje como fórum permanente das discussões estratégicas para o fortalecimento da indústria, em defesa do desenvolvimento social e econômico, com a consolidação do modelo Zona Franca de Manaus e a construção de novas matrizes econômicas para o Estado do Amazonas”. Disponível em: <http://www.fieam.org.br/fieam/2018/08/02/fieam-comemora-58-anos-com-obras-no-sesi-e-senai/#:~:text=Fundada%20em%203%20de%20agosto,defesa%20do%20desenvolvimento%20social%20e>. Acesso em: 02 mai. 2020.

²¹⁸ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

Desde a década de 1960 que a FIEAM financia grandes, médios e pequenos empreendimentos e, nesse sentido, que, nos anos 2000, oportunizou empréstimo para construção de um salão gerenciado por uma travesti. Assim, levantamos e lançamos questões como: Afinal, o cenário manauense estava mudando para as pessoas LGBT? A ética da FIEAM estava ou não imbricada de preconceitos? Quais as estratégias tomadas por Rebeca para ter angariado o empréstimo? Infelizmente não sabemos as respostas nesse momento, pois pesquisadora e colaboradora não se incomodaram. Contudo, deixamos aqui tais inquietações para refletirmos, futuramente, as atuações históricas de pessoas trans no mercado de trabalho formal, em Manaus.

A corrida por manter o salão de beleza no Lírio do Vale II durou cerca de dois anos. Rebeca já havia se afastado do mundo do trabalho sexual e da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis – AAGLT. Em 2006, após um ano da morte de sua mãe, a colaboradora compartilhou a casa, no Augusto Montenegro, com seu irmão. Ao todo, seis irmãos. Depois de um ano a casa foi vendida e com parte do dinheiro comprou a da sua irmã – que era pastora – no Conjunto João Paulo II, Zona Leste de Manaus. Lá retomou, novamente, o salão de beleza. O processo de construção de memória de Rebeca Carvalho, revela que, mesmo vivendo e trabalhando em um espaço onde vizinhos e colegas lhe respeitavam, os rendimentos do salão ajudavam apenas nas despesas de alimentação e outras contas, inclusive sua cervejinha, reconhecendo as dificuldades em mudar as estruturas da casa: “comia ou construía minha casa. Desde a época que eu comprei tava do mesmo jeito, mudei nada, entendeu? ‘Meu deus do céu, o que eu vou fazer? Vou morrer, vou envelhecer e vou ficar aqui’”.²¹⁹

A emoção presente em sua narrativa conduz à relação intrínseca entre fontes orais e subjetividades, clarificando a importância e o sentido dado à construção do “vivido através de palavras, imagens, discursos”, captando a subjetividade como “composição dos diversos universos que habitam cada existência em seu estar no mundo. Universos sujeitos a novos arranjos, as novas errâncias, dependendo da força dos condicionantes sociais”.²²⁰ Sendo assim, a perspectiva de mudar-se e construir novo

²¹⁹ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

²²⁰ FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *História oral*, v.7, p. 44-46, 2004.

espaço de moradia e trabalho constituiu uma necessidade para a colaboradora. Vale ressaltar que foi nesse período que decidiu colocar os primeiros litros de silicone industrial no corpo com a *bombadeira* Sabrina Pé de Pato. Essa passagem evidencia como a história oral nos permite perceber os “vários tempos simultâneos” que durante o ato de contar se superpõe, significando tudo àquilo que viveu e/ou poderia ter sido vivenciado²²¹.

Após vender sua casa, onde também era seu local de trabalho, resolveu viajar para o Rio de Janeiro e passar uma temporada por lá com sua irmã. Ao voltar, alugou uma quitinete na Rua Major Gabriel, centro de Manaus, próximo à Universidade do Estado do Amazonas e a Embratel. Resolveu remontar seu salão com novos equipamentos, com o dinheiro que ainda possuía da venda de sua casa no Lírio do Vale II. O salão ficava na parte de cima da quitinete, pagando ao todo mil e seiscentos reais. Considerado pela narradora como um erro, porque reconheceu durante sua narrativa o valor exacerbado e o pouco lucro que tinha, contratando apenas uma manicure. Diante disso, relacionou alguns pontos que a fizeram desistir do seu salão, por um tempo.

Tava saindo muito dinheiro, muito dinheiro, todo mês. Aquela coisa, e eu tava fazendo ainda um curso de reciclagem no SENAC, que eu tinha que passar o dia lá. Aí contratei uma manicure, não tinha nem cabelereiro lá só manicure, e o dinheiro foi indo embora. Aí antes de chegar no final do quinto mês, eu quebrei o contrato e ainda tive que pagar um mês pra mulher, pelo menos me desfiz do salão²²².

Percebendo o limite financeiro em manter tanto o aluguel de um salão de beleza quanto o espaço de moradia, asseveramos que a vida de Rebeca era intercambiável com base na sua percepção de liberdade e as possibilidades de conhecer outros espaços, produzindo novas amizades e novos clientes, intimamente ligados ao trabalho como cabeleireira. Foi por isso que “aluguei uma casa lá no Santo Antônio, lá coloquei meu salão fiquei melhor, e aí fui mudando: ‘Aí quer saber, vou descobrir outros bairros’. Aí fui morar no São Raimundo, na Aparecida”. Por isso, as territorialidades cultivadas estabelecem fronteiras de mobilidades, cujo ato de lembrar

²²¹ FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *História oral*, v.7, p. 47, 2004.

²²² **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

essas movimentações pelo espaço urbano produz “vínculos identitários e perfilam o fazer-se sujeito”.²²³

Recuperar na memória o interesse pelo deslocamento para outros bairros, levando o sentimento e o objetivo de produzir novas experiências e ressignificar sua subjetividade, representa na narrativa “a volta de coisas perdidas no tempo”, coadunando pedaços e detalhes “de uma história que, ao ser vivida, demonstra a possibilidade de trazer dados que se conectam com o imaginário da época”. Com isso, afirmamos que o tempo vivido e contado, na história oral, são construídos num emaranhado de temporalidades simultâneas, presentificando o passado e chamando atenção dos historiadores e historiadoras para “novas demandas no campo das subjetividades”, exigindo a historicização das experiências de sujeitos e sujeitas – no caso desta pesquisa as travestis e mulheres transexuais – que atribuem, também, sentidos ao real²²⁴.

De fato, as vivências de mulheres travestis e transexuais devem ser postas na ordem do dia dos historiadores e historiadoras, levando em consideração todas as dimensões de experiência, em cada tempo e espaço. E dentro disso o valor do trabalho é umas das questões narradas e analisadas pelas colaboradas desta pesquisa, justamente porque consideram parte constituinte das suas subjetividades e, conseqüentemente, das suas identidades de gênero. Neste sentido, seguimos a reflexão da psicóloga e transativista, Jaqueline Gomes de Jesus, a respeito das históricas frentes de batalha enfrentadas por essas mulheres há mais de 30 anos, referente à luta para serem compreendidas e respeitadas, primeiramente, como “gente”.²²⁵

Normalmente a possibilidade de ter um emprego, seja formal ou informal, promove no imaginário e na cultura brasileira o ideal de cidadão. Para as mulheres travestis e transexuais, por outro lado, mesmo que estejam trabalhando no universo da beleza (cabeleireira, esteticista, maquiadora, e assim por diante), a *subcidadanização* acaba tornando sua sina à medida que “poucos são aqueles com acesso pleno a todas

²²³ FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *História oral*, 7, p. 56-57, 2004.

²²⁴ *Ibidem*, p. 50 e 56.

²²⁵ JESUS, Jaqueline Gomes de. Prefácio. PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020, p. 14.

benesses sociais, muitos são os impedidos de aproveitarem dos frutos de seus próprios trabalhos, tendo o valor do que produzem usurpado de si”.²²⁶

Esses valores certamente se referem ao direito ao nome, ao gênero, ao respeito, à satisfatória condição de trabalho, enfim, todas as benesses que o espaço de trabalho garante, ou deveria garantir. Isso significa que para muitas mulheres trans e travestis a situação laboral é complexa e de resistência. Assim, Nichole Oliveira conta que iniciou trabalhando como cabeleireira após ter transicionado, quiçá nos primeiros anos da década de 1990. Não sendo clarificado em qual salão de beleza trabalhava à época, descreve o cotidiano transfóbico e opressivo a que era submetida. Narra que àquele momento não era “100% feminina” e que era obrigada a vestir-se com acessório e uniforme masculinizados, sobretudo pelo medo de sofrer retaliações. Mesmo tendo que se inserir aos códigos normativos do salão e se matizar com eles para sobreviver, Nichole interpreta que “era um pouco limitada nos locais onde eu trabalhei, então eu era vista como a bicha que se montava de noite, não é?”. Todos os dias, após o término do expediente nesse trabalho, “levava a minha vida de feminina normal”, considerando essas transições momentâneas, especialmente delimitadas, como chata e engraçada. Estes sentimentos se relacionavam ao modo como as pessoas – clientes e funcionários – lhe compreendiam e lhe descreviam, “ai a Nichole se transforma a noite, vocês não sabem como é a Nichole saindo daqui do salão, ela se transforma”: um sujeito abjeto e indeterminado²²⁷. Contudo, ela diz que, na verdade, a transformação acontecia para ir trabalhar no salão de beleza. Nichole Oliveira teria que se adequar ao imediatismo da cis-normatividade do espaço laboral, demonstrando o fracasso da heterossexualidade compulsória que, historicamente, produz e reproduz performatividades únicas de ser homem e ser mulher: “Não é que eu me transformava, eu me transformava era pra ir trabalhar! Pra ir trabalhar é que tinha transformação, eu tinha que vestir...”.²²⁸

²²⁶ *Ibidem*, p. 14.

²²⁷ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 6 de maio de 2019 no Amazonas Shopping. No dia 16 de maio 2020, em uma conversa informal perguntamos a Nichole se seu primeiro trabalho foi como cabeleireira, um questionamento que surgiu a medida que estávamos escrevendo esse tópico. Respondeu-nos que começou procurar emprego (informal e precarizado) aos 14 anos de idade, tendo exercido as atividades de babá, de secretária do lar, de atendente em uma loja de umbanda, respectivamente, como também submetido a entrevistas nas indústrias do Distrito Industrial, o que infelizmente não havia êxito por conta, como me disse, da sua aparência e jeitos considerados femininos.

²²⁸ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 6 de maio de 2019 no Amazonas Shopping.

Não sabemos por quanto tempo Nichole permaneceu trabalhando nesse salão de beleza quando iniciou a injeção de silicone industrial no corpo, todavia é importante ressaltarmos, como no início deste tópico, sobre o fato de as modificações corporais e subjetivas trans ocorrerem enquanto exerciam seus trabalhos, constatado com base nas narrativas das colaboradas desta pesquisa. Dito isso, para Nichole se desprender das amarras que a seguraram por anos sob as fardas masculinizadas, ocorreu graças ao silicone industrial, aumentando drasticamente o busto, quadril e bumbum, reivindicando o direito de “Usar Nichole, ser Nichole, viver Nichole”, abrindo mão de tudo para ser “100% Nichole”²²⁹.

Entre idas e vinda de São Paulo, desde 2001, para inserir silicone e aprimorar o formato do corpo ao seu gosto, Nichole narra um fato interessante de sua vida sobre as diversas vezes que buscou emprego na cidade de São Paulo, objetivando também fixar residência por considerar o lugar como: “o foco, lá era a fonte, tudo o que eu queria, tudo o que eu precisava, estava em São Paulo. Eu tentei todas essas vezes que eu fui pra São Paulo, eu fui várias vezes...”. Falando brevemente sobre o procedimento estético com silicone industrial, Nichole retoma o fio da meada ao se voltar “pra o que eu gostaria de falar” referente às dificuldades e a exclusão do mercado de trabalho, considerando esse tema de sua vida pertinente para que nós, historiadores, reelaborem nossas agendas e objetivos de pesquisa com base nas demandas sociais e as subjetividades explícitas, porém também nas entrelinhas durante e após a relação dialógica de aprendizagem e leitura, exigindo inclusive “compromisso ético com o seu tempo e (...) de nós mediação”.²³⁰ Por isso, dar escuta sensível aos narradores é valorizar as múltiplas dimensões da experiência individual, mas também compreender que tais dimensões estão interligadas por outras subjetividades.

Neste sentido, o interesse em falar sobre si explicita o sentimento de não conseguir “trabalhar na prostituição”; não deslegitimando enquanto um campo de trabalho, mas compreendendo e questionando a precarização, a estigmatização e a limitação histórica da força de trabalho das mulheres travestis e transexuais. A partir da

²²⁹ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 6 de maio de 2019 no Amazonas Shopping.

²³⁰ PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.7, n. 13, p. 183, 2017. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.12, n. 29, jan/abril, p. 4, 2020.

rede de relações sociais construídas entre São Paulo e Manaus para produção do corpo e da subjetividade trans, Oliveira relembra que advertia seus pares falando “gente eu tô precisando de emprego, será que alguém pode me ajudar? Vocês podem me indicar alguma coisa?”.²³¹ O efeito produzido por essa advertência não correspondia a expectativa de Nichole em, finalmente, conseguir um emprego: “eu recebia proposta pra fazer tudo relacionado à prostituição, menos como cabeleireira. Ninguém nunca me ofereceu emprego como cabeleireira!”:

aparecia cafetão, tipo assim, tinha um, o Edson, que quando eu colocava os pés em São Paulo ele sabia que eu tava em São Paulo, já mandava recado, as minhas amigas travestis diziam “olha, o Edson quer falar contigo, ele quer saber se você repensou aquela proposta”. Que era um cafetão que queria me colocar na rua. Então recebia proposta pra trabalhar na rua, eu recebia proposta pra trabalhar... em... pra fazer filme pornô, eu recebia proposta pra revista pornô, eu recebia proposta pra fazer site²³².

O objetivo de permanecer em São Paulo, infelizmente, estava atravessado por perseguições à mercantilização do corpo trans voltado para o mercado do sexo, em diferentes modalidades e dimensões em que o serviço sexual estivesse posto a venda. Assim, ao retorquir o questionamento se sua rede de sociabilidade tinha consciência do trabalho que exercia, é possível perceber por meio da sua voz e da expressão do seu rosto a indignação e o descontentamento acerca da limitação do mercado de trabalho formal para mulheres travestis e transexuais, depreendendo disso a histórica desvalorização da inteligibilidade e da capacidade profissional e educacional daqueles e daquelas que vivem identidades de gênero e sexual não-hegemônicas. Ademais, comparando as situações de trabalho e as formas de resistência no passado e no presente, conta que antes “qualquer trans pra trabalhar era muito difícil, era igual aqui em Manaus”, mas que atualmente a situação “está bem melhor”, havendo plataformas online que oferecem trabalhos para travestis e transexuais. Embora acredite numa pequena mudança social para a população em questão, sobretudo pelo advento da internet e seu imediatismo, aponta, contudo, para as complexidades dos pré-requisitos para preencher determinada vaga de trabalho, especialmente a exigência da educação básica concluída e experiência:

²³¹ **Nichole Oliveira.** Entrevista realizada em 6 de maio de 2019 no Amazonas Shopping.

²³² *Ibidem.*

Como é que uma trans vai preencher todos os requisitos? Que quase não tem ensino fundamental? Experiência de emprego é prostituição! Então eles oferecem..., essas empresas oferecem essas vagas que estão sempre disponíveis, eles nunca conseguem fechar essas vagas, é difícil. Tá melhorando, a gente tá vendo que as trans estão nas escolas, estão procurando a sua escolaridade...²³³

Reconhecendo uma modificação histórica e cultural na vida de algumas pessoas trans concernente à escolaridade e na tímida abertura do mercado de trabalho em detrimento das décadas anteriores, concordamos com a colaboradora ao questionar corretamente como uma pessoa trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais, poderão se inscrever e concorrer a uma vaga de emprego se o mínimo para se inserir diz respeito à formação educacional básica, compreendendo a escola como um dos ambientes mais hostis e discriminatórios, desmitificando a ideia hegemônica de lugar privilegiado de açambarcamento das diferenças e, conseqüentemente, de construção da cidadania para todos e todas.

Historicizar a influência do trabalho nas experiências dessas sujeitas implica num deslocamento de análise para outros cotidianos e culturas (porém não deslocada da relação com outros modelos de trabalho) de um sistema laboral. Conforme o historiador alemão Marcel van der Linden, a “nova” história do trabalho promoveu uma modificação dramática em sua disciplina, abarcando outros processos intrínsecos como “gênero, raça, etnia, idade [... que] ganharam finalmente a atenção que merecem, juntamente com as estruturas familiares, sexualidade e a política informal”.²³⁴ Além disso, trazer para o centro do debate historiográfico esses “trabalhos trans” e a interseccionalidade observada por Linden, provoca uma nova concepção sobre os mundos do trabalho “menos orientada para exclusão do que para inclusão de vários grupos de trabalhadores marginalizados ou dependentes (...)”.²³⁵

²³³ **Nichole Oliveira.** Entrevista realizada em 6 de maio de 2019 no Amazonas Shopping.

²³⁴ LINDEN, Marcel van der. História do trabalho para além das fronteiras. *Cad. AEL*, v.17, n.29, p. 40, 2010.

²³⁵ *Ibidem*, p. 53-54. Sobre a ideia referente ao termo “trabalho trans”, citamos o livro da advogada Olívia Paixão intitulada “Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho”. Nele, Paixão analisa os mecanismos jurídicos e legislativos que visibilizam, ou não, sujeitas travestis e mulheres transexuais em Belo Horizonte. Ressaltamos que a autora busca entender também a ausência de direitos que garantam a cidadania dessas pessoas, mas também sua invisibilização em propostas como a Lei nº 4.211/2012, Lei Gabriela Leite, referente à regulamentação do trabalho sexual, espaço laboral onde noventa por cento das travestis e mulheres trans atuam. Assim, faço uso do termo supracitado para compreender especificamente espaços de trabalho socialmente destinados a essa parte da população trans.

Atentando para os “gritos” dos trabalhadores subalternizados, percebemos na imprensa local situações semelhantes vivenciadas por nossas colaboradoras, assinalando a discrepância sobre a exclusão dessas sujeitas trans em detrimento de outros grupos sociais, de acordo com a notícia do jornal *Em Tempo*: “Fora da Prostituição, mulheres trans com emprego ainda são minoria”. Essa situação historicamente vivenciada pelas mulheres trans e travestis, tornou-se notícia numa conjuntura política onde os movimentos sociais organizados, especialmente o LGBT, estão sofrendo retaliações e retrocessos dos poucos direitos garantidos. O discurso sobre tal situação vivenciada pela população trans põe em evidência a sua exclusão e o silenciamento forçado provocado pela política brasileira.

Assim sendo, Ariel Ludovica, uma mulher trans que trabalha como atendente numa loja de assistência técnica de celular no bairro Lírio do Vale, no início da tarde contou um pouco da sua história de vida para o jornal e elencou elementos relativos à transexualidade e o campo laboral, afirmando que:

ser uma mulher trans dificultou tudo. Conseguir trabalho sempre foi muito complicado. Eu, mesmo nova, já ralei muito nessa vida. Fui atendente de lanchonete e não tinha nem vida social porque eu trabalhava a noite toda, dormia um pouco até o início da manhã e já precisava acordar para levar meu irmão na escola e depois ir para a minha aula²³⁶.

Ante o atual emprego como atendente, Ariel também trabalhou para um escritório dentário entregando panfletos para os passantes, ficando em pé por horas. Além disso, a entrevistada caracterizava esses trabalhos como complexos, sem garantias trabalhistas e difíceis por conta da informalidade, assinalando que contribuíram “a não entrar num mundo onde muitas vão parar”, ou seja, o trabalho sexual. Assim, reafirmava subjetivamente uma realidade condicionada à maior parte das mulheres trans e travestis exercerem o trabalho sexual, explicitando que grande parte de suas amigas e conhecidas não trabalhavam formalmente, e que pelo menos 1% das pessoas do seu círculo de sociabilidade “não estão na prostituição”.²³⁷

²³⁶ JUNIOR, Waldick. “Fora da Prostituição, mulheres trans com emprego ainda são minoria”. *Em Tempo*, Manaus, 30 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/economia/195547/fora-da-prostituicao-mulheres-trans-com-emprego-ainda-sao-minoria>>. Acesso em: 17 set. 2020

²³⁷ *Ibidem*.

Igualmente para Renata Ferreira que trabalha como cabeleireira, o processo histórico de transfobia pelo qual a população trans vivencia, está explícito no seu espaço de trabalho. A entrevistada corrobora com nossa colaboradora, Nichole Oliveira, ao desmitificar a construção social e imaginária atinente aos salões de beleza serem locais que respeitam as diferenças e que são “amigáveis para as trans”. Muito pelo contrário, a discriminação parte tanto de clientes quanto dos empregadores: recusa em ser atendida ou atendido pela pessoa trans; referenciar usando pronomes e artigos no masculino (ou para os homens trans, no feminino) propositalmente; omissão dos empregadores sobre inversões discriminatórias. Sendo assim, percebemos que, para ambas entrevistadas do jornal *Em Tempo*, ser uma mulher trans ou travesti que objetiva transitar em outras paragens para além do trabalho sexual constitui: “uma dura realidade. Eu mesma já perdi muita vaga só por ser quem eu sou. A verdade é que essas mulheres estão na prostituição não por opção, mas pela falta dela”.²³⁸

Lutar contra a discriminação para se afirmar como “gente” de direitos e cidadania esclarece, por um lado, as bases sociais impregnadas pelo machismo e pela cis-heterossexualidade compulsória que visa, historicamente, construir mecanismos de diferentes naturezas para excluir, invisibilizar, calar e, em última instância, assassinar aqueles e aquelas que transpassam os horizontes aceitáveis de gênero e sexualidade. Por outro lado, há quase vinte anos a mobilização social organizada das pessoas trans no Brasil, protagonizada inicialmente pelas travestis, tornou-se um importante instrumento de disputa e diálogo sobre a cidadanização e, por efeito, a emergência dos direitos básicos das/dos trans.

Nessa continuidade que a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas, fundada em 2017, observa e atua nesse cotidiano. Cedendo entrevista para a mesma publicação, a presidenta da ASSOTRAM, Joyce Alves, salientou que entre associados/as da organização somente uma trabalha com carteira assinada, um aspecto incomum, mas elogioso dentro da comunidade trans. Ademais, a instituição objetiva a qualificação profissional por intervenção de projeto, oferecendo cursos profissionalizantes com instituições parceiras (nenhuma instituição mencionada na

²³⁸ JUNIOR, Waldick. “Fora da Prostituição, mulheres trans com emprego ainda são minoria”. *Em Tempo*, Manaus, 30 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/economia/195547/fora-da-prostituicao-mulheres-trans-com-emprego-ainda-sao-minoria>>. Acesso em: 17 set. 2020.

notícia) e auxiliando “potenciais trabalhadoras a criar seus currículos e enviá-los a empresas contratantes”.²³⁹

Concluimos, assim, que grande parte da população trans ainda sobrevive de trabalhos informais, incluindo a mercantilização do sexo em diferentes plataformas, os embates políticos e sociais protagonizados pelas organizações sociais trans ou por pessoas trans individualmente, sobre o direito ao corpo, ao autorreconhecimento identitário, ao trabalho formal, à moradia, à vida, nos levando a reconhecer, portanto, a assertiva de Eric Hobsbawm sobre todo povo ter uma história, incluindo obrigatoriamente as trajetórias de vida de travestis e mulheres transexuais ativistas manauenses, pois “sua história (...) é incompreensível fora de sua inserção em um mundo mais amplo”.²⁴⁰ Por isso, indagamos: qual legado deixado pelo primeiro movimento homossexual (Grupo Gay do Amazonas) para criação de uma organização social de travestis e transexuais? Que motivações as colaboradoras tiveram para tornarem-se ativistas dos direitos humanos para população LGBT? Que medida as ações da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM) contribuíram por mudança social para população trans e outras comunidades em situação de minoria em Manaus/AM?

²³⁹ JUNIOR, Waldick. “Fora da Prostituição, mulheres trans com emprego ainda são minoria”. *Em Tempo*, Manaus, 30 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/economia/195547/fora-da-prostituicao-mulheres-trans-com-emprego-ainda-sao-minoria>>. Acesso em: 17 set. 2020

²⁴⁰ HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 241.

3 QUANDO O “BICHINHO MILITANTE” TOCA – (TRANS) ATIVISMOS EM MANAUS

3.1 Lutar por direitos no Amazonas: o movimento homossexual e o protagonismo de Adamor Guedes

Como presumido no capítulo anterior acerca das cotidianas lutas, conquistas e retrocessos que atualmente o movimento social LGBT brasileiro vem protagonizando em vista da violação dos direitos humanos e que, mesmo assim, vem resistindo de modo ímpar sobre os mínimos, mas significativos direitos garantidos. Assim, percebendo esse cenário, em especial a comunidade trans e o seu movimento político articulado e organizado, buscamos neste capítulo historicizar as experiências de ativismo das travestis e transexuais em Manaus, não perdendo de vista o processo histórico dos primeiros movimentos sociais gues e, posteriormente, chamado LGBT para formação e consolidação da primeira organização social feita por/para Travestis, Transexuais e Transgêneros no Amazonas, situada na capital.

Partindo das reflexões sobre os processos de construção dos movimentos sociais propostas pelo estudioso alemão, Axel Honnet, em que as experiências pessoais de desrespeito, humilhação e segregação provocam frustrações capazes de atingir outros sujeitos que vivenciam experiências comuns, implicando mobilizações e “relações ampliadas por reconhecimento”.²⁴¹ O efeito do engajamento individual consiste no:

(...) surgimento de movimentos sociais [... que] depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também um círculo de muitos outros sujeitos²⁴².

Tomando a experiência como essência importante para articulação política de grupos subalternizados, que lançamos mão das assertivas da historiadora estadunidense Joan Scott ao refletir sobre as problemáticas que ocorrem ao procurar tornar visíveis experiências sem haver um potencial analítico sobre “o sistema e a historicidade”, exemplificando com a ideia de que, mesmo sabendo que existem diferenças entre indivíduos, grupos, coletividades políticas, etc., devemos entender as funcionalidades,

²⁴¹ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 256.

²⁴² *Ibidem*, p. 258.

esmiuçando os componentes subjetivos e objetivos acerca dos sistemas das experiências²⁴³. Diante disso, não queremos apenas tornar as experiências e memórias de transativistas e do movimento social LGBT visível sem a devida valorização e o respeito, e com isso construir um quadro explicativo interpretativo da formação das articulações sociais e políticas da comunidade na cidade de Manaus entre a última década do século XX e as duas décadas do XXI.

Analisaremos neste tópico a formação e as atividades do primeiro movimento social LGBT manauense, por meio das perspectivas feministas que vem se “dedicando a desmascarar [...] o disfarce ideológico de preconceito masculino ao destacar os defeitos, incompletude e exclusão na história oficial”, cujas narrativas de algumas colaboradoras trans e as fontes impressas do Jornal do Comércio, enfatizam algumas movimentações políticas e sociais do incipiente movimento homossexual²⁴⁴. Diante disso, nos indagamos: quais os objetivos e necessidades pensadas para construção de um movimento guei em Manaus nos anos 1990? Qual as contribuições desse primeiro movimento social institucionalizado para a criação de outras organizações sociais de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais nos anos posteriores?

Márcio Caetano, Claudio Nascimento e Alexsandro Rodrigues nos brindam com uma informação que nos ajudará a responder as questões supracitadas, dizendo que “o vírus do HIV nunca teve pátria e tampouco respeitou as fronteiras. Ele não excluiu e muito menos foi ou é seletivo, ainda que a divulgação inicial dos primeiros casos tenha carimbado no corpo homossexual”. As homossexualidades carimbadas e estigmatizadas pelos discursos produzidos sobre a epidemia do HIV/Aids nos anos 1980, e mais intensamente nos 1990, implicou mudanças significativas nas vivências e nas relações sociais desses sujeitos, executando processos como de “dessolidarização”, ou seja, o distanciamento e a negação da homossexualidade, como resiliência individual, devido às atribuições depreciativas e a culpabilização da existência e proliferação do vírus na sociedade²⁴⁵.

²⁴³ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, v. 16, n.1, p. 304, 1998.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 312.

²⁴⁵ CAETANO, Márcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: a AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. POLLAK, Michael. Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia. Trad. Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990, p. 51.

Os meios de comunicação contribuíram significativamente com a produção e disseminação de discursos que vitimaram e perpetuaram na memória social a relação do vírus HIV/Aids e suas vítimas à comunidade LGBT como únicos portadores e transmissores, qualificado como “câncer gay”. Sobre a importância da Imprensa na historiografia e no ensino de história, as historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto nos alertam, quase como apelo às historiadoras/es, para não reduzirmos a imprensa como “(...) meros depositários de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”, mas tratar em nossas análises como parte do processo histórico e sua força dinâmica ao registrar os “(...) nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”. Assim como as fontes orais e o corpus de documentação escrito da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas, os jornais aqui reunidos documentam a prática social, sem neutralidade ou uma objetividade, pois, antes de tudo, “fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”.²⁴⁶

Não intencionando separar as notícias do processo editorial e todas as complexidades, – sobretudo as imprensas de grande porte e de dimensão nacional com filiais em alguns estados – que trazemos a preocupação da “Aids no Brasil”. Interessados em informar os dados oficiais do Ministério da Saúde (MS), o *Jornal do Comércio*, em 15 de abril de 1990, iniciou o diálogo alertando que o Brasil estava em segundo lugar diante dos números de casos de infectados pelo vírus no mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos da América. Com os quantitativos do MS de casos da década de 1980, a notícia apresentou “7.538 casos, 90,3% dos quais em homens; por transmissão sexual ocorreriam 68,4% dos casos, sendo que 9,4% foram por contato heterossexual. Do total de casos, 138 (1,8%) foram atribuídos à transmissão perinatal”.²⁴⁷

Além destas informações, foram apresentadas as regiões que continham os maiores índices de casos, algumas informações de infectados entre adolescentes e

²⁴⁶ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. *Projeto História*, v. 35, p. 257-258, 2007.

²⁴⁷ “A AIDS no Brasil”, *Jornal do Comércio*, nº 35.168, 15/04/1990, p. 10.

crianças. Porém, o que nos chamou atenção foram às porcentagens veiculadas sobre os “grupos de risco”.²⁴⁸ Segundo as pesquisas do Ministério da Saúde, entre 1980 e 1981:

(...) têm revelado a prevalência de soropositividade de 0,4% em doadores de sangue, 1,8% em presidiários, 6% em prostitutas do Rio de Janeiro, 37% em travestis e até de 76% em hemofílicos. Estima-se a existência de 200 a 400 mil portadores assintomáticos²⁴⁹.

Por fim, o jornal do Comércio sinalizou que foram produzidos diversos estudos para compreender a prevalência da soropositividade, mas que até aquele momento o padrão de transmissão entre heterossexuais era a mais nítida, explicitando que o aumento de infecção nos anos posteriores acometeria especialmente as mulheres, causando, assim, a elevação do “número de casos de transmissão perinatal e AIDS pediátrico”.²⁵⁰

Diante do que nos foi evidenciado, chamamos atenção para três questões que de algum modo contribuí para nossa pesquisa, mas que também nos chama atenção para a função de historiadoras/es preocupados/as com as experiências e evidências sobre grupos e sujeitos que não tiveram suas histórias lembradas e contadas. Primeiramente, observamos que o jornal reduziu sua discussão a alguns Estados, preponderantemente nos eixos São Paulo e Rio de Janeiro, e isso foi reiterado algumas vezes. Esse problema analítico e reducionista da imprensa talvez tenha sua parcela de culpa sobre os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, resultando em inquietações sobre a inexistência, ou poucos casos na região norte, sobretudo no Amazonas nos anos 1980, ou o descaso com essa parte territorial do Brasil. A segunda reflexão consiste que, logo no início o jornal apontou os alarmantes casos de infecção entre os homens, em que 9,4% ocorreram por relações afetivo-sexuais heterossexuais, e que 76% se encontram entre hemofílicos, um distúrbio que acomete predominantemente os homens cisgêneros²⁵¹.

²⁴⁸ A expressão “grupo de risco” advém dos estudos epidemiológicos sobre os primeiros casos de HIV/Aids. As homossexualidades e seus “estilos de vida” foram privilegiados nas investigações, considerando que os homossexuais e seu ambiente social estiveram inseridos nas técnicas estatísticas como “terreno favorável ao desenvolvimento da doença após a contaminação”. O conceito de “grupo de risco” ainda está presente nas falas dos agentes de saúde e na literatura médica, perpetuando a estigmatização da população LGBT junto com outros sujeitos e sujeitas lidos/as como “vulneráveis”. POLLAK, Michael. Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia. Trad. Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990, p. 122-123.

²⁴⁹ “A AIDS no Brasil”, *Jornal do Comércio*, nº 35.168, 15/04/1990, p. 10.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ As maiores chances da hemofilia ocorrer em homens cis do que em mulheres cis acontece porque a doença é fruto de um defeito genético no cromossomo X. Como as mulheres cisgêneras possuem dois

Estas últimas informações impactam diretamente nos nove por cento, havendo o aumento dos casos de infecções pelo HIV tanto em homens heterossexuais quanto entre homossexuais. A terceira reflexão vai de encontro com a anterior, fundamentalmente por que as travestis (e transexuais também, quem sabe), eram e ainda são lidas como homens, reduzindo as identidades de gênero à base biológica do falo – e não estamos nos referindo ao falocentrismo. Os trinta e sete por cento comprovaram que as travestis já se afirmavam nessa configuração de identidade subjetiva, mas também a posição delas dentro dos chamados grupos de risco. É evidente que não descartamos as possibilidades de serem quantificadas entre os homens homossexuais e heterossexuais hemofílicos, mas nos chamou atenção para as futuras mobilizações políticas de redução do estigma e da discriminação sobre elas e, de modo geral, sobre a comunidade LGBT.

Como bem lembrado pelos antropólogos brasileiros Júlio Assis Simões e Regina Fachinni, os primeiros anos da década de 1990 presenciou o aumento expressivo de casos de Aids no Brasil. Por isso, diversos grupos subalternizado se mobilizaram na participação e nas tomadas de decisão nas políticas públicas que lhes diziam respeito; nos referimos a intensificação da participação dos movimentos sociais de “mulheres e profissionais do sexo, e do setor privado, que iniciou atividades em parcerias com ONGS”. Vale ressaltar que, oficialmente, o Governo Federal criou e consolidou um programa voltado para as doenças sexualmente transmissíveis DST/HIV (classificação dada à época) somente em 1988 por meio do Ministério da Saúde, tendo como base as articulações sanitárias e de saúde pública promovida pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos anteriores²⁵².

Outros grupos identitários que compunham os movimentos homossexuais, como eram conhecidos até meados da década de 1990, passaram a reivindicar seus lugares de fala dentro desse movimento e promoveram, assim, o processo de politização das identidades sexuais e de gênero. Para alguns autores a temporalidade desse movimento pode ser pensada por meio de três ondas. A primeira onda corresponde ao

cromossomos X, enquanto os homens cisgêneros têm apenas um, o gene defeituoso está garantido a se manifestar em qualquer homem que o carrega. Para melhor compreender a hemofilia e seus pormenores, indicamos a leitura do documento “Hemofilia é mais comum entre os homens”. Disponível em: <http://www1.imip.org.br/imip/noticias/hemofilia-e-mais-comum-entre-os-homens.html#:~:text=%C3%89%20mais%20prov%C3%A1vel%20a%20hemofilia,qualquer%20homem%20que%20o%20carrega>. Acesso em: 03 mar. 2021.

²⁵² SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 131-132.

final da ditadura civil-militar e o processo de “abertura política”, por volta de 1978 com a criação do jornal *Lampião da Esquina* e do Grupo SOMOS-SP que lutaram pelo antiautoritarismo, comunitarismo e liberdade sexual. Já a “segunda onda” se assenta no contexto de redemocratização do país nos anos 1980 por meio da atuação do movimento homossexual em torno da Constituinte de 1988 e também nas primeiras articulações em relação à eclosão da epidemia do HIV-Aids, que incentivou a institucionalização do movimento social homossexual. Por fim, na “terceira onda” que se inicia nos anos 1990 até no tempo presente, ocorreu a consolidação da parceria com o Estado e agências privadas para diminuição dos casos de HIV por meio do financiamento de projetos de princípio de educação de pares. Também a multiplicação de grupos ativistas que passaram a formar grandes redes organizacionais regionais e nacionais e, como consequência, a promoção das Paradas do Orgulho LGBT²⁵³.

Neste ínterim, por meio dos diversos encontros nacionais e regionais de homossexuais ocorridos entre 1984 e 1991, havendo forte participação das organizações sociais como o Grupo Gay da Bahia e o Movimento de Emancipação Homossexual Atobá – RJ:

Novas metas de luta apareceram nesses encontros, como o combate pela legalização do “casamento gay”, por um tratamento positivo da homossexualidade, a denúncia da violência contra homossexuais e a preocupação com a discriminação religiosa (...) a luta contra a Aids recebeu destaque especial²⁵⁴.

Ampliando este raciocínio sobre o crescimento das demandas advindas das lutas e experiências dos sujeitos homossexuais, que no Amazonas, em 1992, foi fundado o movimento homossexual amazonense com a nomenclatura Grupo Gay do Amazonas (GGA). Formado e presidido por Adamor Guedes, um sujeito que teve “sua formação

²⁵³ SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 14. Regina Facchini em outro momento aponta que, com o advento da epidemia HIV/Aids, houve um exponencial crescimento de movimentos LGBT, dando resposta à propagação do estigma pelas políticas do Estado para prevenção e à diminuição da vulnerabilidade dos sujeitos marginalizados. Ver: FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 4, p. 138-139, 2009.

²⁵⁴ SIMÕES; FACCHINI, *op. cit.*, p. 128.

intelectual e política influenciada pelo professor, pesquisador e ativista Luiz Mott”.²⁵⁵ Essa organização se localizava, a princípio, na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), na Rua Lima Bacuri, Centro de Manaus. Cedida pelo partido, lá ocorriam às reuniões para articulação das atividades de prevenção, educação e inibição da violência sobre a comunidade homossexual, tendo somente à sua disposição duas mesas e algumas cadeiras. Após ficar um tempo naquele local, a organização conseguiu por meio do Partido Democrático Trabalhista (PDT), um espaço maior, com duas salas, também na Lima Bacuri.

Percebemos ser histórica a relação dos movimentos sociais identitários com os partidos políticos, sobretudo com o Partido dos Trabalhadores. O sociólogo brasileiro Rodrigo Cruz chama a atenção para a fundamental participação dos homossexuais na fundação do PT na década de 1980, pois o partido reclamava uma espécie de aliança entre os sujeitos subalternizados, levando em conta a aglutinação de interesses similares. Cruz nos diz que

os movimentos de perfil identitário, impulsionados por setores médios da sociedade, se dirigiram ao PT porque viram nele a proposta de uma política alternativa, que promovia a participação democrática, ao mesmo tempo em que consideravam engajamento partidário uma oportunidade de ampliar o alcance de suas causas.²⁵⁶

Mesmo estando vinculado e usufruindo dos benefícios que os partidos políticos proporcionaram, o Grupo Gay do Amazonas teve fundamental atuação política concernente aos direitos humanos da comunidade de gays, lésbicas e travestis. Isso se revela na notícia “Grupo Gay do Amazonas luta por seus direitos. De acordo com o jornal do Comércio, o VIII Encontro Nacional GLT, ocorrido em Curitiba entre os dias 28 e 31 de janeiro de 1995, contou com a participação do Grupo Gay do Amazonas que votou para “eleger o secretário-geral a nível nacional da Associação que congrega os

²⁵⁵ PEREIRA, Denis da Silva. *Violência contra LGBT's em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento*: estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito. Tese (doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, 2016, p.189.

²⁵⁶ Não somente o Partido dos Trabalhadores (PT) buscava fazer alianças com os “novos movimentos sociais”, como eram compreendidos, mas outros partidos políticos, justamente pelo engessamento das regras de registro eleitoral, segundo a qual tinham que ter significativo número de filiados. Por isso, alguns partidos de centro e de direita, repentinamente, se interessaram em dialogar com ativistas homossexuais, à época, de forma claramente oportunista. Para melhor análise, ver: CRUZ, Rodrigo. Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

homossexuais”. Dentro desses quatro dias de intenso diálogo, tornou-se pauta de luta e reivindicação junto ao governo brasileiro a “legalização da união entre as pessoas do mesmo sexo”.²⁵⁷

As exigências debatidas e postas no papel pelas trinta e uma organizações de diversos lugares do Brasil tinham um destinatário: o Congresso Nacional. Dando ênfase ao “casamento entre gays”, o periódico apontou que a proponente do projeto no ambiente legislativo e “madrinha” fora a deputada Marta Suplicy. Neste sentido, o jornal do Comércio procurou saber a perspectiva do presidente do GGA, Adamor Guedes, sobre o cenário e as possibilidades de mudanças com o evento e formação de uma rede nacional que coadunava multifacetadas entidades do movimento social:

“Esta foi mais uma vitória dos gays de todo o Brasil, quer dizer, mesmo que não consigamos aprovar esse projeto, já é meio caminho andado, pois nós conseguimos fazer chegar uma proposta nossa até o Congresso Nacional. Aqui em Manaus, nós estaremos realizando várias passeatas pelas ruas da cidade para lutarmos por nossos direitos”, frisou Adamor²⁵⁸.

Por fim, no dia anterior a publicação da notícia, 04 de fevereiro de 1995, o Grupo Gay do Amazonas mobilizou uma passeata entre as Avenidas Djalma Batista e Constantino Nery, próximas ao Amazonas Shopping, Zona Centro-Sul. Na oportunidade, diversos ativistas “apresentaram-se vestidas de noivas e outras roupas do vestuário feminino” como forma de protesto diante da negligência e morosidade do Estado brasileiro acerca dos direitos de gueis, lésbicas e travestis.

Os embates históricos do movimento de gueis, lésbicas e travestis pelo direito a ter direitos transpassaram as fronteiras brasileira, ecoando nos ouvidos de instituições europeias sobre os casos de violação diante da negligência dos governos federais e estaduais que não buscavam alternativas ou sequer diálogo com os coletivos e grupos organizados. Neste sentido que a atuação histórica do movimento social organizado

²⁵⁷ “Grupo Gay do Amazonas luta por seus direitos”. *Jornal do Comércio*, nº 36.567, 5/02/1995, p. 8. Com a participação do Amazonas para um evento nacional que vinha ocorrendo desde a década de 1980, o Encontro Nacional de 1995 constituiu um marco histórico para comunidade, pois foi na ocasião que se fundou a então Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Intersexos – ABGLT, cuja participação do Grupo Gay do Amazonas, naquela ocasião, garantiu não somente assento na primeira diretoria, especificamente no cargo de Secretária da Região Norte como se configurou como uma das trinta e uma entidades fundadoras da referida instituição nacional. BRASIL, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Intersexos. *História de Luta*. Disponível em: <https://www.abglt.org/copia-quem-somos>. Acesso em: 09 nov. 2020.

²⁵⁸ “Grupo Gay do Amazonas luta por seus direitos”. *Jornal do Comércio*, nº 36.567, 5/02/1995, p. 8.

ganhou relevo nas páginas do *Jornal do Comércio*, em 1998, quando a representante da Anistia Internacional, Júlia Rochester²⁵⁹, se reuniu com o ativista guei, Adamor Guedes, que na ocasião estava representando a ABGLT, e com o senhor Afrânio Nogueira, membro do Conselho Homossexual do Amazonas²⁶⁰.

Segundo o editorial, durante a conversa com Júlia, ambos os ativistas sinalizaram e enumeram as problemáticas que a comunidade vinha sofrendo diante do silenciamento e da marginalização ocasionada pela falta de políticas públicas para proteger, garantir o respeito e a cidadania plena: “Reclamaram da discriminação, da violência policial e da impunidade que beneficia quem mata ou violenta os homossexuais. Responsabilizaram os agentes de governo pela situação (...)”.²⁶¹ Dessa maneira, levaram ao conhecimento internacional as problemáticas de desumanização que a comunidade homossexual à época vivia, que ambos os representantes da categoria social se dispuseram a produzir relatórios referentes aos “últimos casos de violação dos direitos homossexuais”, haja vista suas críticas ao descaso da justiça amazonense no que tange essa temática. A imprensa considerou o movimento GLBT organizado – e isso deve ser pontuado, pois estamos tratando de um jornal de grande circulação – “um segmento combativo da sociedade”, se articulando em diferentes medidas para que as leis em voga fossem efetivadas também para a população em pauta de discussão, pois “é uma aspiração legítima”.²⁶²

A socióloga brasileira Maria da Glória Gohn assevera que os movimentos sociais contemporâneos objetivavam/objetivam a organização e a conscientização social mediante os olhares voltados para a “construção de uma sociedade democrática”, em que o desenvolvimento socioeconômico e os embates pelo reconhecimento das diferenças culturais e sua inclusão nas discussões políticas, sociais, geográficas e econômicas resultaram da ressignificação dos sentidos de igualdade, fraternidade e liberdade. Ou seja, para Gohn, a guinada de concepção sobre esses aspectos da

²⁵⁹ “Julia Rochester trabalhou para o serviço 'Português para a África' da rádio BBC e como Pesquisadora da Amnistia Internacional no Brasil. Ela também foi editora-chefe de sua própria pequena editora, a Corvo Books. Ela é autora de *O Massacre da Candelária* (Visão, 2004), uma biografia de Wagner dos Santos, a primeira testemunha protegida pelo governo federal do Brasil, e um romance, *A Casa na Fronteira do Mundo* (Viking, 2015). Ela mora em Londres com o marido e a filha”. Informações disponíveis em: <https://granta.com/contributor/julia-rochester/>. Acessado em: 10 nov. 2020.

²⁶⁰ “A Anistia e os gays”. *Jornal do Comércio*, nº 37.504, 03/04/1998, p. 2.

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² *Ibidem*.

existência humana provocada pelos grupos e coletivos organizados ascenderam novos sentidos aos clássicos franceses, isto é, explicitaram os sentimentos por justiça social, por solidariedade e pela autonomia coletiva e a inserção social de sujeitos/as subalternizados/as²⁶³.

A articulação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis junto com o Conselho Homossexual do Amazonas para alertar, em última instância, organizações internacionais sobre as violações de direitos humanos da comunidade GLT pode ser amparada nas reflexões de Glória Gohn, sobretudo ao tangenciar que:

(...) os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações, podendo, portanto, virem a ser a matriz geradora de saberes²⁶⁴.

De fato, a definição dos lugares sociais de diálogo estava, naquele momento, circunscrita às figuras masculinas. Tornou-se claro, para nós, que a imprensa não se preocupava em visibilizar as outras categorias identitárias, quiçá por compreender travestis, lésbicas, e posteriormente transexuais e bissexuais, como subgrupos inerentes à homossexualidade.

Os impasses, as contradições de nomeação e a produção de lugares de visibilidade para outros personagens nos discursos da imprensa ocorreram também em 2000, ano de eleições municipais cujas organizações sociais GLT se articularam para elegerem os candidatos a concorrerem à vereança para as Câmaras Municipais de todo o Brasil. De acordo com o jornal do Comércio, o pleito eleitoral no ano 2000 foi marcado pela “participação de pelo menos 40 candidatos homossexuais assumidos, saídos de dentro do movimento homossexual brasileiro organizado”. A nota enviada ao jornal pela secretaria da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), acrescenta que duas reuniões foram feitas em Goiânia e em Maceió, objetivando articulações de pautas e estratégias montadas para o sucesso dos “candidatos gays” notórios: “A intenção é que ao término das convenções mais ou menos 40 candidatos

²⁶³ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil contemporâneo*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 16.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 16.

com o trabalho reconhecido dentro do MHB, tenham suas candidaturas confirmadas pelos seus partidos”.²⁶⁵

Articulados com partidos políticos para concretização dos objetivos, indo de congregações conservadoras como o Partido da Frente Liberal (PFL) (atual Democratas-DEM), aos progressistas tais como Partido dos Trabalhadores (PT). Aqui no Amazonas o candidato sinalizado para disputar o pleito foi Adamor Guedes, porque, conforme a nota veiculada pela imprensa, “o movimento acredita que a população GLT e simpatizantes conhecem quem realmente tem defendido os gays, lésbicas e travestis em Manaus”.²⁶⁶

De fato, as expectativas sobre Adamor Guedes enquanto candidato e a possibilidade de eleição para Câmara de Vereadores de Manaus era, como o jornal pontuou, “desconhecidas”, mas confiava na comunidade GLT, pois, além de ser o primeiro candidato assumidamente homossexual, era ativista, e que naquele momento iria realmente saber “(...) se os gays votam nos gays, já que sou o primeiro candidato homossexual que levanta a bandeira”.²⁶⁷

O desejo por justiça social para a comunidade que ele defendia a partir da fundação do Grupo Gay do Amazonas, em 1992, e posteriormente modificada para Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT) foi lembrado pelos companheiros e também ativistas, a partir dos anos 2000. Entretanto, diante da notoriedade política e social que Adamor Guedes possuía, nos questionamos (novamente) sobre a invisibilidade da participação de fala de outros sujeitos que compunham a “sopa de letrinhas”, ou seja, embora a construção do movimento social tivesse nos seus “processos fundacionais [... a] proeminência de *gays* e travestis”, outras personagens eram negligenciadas, sobretudo nos encontros nacionais, como lembrou o antropólogo e filósofo brasileiro Denis Pereira:

(...) somente em 2005 o Amazonas passou a contar com a participação em âmbito nacional de representantes lésbicas como parte de delegações. Entre 1998 e 2004 o movimento de lésbicas [... amazonense] era representado nacionalmente por mulheres heterossexuais/Cis. (...) Neste contexto, evidenciou-se que a

²⁶⁵ “Movimento gay apresenta candidatos em todo o país”. *Jornal do Comércio*, nº 38.109, 20/06/2000, p. 4. Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 4.

²⁶⁷ “Discriminação”. *Jornal do Comércio*, nº 38.127, 17/07/2000, p. 6.

Associação do Amazonas tinha caráter de exclusão de lésbicas (...), foi em decorrência dessa realidade que se fundou o primeiro grupo organizacional composto somente por mulheres lésbicas no Estado²⁶⁸.

Esta assertiva responde parte das nossas inquietações motivadas pelos discursos da imprensa acerca da maximização da figura de Adamor Guedes sem abrir para o diálogo com outros sujeitos que compunham o círculo de luta por reconhecimento social, político e jurídico. Ressalvamos que nossas críticas não objetivam reduzir qualitativamente as ações coletivas e individuais da “primeira onda” do movimento social LGBT amazonense. Muito pelo contrário, o exercício reflexivo ancorado nos aportes teóricos, tanto historiográficos quanto de outras áreas ciências humanas e sociais, aguçou nossos olhares e ouvidos para as existências de grupos sub-representados, ou com lugares de fala protegidos. Ademais, não podemos esquecer que outras pessoas talvez se considerassem representadas pela presença, pela retórica e pelas ações efetivas de Guedes, quanto pela organização presidida por ele.

Na primeira década do século XXI, Manaus presenciou a formação de outros movimentos sociais identitários idealizados no cerne da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis. Assim, se particularizou as demandas sociais cujos representantes das “novas” mobilizações de lésbicas, travestis, garotos de programa, romperam o cordão umbilical – não definitivamente – com a AAGLT, em 2004 e 2005.

Para compreendermos historicamente esta conjuntura de fracionamento, pluralização e desenvolvimento das entidades LGBT's na cidade, nos apoiaremos no projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCS), especialmente o fascículo nº 25 intitulado *Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) – Manaus/Amazonas*²⁶⁹. Nesta edição, a equipe conduzida pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, junto com os movimentos sociais organizados, produziram

²⁶⁸ PEREIRA, Denis da Silva. *Violência contra LGBT's em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento: estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito*. Tese (doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, 2016, p. 190.

²⁶⁹ O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia está vinculado à Universidade Federal do Amazonas e à Universidade do Estado do Amazonas, tendo existência desde 2005 sob a coordenação do Doutor Alfredo Wagner Berno de Almeida. Tal projeto objetiva mapear pontos de sociabilidade e de elevada importância para os “(...) Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia [... privilegiando] tanto a diversidade das expressões culturais combinada com distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais”. Até o presente momento foram produzidos pelos membros das comunidades e pelos/as pesquisadores/as cerca de 176 fascículos em diferentes contextos e territorialidades por todo o Brasil, significando que o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia se consolidou como um projeto necessário e extremamente importante para visibilidade de grupos e sujeitos subalternizados. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

um material ambicionando mapear “(...) os pontos considerados de grande importância para os movimentos sociais”. Mas não somente isso, pois no documento as narrativas das lideranças do movimento LGBT manauense expressam sentimentos, desejos, angústias e as lutas por reconhecimento das suas identidades subjetivas e das demandas da comunidade de destino. Como pondera o antropólogo brasileiro Esmael Alves de Oliveira, houve: “(...) todo um cuidado para que a produção tenha a ‘cara’ dos movimentos sociais: suas lutas, suas reivindicações, suas dificuldades, enfim, a vida do movimento social em si”.²⁷⁰

Elegemos, assim, o vigésimo quinto fascículo do PNCS como fonte para apreendermos a historicidade e as memórias das instituições sociais em rede que abriram malhas e cimentaram os caminhos para o associativismo de travestis, mulheres e homens transexuais e outros sujeitos transgêneros em Manaus, em 2017. Nesse sentido, os movimentos sociais e seus representantes-participantes do projeto à época foram: Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), presidida por Bruna La Close; Associação de Travestis do Amazonas (ATRAAM), representada por Weydman Henriques; Movimento Lésbicas Manaus (MLM) tendo como presidenta Lidiany Cavalcante; Associação GLBT Orquídeas, representada por Fabrício Nunes; e, por fim, Associação Katiró – Núcleo de Estudos e Pesquisas Relacionado à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, coordenada por Francisco Nery²⁷¹.

As narrativas cedidas pelos/as ativistas ao projeto apresenta reflexões acerca da relevância dos movimentos sociais identitários. E, num lance de retrospectiva, o ativista Francisco Nery lembra que:

Para falar de movimento LGBT no Estado do Amazonas, a gente não pode esquecer do Adamor Guedes. Afinal de contas, há 15 anos atrás o Adamor deu esse pontapé inicial aqui no Amazonas. Um dos grandes projetos dele era de estar implementando as ações nos municípios do Estado do Amazonas. (...) Então o Adamor começou

²⁷⁰ OLIVEIRA, Esmael Alves de. *Nas fronteiras da sexualidade: uma análise sobre os processos de construção e apropriação do espaço em boates GLS do centro da cidade de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 48-49.

²⁷¹ MENEZES, Elieyd; OLIVEIRA, Esmael; DIAS, Willas; PEREIRA, Jefferson. *Fascículo do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) de Manaus/Amazonas*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nº 25, 2009, p.1. A Associação Garotos da Noite foi fundada em 2006, tendo inicialmente como público específico garotos de programa; posteriormente houve ampliação das categorias prioritárias, como Trabalhadores e Trabalhadoras do Sexo e Pessoas LGBT. Ainda, promove encontros e palestras em torno da saúde e dos direitos humanos. Atualmente é presidida por Dartanhã Gonçalves e Marinês Maciel de Souza.

por Manacapuru, uma das primeiras Paradas Gay aconteceu em agosto e o Adamor foi assassinado em setembro de 2005, um mês depois da parada. Aí ficou um grande legado que seria as outras pessoas que estavam ao lado dele (...)²⁷².

A institucionalização da figura de Adamor foi novamente evidenciada, dessa vez por meio da narrativa de Nery. Com justiça, a construção de memória dele se encontra naquela personagem, pois a considerou pioneira nas primeiras mobilizações por direitos humanos à população LGBT, como também pela reconhecimento social, evidenciando com isso que “o processo de reconhecimento é lento e aparece como demanda que pode ser visualizada ou envolta no ostracismo absoluto”.²⁷³

O ostracismo do direito à identidade e a cidadania para a comunidade LGBT configurou, por muito tempo, uma realidade, um fato, cujos movimentos sociais tiveram/têm papel fundamental na somatização e sistematização das necessidades, haja vista a sociedade de direito que estiveram/estão inseridos. A assistente social brasileira, Lidiany Cavalcante, pondera que, no tempo presente, mesmo diante da discriminação e de preconceitos “(...) o Brasil assistiu a um cenário de avanços. Os direitos previdenciários no que se refere à dependência do parceiro/a foi concretizada. O direito ao casamento civil, divórcio, dissolução de união estável, partilha de bens, direito de guarda e convivência (...)”. Ou seja, exigências históricas das redes de mobilizações LGBT que somente nesse século foram atendidas com muita pressão dessas entidades organizadas²⁷⁴.

Por meio das folhas coloridas como arco-íris, o fascículo objetivou mostrar ao leitor/a as facetas de áreas de atuação dos diferentes movimentos sociais do novo milênio (saúde e lazer, times esportivos, Parada do Orgulho LGBT, educação, cultura, etc.), esclarecendo que, mesmo havendo prioridade ao público-alvo, e desenvolvendo algumas atividades específicas, as organizações sociais manauenses desembocavam no mesmo rio: os direitos humanos. Como narrado por Fabrício Nunes, “A Associação Orquídea era pra ela trabalhar a questão da educação e cultura. Porque a AGLT já

²⁷² MENEZES, Elieyd; OLIVEIRA, Esmael; DIAS, Willas; PEREIRA, Jefferson. *Fascículo do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) de Manaus/Amazonas*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nº 25, 2009, p. 4.

²⁷³ CAVALCANTE, Lidiany de Lima. *Sob o Véu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2015, p. 131.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 136.

trabalhava a promoção à saúde e promoção de direitos humanos. Então a gente tinha que ter trabalhado nessas outras linhas: educação e cultura”.²⁷⁵

Durante a produção da memória, Nunes, no ato de contar, flexionou o verbo ‘ser’ no pretérito imperfeito do indicativo, ajudando-nos a entender que o intuito inaugural durante a formação da Associação Orquídeas LGBT estava localizada nas atividades de educação e cultura como extensão da necessidade humana, reconhecendo talvez o pouco destaque para essas áreas por parte da AAGLT, organização que possibilitou a “formação de novas lideranças para construir associações de acordo com suas identidades sexuais e de gênero, respectivamente”. Não obstante, o verbo foi o sinal para nos mostrar que as atividades objetivadas nos campos da educação e da cultura não foram suficientes ou limitadoras ante as exigências da comunidade LGBT, ou quiçá aumentaram o leque de exercícios em consonância com outros movimentos sociais identitários, como visto nas diversas narrativas dos/das representantes das entidades sobre as áreas eleitas pelo grupo do PNCS²⁷⁶.

Entre as conquistas, as requisições, os desafios sinalizados pelos/as colaboradores/as do projeto, algumas nos chamaram atenção, pois vão de encontro com a literatura produzida sobre a população LGBT manauense, como também a reconfiguração que algumas dessas conquistas produziram na paisagem social e urbana da cidade.

Para o ativista da Associação Katiró, Jefferson William Pereira, o Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia “Adamor Guedes” foi legitimamente um êxito do movimento LGBT amazonense, ainda que estivesse aquele momento em processo de maturação e construção política, funcionando no Centro Histórico de Manaus como consta no mapa situacional confeccionado pelos/as ativistas. De acordo com Jefferson, o espaço que levou o nome de Adamor Guedes, como homenagem pelo pioneirismo e pela perseverança como ativista homossexual, constituía como polo de encontro e diálogo com as múltiplas organizações sociais – e não somente LGBT – haja vista as mobilizações

²⁷⁵ MENEZES, Elieyd; OLIVEIRA, Esmael; DIAS, Willas; PEREIRA, Jefferson. *Fascículo do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) de Manaus/Amazonas*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nº 25, 2009, p. 3.

²⁷⁶ LIMA, Michele Pires. Cotidiano, violência e movimento social: histórias de uma travesti militante em Manaus (1996-2017). *Aedos*, v. 12, n. 26, p. 338, 2020.

reivindicatórias das minorias sociais, as denúncias de violações de direitos humanos, as lutas por visibilidade e reconhecimento como grupos silenciados e negligenciados. Para Pereira, à época, o Centro de Referência se “caracteriza como um porto-seguro onde gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais possam ser atendidos, no entanto, queremos mais, é preciso criar outros mecanismos que protejam o cidadão LGBT”.²⁷⁷

A representante da AAGLT, Bruna La Close, por sua vez, considerou como uma das grandes consequências das lutas sociais LGBTs o diálogo com a Segurança Pública do Estado. A procura urgente sucedeu por meio das denúncias acerca das ações truculentas e arbitrárias das forças da ordem, materializadas na polícia militarizada, contra homossexuais e, de modo mais contundente, com as travestis e transexuais trabalhadoras do sexo. Práticas violentas herdadas do período ditatorial que o Brasil vivenciou, a polícia militar era um dos problemas a ser enfrentando e resolvido: “A polícia não queria conversa com gay. E vendo que a gente já teve até palestra pra 100, 200 policiais, foi dado uma abertura pra gente. Então eu achei que marcou muito o movimento”.²⁷⁸

Se num momento a polícia não queria diálogo com gueis baseado, certamente, em preconceitos e machismo, a insistência do movimento social LGBT consolidado e reconhecido constituiu um mecanismo importante para que tal feito com policiais fosse efetivado, promovendo palestra para uma quantidade significativa de policiais para garantir respeitabilidade e a cidadania. Dessa vez não tiveram para onde correr. Tiveram que ouvir, sentados, o que lésbicas, gueis, bissexuais, travestis e transexuais tinham para dizer sobre os atos do passado, do presente e certamente sobre as mudanças necessárias nas abordagens e tratamentos para o futuro.

Falar constitui um importante meio de clarificar problemas sociais que não queremos enxergar. Como disse Rosaly Pinheiro: “Chegou uma denúncia para a gente

²⁷⁷ MENEZES, Elieyd; OLIVEIRA, Esmael; DIAS, Willas; PEREIRA, Jeffeson. *Fascículo do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) de Manaus/Amazonas*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nº 25, 2009, p. 9. A luta por um de espaço de acolhimento é antiga e que somente foi concretizada, em 2016, com o Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos “Adamor Guedes” na gestão governamental de Omar Aziz. O Centro está vinculado à Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC.

²⁷⁸ MENEZES; OLIVEIRA; DIAS; PEREIRA, *op.cit.*, p. 9. Para entender as históricas ações da polícia contra grupos sociais subalternizados em Manaus durante a Ditadura-civil militar, ver LIMA, Michele Pires; SAMPAIO, Patrícia Melo. *Pederastas e Meretrizes: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1972)*. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

de uma lésbica que teve que assistir a esposa ser violentada na frente dela, porque ambas fazem parte dessa linha de produção. Vocês já pensaram que humilhação?”. Ou a exclamação de Weydman Henrique: “O grande problema da travesti é que ela mesma tem que se firmar como pessoa”. Lidiany Cavalcante aprofunda o debate e cutuca a ferida do desconhecimento e do desleixo da sociedade:

As políticas não estão preparadas, os profissionais de Manaus, que trabalham com a causa de proteção aos direitos da mulher, não estão preparados. (...) não temos dados nenhum; não temos política, não temos projeto social pra trabalhar isso. Os conselhos também não estão preparados. Políticas públicas que trabalhem a igualdade dentro da equidade. Então, a grande reivindicação é [... respeitar] a igualdade de direitos dentro das suas diferenças porque ninguém é igual a ninguém²⁷⁹.

O potencial narrativo e ativo da mudança social protagonizado pelo movimento homossexual dos anos 1990, tendo Adamor Guedes como precursor, gerou ramos coloridos com novos eixos de debate e de luta social no novo milênio, causando efeitos importantes em diversos contextos de experiências da população LGBT manauense. Acreditamos que para além de historicizar a institucionalização do movimento LGBT, objetivamos, aqui, materializar as pessoas que fizeram e fazem as ideias, os projetos, às relações sociais e o cumprimento do dever estatal funcionar para o bem-estar, proteção e a cidadanização de homens e mulheres com identidades sexuais e de gênero dissidentes. Assim, neste decurso histórico perguntamo-nos: Em que momento de suas vidas as travestis e mulheres trans colaboradoras ingressaram no ativismo político? Quais lembranças apresentam da interioridade dos movimentos sociais introduzidas? E, por fim, de que modo avaliam os ativismos trans em suas vidas?

3.2 Entre o ativismo coletivo e o ativismo solitário: o empoderamento das travestis e transexuais

A escritora brasileira Conceição Evaristo ao navegar pelas histórias contadas e ouvidas pelos/entres as personagens Maria-Nova e Bondade nos possibilita *insights* para iniciarmos o diálogo nesta seção. Bondade ao narrar uma história sobre conflitos raciais durante a escravização de homens e mulheres negros/as, para menina esguia e perspicaz,

²⁷⁹ MENEZES, Elieyd; OLIVEIRA, Esmael; DIAS, Willas; PEREIRA, Jefferson. *Fascículo do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) de Manaus/Amazonas*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nº 25, 2009, p. 10.

especialmente sobre os assassinatos da Família Zica a mando do Coronel Jovelino que objetivava tomar à força e sangue o punhado de terra que aquela família possuía.

Entre mortes por afogamento altas horas da noite e desaparecimentos dos membros da Zica, certo dia escutaram-se tiros à luz do dia: o capanga Zé Meleca havia assassinado um dos últimos da família, Pedro Zica. A chegada incessante de pessoas e a percepção de que se tratava da morte de Pedro, um homem negro livre, gerou ódio e desejo por justiça por aqueles que se foram brutalmente e por aqueles que ainda estavam vivos cujo espectro da morte os rondavam. Assim, homens e mulheres negros, livres e escravizados, se dirigiram à fazenda e, mais especificamente, à opulenta e luxuosa casa do Coronel Jovelino. Uns estavam interessados a indagá-lo sobre seu envolvimento na morte de Pedro, já que Zé Meleca era seu capanga; outros mais convictos em assassinar Jovelino e toda sua família sem manter nenhum diálogo e, em seguida, retirar da casa o que lhes pertenciam por direito, um lugar de desperdício e “o ter de muito de poucos e o não ter nada de muitos”.²⁸⁰ Entretanto, um sujeito nomeado “Homem” percebeu que se matassem Jovelino e sua família e se desfizessem da casa de nada adiantaria porque ainda haveria muitos coronéis com as mesmas práticas e ideias sobre seu povo de “cor”.

Como nos conta Bondade por meio da criatividade e escrita de Conceição Evaristo, “a partir daquele dia, muita coisa mudou no povoado”, pois a morte durante o dia de Pedro Zica e o enfretamento ao Coronel Jovelino “caiu fundo no coração de todos”:

Crianças, mulheres, homens, todos, cada qual à sua maneira, cada qual com seu poder de alcance, de entendimento diante da vida, percebeu que, se ficasse cada um para o seu lado, eles não seriam ninguém. A ideia de cooperativa (...) começou a tomar corpo. Era cada um cuidando de sua vida, mas cuidando também da vida dos outros.²⁸¹

Esses relatos de Bondade para menina Maria-Nova relacionam-se intimamente com as histórias de travestis e mulheres trans ativistas que participam desta dissertação. Como asseverado pela psicóloga transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus, o transfeminismo ou feminismo transgênero foi pensado e formado com base epistemológica e em diálogo com a histórica luta da população negra, sobretudo de

²⁸⁰ EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 3ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017, p. 66.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 67-68.

mulheres cis negras²⁸². Isso explicita, portanto, que as experiências de opressão de mulheres cis negras se entrecruzam com a experiência histórica de travestis e mulheres transexuais, estando juntas como “o outro do outro” na sociedade patriarcal, sexista, generificada e racista²⁸³.

Haja vista as reflexões anteriores, objetivamos nesse momento esquadrihar a inserção e o protagonismo de travestis e mulheres transexuais nas organizações sociais LGBT manauense e os sentidos, significados e a explicitação de atividades e as movimentações internas cujas fontes impressas não alcançam visceralmente, como pudemos observar na seção anterior. Além disso, procuraremos explanar a ideia de “ativismo solitário” apresentada pelo geógrafo brasileiro, Oswaldo Vasconcelos, ao investigar a trajetória de vida da travesti Josy Kimberly, no Pará, e que nesta pesquisa algumas colaboradoras trans apresentam posturas semelhantes para comprovar e aprofundar tal ideia que, grosso modo, refere-se a uma alternativa de ativismo contemporâneo. Sendo assim, prossigamos com o nosso fio condutor dialógico²⁸⁴.

Na segunda metade da década de 1990, Rebeca Carvalho se afastou do trabalho sexual e passou a se dedicar ao ativismo, tornando-se membro do Grupo Gay do Amazonas (GGA) a convite do presidente Adamor Guedes. Possivelmente pelas atividades exercidas antes da transição de gênero, Rebeca passou a ocupar a secretaria da organização que, prontamente, aceitou²⁸⁵. A colaboradora conta que a organização tinha uma sede provisória, com mais espaço para trabalhar e planejar os caminhos e que paulatinamente crescia a visibilidade do GGA na cena Amazônica, sobretudo quando construíram projetos financiados pelo Ministério da Saúde, instituição relevante na manutenção dos direitos humanos até hoje. Nesse sentido, o projeto “boto-cor-de-rosa”, o primeiro que Rebeca Carvalho participou, desenvolvia a prevenção de Doenças

²⁸² JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 20.

²⁸³ HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

²⁸⁴ VASCONCELOS, Oswaldo da Silva. Josy Kimberly - narrativas em travessia: gênero, corpo, prostituição e ativismo solitário em Belém (PA). *História Oral*, v. 20, n. 2, p. 193-213, 2017.

²⁸⁵ Antes da transição de gênero, Rebeca exerceu atividades em diferentes empresas. A primeira aconteceu por intermédio de Antônio, seu companheiro naquele momento, como *office boy* de um banco. Após um tempo nesta função, foi promovida pra compensadora e depois Caixa, na mesma instituição. Infelizmente não lembrou o nome do banco que trabalhou. Depois de três anos, foi contratada pela companhia aérea *TransBrasil* e, depois de um tempo, passou a trabalhar como recepcionista em um hotel de selva.

Sexualmente Transmissíveis em travestis e *gueis* em Manaus²⁸⁶. Segundo Carvalho, a equipe era composta por uma ação de coordenação e três agentes multiplicadores. Estes agentes consistiam em um *guei*, uma lésbica e uma travesti, que realizavam o curso de capacitação sobre “doenças venéreas”, sintomas e cuidados e, a partir disso, selecionava os mais capacitados e lhes pagavam um salário mínimo. Todavia, não se encerrava nisso.

Ela tinha que levar uma prancheta, os preservativos tudinho, o folder informativo sobre doenças venéreas. Ela já tinha feito curso sobre o que que era doença venérea, quais são os tipos, quais são os direitos, e ela já levava essa informação e qualquer problema ela trazia pra Associação. Ela tinha que prestar conta toda semana de quantos preservativos ela entregou, qual foi o ponto, qual foi as travestis, [estas] só fazia dá um rabisco do lado pra dizer que recebeu. E aí ela nos prestava conta, entendeu?²⁸⁷

O exercício de prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), especialmente ao HIV, na década de 1990, constituía uma prática comum e importante nos movimentos homossexuais organizados, pois atribuíam – como até hoje, mas em intensidades diferentes – o *boom* do HIV/Aids às homossexualidades, numa perspectiva terrorista propagada como “peste guei”.²⁸⁸ Então, associações e coletivos como o Grupo Gay do Amazonas passaram a atrair recursos e garantir a sobrevivência financeira dos associados inseridos no projeto a fim de promover a cidadania e os direitos por meio da capacitação dos agentes multiplicadores e da própria coordenação. Além disso, pressupomos que o papel exercido pela organização no que tange o acesso ao serviço de saúde, especificamente pelas travestis, configura uma outra alternativa de diálogo e de mediação entre os eixos sistema de saúde/movimento social/público-alvo, levando minimante tecnologias de prevenção e cuidados para redução de danos²⁸⁹.

²⁸⁶ Optamos pela nomenclatura “Doenças Sexualmente Transmissíveis”, aqui, por ser o termo utilizado há época e assim não incorrerem em anacronismos. Atualmente essa noção de doença foi repensada e modificada para a nomenclatura Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), destacando possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

²⁸⁷ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

²⁸⁸ TREVISAN, Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 401.

²⁸⁹ Em 2015, Keila Simpson ao escrever sobre travestilidade e transexualidade no sistema único de saúde, afirma que foi com a epidemia HIV/Aids que “se iniciou a entrada de grande parte dessa população no SUS. Antes dessa epidemia, era difícil incentivar uma travesti a cuidar da saúde nos serviços”. Infelizmente atribuir à epidemia da Aids nas décadas de 1980 e 1990 como fator preponderante para inserção das pessoas trans na saúde é um equívoco, porque acaba corroborando com os discursos

A elaboração e efetivação de projetos de prevenção possibilitava o exercício da cidadania também por meio do direito à cidade, quando *gueis* e travestis iam à associação para denunciar a cotidiana violência policial praticada nas madrugadas. Diante disso, Rebeca conta que a partir do agravamento de denúncias contra a segurança pública, decidiram entrar em

contato com a Polícia Militar, e depois de várias conversas eles cederam umas duas vezes por semana, praticamente um mês, a gente palestrar pros policiais. Mais ou menos uns 50 policiais em cada palestra, e a gente falava o que era ser um gay, o que era ser uma lésbica, qual era nossos direitos que não difere do direito de nenhum outro ser humano, mas que pelos nossos trejeitos nós éramos diferenciados. Nossos trejeitos, nosso [jeito] de vestir, de comunicar, nós éramos diferenciados e por isso a gente era discriminado²⁹⁰.

A relação entre o movimento social e a polícia era um fato incomum até aquele momento, tanto em Manaus quanto no restante do País, podendo ser justificado pelo reforço conservador e discriminatório da Ditadura Civil-Militar. Esse feito inédito na cidade é aclamado por Rebeca por ter sido o segundo Estado no Brasil a ter esse diálogo com uma instituição hegemonicamente opressora. Os resultados desse estreitamento de relações foram sentidos na diminuição das queixas, como também na viável tomada de consciência dos policiais a respeito dos direitos que *gueis*, lésbicas e travestis tinham enquanto cidadãos e cidadãs²⁹¹.

Nesta relação dialógica e interpretativa, revelando os lugares e a importância dos eventos para as colaboradoras, Carvalho ao continuar contando as ações executadas enquanto membro e secretária geral da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT) – antigo GGA – explicita um programa direcionado

hegemônicos que atribuem a infecção à população de travestis e transexuais, não levando em consideração a construção da instituição de saúde baseada em posturas discriminatórias. Isso infelizmente ainda é evidente nos postos de saúde pela explícita falta de formação continuada dos servidores. Ver: SIMPSON, Keila. Transexualidade e Travestilidade na Saúde. In: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

²⁹⁰ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 18 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

²⁹¹ Com o tema “Transformando Corações e Mentes”, a palestra proferida por Adamor Guedes para cerca de 70 policiais no Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas, objetivava mudanças sociais e comportamentais decorrentes do aumento da violência policial contra população LGBT, haja vista que naquele momento cerca de 35% das denúncias de espancamento contra essa comunidade era praticado por policiais. BRASIL, Kátia. “PMs do Amazonas aprendem como abordar homossexuais em curso”. *Folha de Londrina*, 14/02/2020, Online. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/pms-do-amazonas-aprendem-como-abordar-homossexuais-em-curso-258988.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.

especificamente para travestis, intitulado “Sereias da noite”.²⁹² Segundo ela, a demanda era composta por vinte travestis que participavam de um teste de conhecimentos sobre DST/HIV/Aids e, dependendo das respostas, era feito durante 3 dias um curso de capacitação que ao final era realizada outra atividade que selecionava apenas duas travestis como agentes multiplicadores. Nascido de um curso de elaboração de projetos em Fortaleza, Rebeca justifica o título do projeto de forma categórica e simbólica em relação do “ser travesti”: “batizei ele ‘Sereias da Noite’, porque Sereias da Noite tem tudo a ver, porque nós somos sereias da noite, nós encantamos né? Tanto homem quanto mulher, a gente encanta qualquer pessoa! A gente tá lá naquele cantinho lá parece uma sereia, todo mundo olha”. Deste esforço seletivo foram selecionadas duas travestis: Safira e Samara Tempestade²⁹³. Ambas assinaram o contrato e receberam benefício.

A coordenação composta por/para “travestis” sob financiamento do Departamento de DST e Aids do Ministério da Saúde, propõe o empoderamento e o protagonismo político dessa categoria identitária no Amazonas, repercutindo, *a posteriori*, na construção de associações específicas de travestis e transexuais. Nesse sentido que os antropólogos brasileiros Mario Carvalho e Sérgio Carrara, afirmam que o Ministério da Saúde constituiu a “principal parceria que não só tem possibilitado financiamento para as atividades do movimento, como também se tornou porta de entrada dessas militantes para outras interlocuções com o poder público”.²⁹⁴ Por isso, o protagonismo de Rebeca Carvalho num movimento gestado e liderado por um homem *guei* foi fundamental para que outras travestis se aproximassem e se mobilizassem no sentido de reivindicar um lugar político para categoria.

Aí as travestis começaram a procurar mais a Associação, tanto que nós tivemos que alongar o horário de atendimento. A Associação abria das 8:00 às 17:00 da tarde, e ficamos abertos até as 19:00 da noite, porque

²⁹² PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 12.

²⁹³ **Rebeca Carvalho**. Entrevista realizada em 18 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada. Durante o processo de construção de memória, Rebeca narra que Safira já é falecida e a Samara Tempestade foi uma sujeita discriminada e expulsa do famigerado Colégio Estadual D. Pedro II por andar de mãos dadas com um outro colega. O GGA foi procurado pela família das vítimas na tentativa de contornar a situação judicialmente, resultando, após o embate, o retorno de ambos alunos. Importante ressaltar que, há época, Samara era entendida socialmente como um adolescente homossexual.

²⁹⁴ CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, v. 2, n. 14, p. 343, 2013.

era o horário que as travestis passavam na Associação, porque a gente tinha uma Associação no Centro e ficava ali na... Guilherme Moreira? Tem a Rua Ramos Ferreira e a outra que vai dar na Igreja Aparecida... Monsenhor Coutinho! Na Monsenhor Coutinho. E aí era o Centro, então as travestis já começavam vir na Associação mais ou menos 18:30 pra 19:00 horas, pegavam os preservativos e já frequentavam lá, e aí *a gente teve uma grande abertura pras travestis nessa época*²⁹⁵.

A readequação dos horários de funcionamento, a permanência da sede no Centro enquanto local estratégico para distribuição de preservativos e manutenção do diálogo com as travestis foram características de uma tentativa de aproximação sentida com maior abertura para essa comunidade. E a partir da frequência e participação nas reuniões, que começaram a surgir novas lideranças, dinamizando e valorizando as múltiplas identidades sexuais e de gênero inerentes à comunidade. É o caso da Jaqueline que, ao passo que frequentava o espaço da AAGLT, conversando, tecendo amizades e militando, decidiu fundar

(...) uma Associação de Travestis que foi a “Fadas”, que era uma Associação de Travestis, mas infelizmente não vingou, né? Não sei se ela teve CNPJ ou não, mas ela foi uma que começou a participar, começou a gostar, foi militante. Hoje ela trabalha numa outra Associação: Associação “Garotos da Noite”, né? Eu também não sei por que que ela tá lá, é uma travesti numa associação de garotos da noite, de garotos de programa, mas abriu pra ela, ela tá lá. Ela tá até como presidente da Associação, e ela é uma travesti, uma transexual, tudo. E ela começou no nosso movimento... quer dizer, *de mil que pelo menos duas ou três tenham consciência dos seus direitos, isso pra gente já é uma vitória*²⁹⁶.

Embora inconscientemente Rebeca tenha contribuído na abertura de espaço político para as travestis (e também para transexuais), Jaqueline enveredou para outro caminho distinto das suas experiências de vida (Associação de Garotos de Programa), sendo questionado o motivo de estar num ambiente dissemelhante do “ser travesti”. Simultaneamente, a colaboradora Rebeca se contradiz e apreende como uma “oportunidade”, uma “abertura” para inserção de Jaqueline na presidência de uma associação predominantemente ocupada por homens cisgêneros.

O sociólogo brasileiro Eder Sader em seu livro “Quando novos personagens entram em cena”, ao discutir a importância da linguagem na articulação política dos trabalhadores, explicita que “se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa

²⁹⁵ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 18 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

²⁹⁶ *Ibidem.*

determinada vila da periferia, poderemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários a sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade”.²⁹⁷ Transpondo para o interesse em construir um movimento trans no Amazonas, era imprescindível a identificação dos obstáculos e “carências” inerentes às vivências das travestis no acesso aos direitos básicos (educação, saúde, justiça, etc.), causados pela manutenção da cis-heterossexualidade compulsória radicada na sociedade²⁹⁸.

Camila Dantas, por sua vez, iniciou seu ativismo timidamente na Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT). Camila nos conta que inicialmente não tinha uma participação efetiva no movimento social LGBT, mas que quando era convidada: “eu só ia mesmo pra escutar, ficava calada. Sempre fui muito calada, assim, só ficava escutando, escutando, escutando, tendo mais conhecimento pra depois eu começar a falar alguma coisa, apesar [de] que eu nunca fui de falar muito”. Para a colaboradora, o exercício de escuta constituía uma maneira de acúmulo de conhecimento sobre as pautas de discussão que ocorriam nas reuniões extraordinárias da AAGLT, encabeçada pelo falecido ativista Adamor Guedes, conhecendo o “terreno”, os pensamentos e posicionamentos políticos dos/das participantes para, assim, poder falar e explicitar sua opinião sobre as demandas em jogo. Ao fim e ao cabo, “tudo era uma coisa que a gente precisa se ajuntar e se apoiar pra gente cada vez mais tá fortalecida”.²⁹⁹

O interesse gradativo pelas reuniões e pelas pautas (não lembrando quais eram), promoveu em Camila o que ela chamou, em dois momentos da pesquisa, de empoderamento³⁰⁰. É evidente que no final do parágrafo anterior a ideia de resistência

²⁹⁷ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo* São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 58-59.

²⁹⁸ Para a filósofa norte-americana Judith Butler, a heterossexualidade compulsória produz e reproduz regimes de poder/discurso como unívoco e hegemônico, regulando e governando práticas de gênero sobre os corpos de pessoas que rompem com as categorias de sexo, gênero e sexualidade estabelecidos como “normais”, escancarando sua fragilidade, neste estudo, pelas categorias travesti e transexual. BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 11 e 43.

²⁹⁹ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I

³⁰⁰ Camila Dantas nos concedeu entrevista em dois momentos: em setembro de 2018, em sua residência no São José I quando, pela primeira vez, ela usou o conceito de empoderamento e, em fevereiro de 2020, quase dois anos após a primeira entrevista, retomando as lembranças sobre a sua inserção no movimento

coletiva presente constituía o fio condutor das lembranças de ativismo. A ideia de empoderamento presente na narrativa de Camila Dantas esteve atravessada entre a individualidade e a coletividade, ou seja, quando sua amiga e ativista Weydeman lhe chamava atenção para: “me empoderar mais, né? Tinha que me empoderar pra mim poder... saber o que... sobre lei, estudar né, estudar, ficar... se envolver mais pra poder ter conhecimento, né, como é que era o empoderamento”.³⁰¹ As atividades externas (reuniões na ALEAM, nas Secretarias de Saúde, nas Secretarias de Educação, por exemplo) e internas (reuniões extraordinárias, produção de projetos de financiamento, etc.) executadas pela AAGLT era o caminho de empoderamento para a garantia e a luta dos direitos civis e pelo reconhecimento social, haja vista que a justiça social e a reparação histórica para a população LGBT só seria uma conquista por meio do embate coletivo, quando: “Me empoderar a ver que aquilo dali de alguma forma podia ajudar, não só a mim como minhas outras colegas, né? Então já me despertou esse lado, eu comecei ir à luta já junto com elas”.³⁰²

Para arquiteta e urbanista brasileira Joice Berth, o empoderamento “é um conjunto de estratégias necessariamente antirracista, antissexista e anticapitalista” articuladas politicamente conforme os indivíduos inseridos dentro de uma coletividade pensam sobre a condição subalternizada e os aspectos em comum, tendo em vista a desestabilização e o rompimento com as estruturas de poder e hierarquizações existentes. Além disso, a autora acrescenta que o empoderamento tem que ter, em última instância, mudanças sociais significativas, ou seja:

Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravantes³⁰³.

Mergulhando sobre as implicações do empoderamento narrado por Camila, a pensadora Joice Berth afina o debate e sinaliza para os efeitos históricos causados pelo “silenciamento compulsório das populações oprimidas” como uma tecnologia opressiva

social LGBT por meio da ativista trans Weydman, aquela que contribuiu efetivamente na elaboração do Fascículo 25 do Projeto Nova Cartografia Social, discutido na seção anterior.

³⁰¹ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2020 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

³⁰² *Idem*, entrevista realizada em 01 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I.

³⁰³ BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019, p. 51-52.

para que sujeitos transgêneros não possam ter direito a fala, nas tomadas de decisões ou opiniões sobre pautas públicas. O “oprimido”, assim, percebe a indisposição ou a inaptidão do “opressor” em dialogar, havendo o efeito de que “com o tempo em razão da repulsa em dialogar abertamente sobre as opressões que estruturam nossa sociedade, deixamos de falar sobre elas ou falamos apenas o que é permitido”.³⁰⁴

Pelo processo de seleção de memória de Camila Dantas sobre sua inserção e participação social, pudemos analisar o exercício de empoderamento e as tentativas de silenciamento presentes no cotidiano do movimento social GLBT. A construção de memória de Dantas nos apresenta as tentativas de diálogo da AAGLT com o poder público do Amazonas para angariar recursos materiais para as atividades e mobilizações e, conseqüentemente, as inúmeras negações recebidas. Quando acompanhava o grupo de ativistas nas reuniões com as instituições públicas, Camila lembra que:

(...) como só ia eu ficava fora e só ficava sabendo que elas me contavam tudo, como é que foi a reunião, tudo me contavam no meio do caminho, elas me contavam como é que foi [e] se foi bem, mas a maioria, noventa por cento das vezes sempre era porta na cara, sempre era porta na cara, sempre era, sempre era o não, sempre era o não, pra tudo era o não. Todos os direitos eram negados, tudo, tudo sempre era negado³⁰⁵.

E Camila acrescenta a discriminação como força motriz para a negação de cidadania, meios econômicos e materiais para o exercício da emancipação do grupo LGBT:

Como naquela época era muita discriminação, então eles já sabiam desdobrar e dizer que não podia. Você estudava, você via que tinha, mas era mais, era tantos não que... é... que te incomodava, tu brigava, mas era muitos não, era sempre não, não, não, não. Não vai passar isso, não vai passar aquilo, não dá, não dá voz!³⁰⁶

A narrativa de Camila evidencia que o cotidiano opressivo e limitador para gueis, lésbicas e travestis nos início do século XXI em Manaus, implicou num engajamento político e na formação de rede de solidariedade sob o julgo da discriminação sexual e de gênero. Destarte, a colaboradora lembrou-se das atitudes de enfrentamento, ou seja, de “ir pra cima” do sistema cis-heterossexual por parte de suas

³⁰⁴ BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019, p. 56-57.

³⁰⁵ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2020 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

³⁰⁶ *Ibidem*.

companheiras de ativismo e reconhecer os riscos da integridade pessoal, como certa vez Bruna La Close lhe disse, que “um dia eu posso amanhecer com a boca... a boca cheia de formiga”, ou quando Weydman utilizava do seu conhecimento acadêmico “sobre lei e tudo” para não se calar e bater de frente. As resistências tinham diferentes formatos, desde a utilização da imprensa como importante mecanismo de clarificação da homotransfobia estrutural, até o uso de saberes absorvidos na universidade e em produções científicas sobre direito e participação social na esfera pública, por exemplo. Mesmo diante disso tudo, Camila reflete e se questiona se, naquela época, eram para ter ido “com calma ou era pra ser daquele jeito mesmo”, ou seja, lutar pelo direito da cidadania plena, pela criminalização dos atos homofóbicos, pelo direito ao casamento homoafetivo, pelo direito à adoção e à família. Dizemos para ela, aqui nesse escrito, que era e é para ser assim mesmo, pois é por meio do embate direto sem recuar que conquistamos poucos, mas significativos privilégios. E isso, certamente, constitui parte de sua história de vida³⁰⁷.

O processo de produção de memória sobre os artifícios de exclusão e marginalização da população LGBT nos leva a historicizar os ressentimentos, e como as memórias dos sentimentos de ódio, de tristeza, de sofrimento são compartilhados e ressignificados pelos sujeitos, criando “uma solidariedade afetiva que (...) permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo”. Nesse sentido, é crível que a autoanálise feita por Camila sobre os embates cotidianos da AAGLT por busca do reconhecimento social e político das suas especificidades para “inclusão e emancipação de seu grupo”, desdenhado pelo Estado amazonense, afetou na carne e na consciência da colaboradora que os sentimentos e as feridas comuns entre gueis, lésbicas, bissexuais e pessoas trans guiam à ação o movimento por justiça social. Por isso percebemos que, volta e meia, Camila se lembrava de sua amiga e ativista trans, Weydman, como aquela que lhe apresentou o universo do ativismo coletivo, incitando sua participação com pedidos de apoio e ajuda³⁰⁸.

³⁰⁷ **Camila Dantas.** Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2020 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

³⁰⁸ ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e Ressentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 22. JESUS. Jaqueline Gomes de. *Interlocuções teóricas do pensamento*

“Amiga, to precisando ti, pra ti fazer uma entrevista comigo. To precisando que tu interaja mais junto com a gente, né, e vá junto com a gente pra reunião. Vou passar aí pra ir pra uma reunião comigo e to precisando do teu apoio”. E aí foi assim que eu comecei a entrar nesse meio quase, mais ou menos, político né? Junto com a... junto com a... junto com a Weydman, né, foi assim que eu comecei a gostar³⁰⁹.

Entre sorrisos e brilho nos olhos, Camila se lembrou da incentivadora que proporcionou uma guinada política em sua vida, deixando claro que foi com Weydman, quase segurando sua mão e sussurrando “juntas somos mais fortes” que a colaboradora asseverou, subjetivamente, que adentrou as portas do movimento social LGBT e começou a gostar.

Para Jaqueline Gomes de Jesus em que “uma identidade é a razão de qualquer agir”, também aplicamos os afetos como “elementos agregadores ou desagregadores” da mobilização social, como podem ser explicitados nas lembranças de Rebeca Carvalho e Camila Dantas. Contudo, para outras experiências trans, as organizações não-governamentais não estiveram diretamente presente, como lembra Nichole Oliveira sobre sua luta individual, quase solitária, para fazer valer seus direitos como cidadã, dizendo que (pontuação) “eu não conseguia achar pessoas trans com o mesmo propósito, então eu acabei ficando sozinha”.³¹⁰ Dessemelhante as colaboradoras anteriores, Nichole se recorda vagamente da atuação política e social da AAGLT e alguns membros como Adamor Guedes e Bruna La Close, inclusive tecendo críticas sobre os poucos trabalhos voltados para população trans manauense:

Associação que tinha em Manaus, não é? Que era presidida pelo Adamor também. Ele não... Ele não fazia trabalho pro T, era uma associação GLBT, na época era assim, era assim a sigla, né? Que a Rebeca inclusive trabalhava lá, a nossa companheira Rebeca, e o T, eu não via, eu não via trabalho pra população T, era pouquíssima coisa. Aí depois que saiu o... saiu não, que o Adamor veio a falecer, ficou a Bruna La Close que eu achava que ia melhorar, mas a Bruna La Close... Bom, tá lá até hoje, né? A gente não vê ações da Bruna La Close pra população T³¹¹.

transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

³⁰⁹ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2018 na sua residência no bairro São José I

³¹⁰ JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 23 e 27.

³¹¹ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manuara Shopping.

As vicissitudes sobre o movimento social LGBT do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 narradas por Nichole, levaram-na a acessar outros caminhos, acumulando informações sobre direito ao nome social, sobre o processo transexualizador, entre outros instrumentos que permitiria ter reconhecimento social. Como dito no primeiro capítulo desta dissertação, os primeiros embates pelo direito de existir protagonizado pela colaboradora foi na escola, especialmente pelo “direito de usar o nome Nichole” e o banheiro feminino. Ao longo do tempo se deparou com informativos acerca do processo transexualizador, tendo que acionar a justiça por meio de uma ação para poder participar desse instrumento público. Assim, o campo jurídico, metaforicamente, era a lança e a armadura de Nichole contra a transfobia estrutural que buscava/busca oprimir e excluir pessoas trans da arena pública e política: “eu queria ter o direito de participar do processo transexualizador, é... eu queria entrar com uma ação judicial pra isso, então a militância era por mim mesma, não é?”.³¹²

“Quebrar barreiras” pode resumir o ativismo individual ou solitário ativado na construção de memória de Nichole, que contribuiu também para mudanças de perspectivas e atitudes acerca da representação das travestis à época. Tendo um círculo de sociabilidade predominantemente composto por homens gais, Nichole conta que após a transição muitos deles revelaram que tinham preconceito contra travestis a ponto de odiá-las. Tais atitudes se referiam à representação histórica da travesti como violenta e briguenta, como no dizer da época, “chegou a travesti vai ter confusão, alguém vai sair com cara cortada”, todavia com Nichole foi diferente. Além de a narradora ter sido identificada com a travestilidade, os homens gais e as mulheres cis lésbicas e heterossexuais próximos expressavam simpatia e aceitação, mesmo quando: “falava que eu gostaria de fazer a cirurgia de redesignação”. Sendo assim, Nichole Oliveira toma consciência que seu comportamento e os diálogos impactaram nas concepções generalizantes e discriminatórias sobre as travestis que sua teia de amizade possuía³¹³.

Podemos inferir a partir da interpretação feita por Nichole sobre sua experiência de vida, que os mais simples atos como informar sobre o universo trans para pessoas cisgêneros, ou apresentar determinado comportamento que, para a sociedade não condiz com o imaginário cultural brasileiro sobre travestis e transexuais, tornou-se

³¹² **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manauara Shopping.

³¹³ *Ibidem*.

parte de uma resiliência individual e proativa de mudança social. A “oralitura” oportuniza o (re)conhecimento de narrativas subterrâneas, silenciadas, carregadas de (res)sentimentos e objetividades singulares de vida que, em grande medida, não podem ser ouvidas, vistas e sentidas no *corpus* documental escrito³¹⁴. O ativismo solitário ou individual que procuramos discutir só foi possível pela chave operacional da história oral que visa reconhecer a complexidade das diferenças humanas³¹⁵. A “linguagem falada” por travestis e transexuais no contexto manauense se tornou fundamental nesta dissertação, pois conforme Jaqueline Gomes de Jesus:

O impedimento do acesso pleno ao ensino formal é um dos fatores envolvidos nessa realidade, que obrigou a comunidade a se proteger e transmitir seus conhecimentos fora dos métodos disponibilizados a grupos sociais mais privilegiados³¹⁶.

Antes de ser convidada a associar-se e compor a primeira diretoria da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM), em 2017, Nichole Oliveira ganhou notoriedade ao participar da audiência pública no Fórum Ministro Henoch Reis, em agosto de 2016, concernente ao processo de retificação de prenome e gênero de um homem transexual que não havia feito à cirurgia de redesignação sexual. A audiência foi convocada em diário oficial pelo juiz Luís Carlos Cabral Chaves, da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus, com o tema “Mudança de gênero e nome no registro civil sem cirurgia de alteração de sexo”.³¹⁷ Sobre este momento histórico para população trans manauense, Nichole Oliveira conta que o juiz:

³¹⁴ MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM*, v. 1, n. 26, p. 64, 2003.

³¹⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 4, 1989.

³¹⁶ JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; et.al (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1ª ed. – São Paulo: Alameda, 2018, p. 390.

³¹⁷ “Audiência pública discutirá mudança de nome e gênero em Manaus”. *GI AM*. 28/08/2016, (Online). Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/08/audiencia-publica-discutira-mudanca-de-nome-e-genero-em-manaus.html>, acesso em: 29 nov. 2020. Destacamos que a promoção da discussão pelo poder judiciário amazonense em 2016 constitui um marco histórico para população trans no Estado, especialmente porque, somente em 2018, de modo nacional o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que pessoas autopercebidas como trans poderiam retificar o prenome e o gênero nos registros civis sem a necessidade de laudos psiquiátricos ou ter realizado a cirurgia de redesignação sexual, ou mesmo por processo judicial. Um grande passo para o reconhecimento do Estado da cidadania trans a partir do barulho produzido por travestis e transexuais em âmbito estadual.

precisava de pessoas para a decisão dele, não é? Ele queria saber como que era... Qual o impacto que se podia ter na sociedade, como era que tava... em que pé tava essa situação. Porque até então foi um processo inédito pra ele, ele nunca tinha lidado com isso. Aí esse foi o meu... o meu... Por isso que eu fui convidada, porque eu já tava com processo judicial pra isso, não é? Então eu, como mulher trans, fui lá dar a minha opinião³¹⁸.

Em 2016 já havia seis anos que Nichole tinha entrado com o processo judicial para retificação dos Registros Cíveis. A colaboradora assim percebe que a promoção de uma audiência pública num espaço de poder cis-heterossexual e majoritariamente branco para debater sobre demandas históricas transgêneras, e a composição simbólica para poder falar e ser ouvida tornou-a mais forte, vislumbrando um horizonte de mudanças individuais e coletivas para as pessoas trans amazonense, tanto que: “a partir daquele dia, o meu processo ficou conhecido, então sempre que eu ia em outras reuniões em relação a isso, é... nessa época eu comecei a brigar um pouco mais”.³¹⁹

Neste sentido, é possível notarmos a presença marcante do pronome “eu” nas narrativas de Nichole e isso pode ser analisado por duas razões: a primeira corresponde ao entendimento de que toda a sua trajetória de vida esteve atravessada por violência e exclusão, desde protagonizar falas de seu pai, quando criança, como: “se eu me tornasse um *perobo*, ele ia cortar minha cabeça e pendurar no poste mais alto da rua”, até na demora da justiça em julgar seu processo de mudança de nome e gênero nos documentos oficiais³²⁰. A segunda razão está intimamente ligada à primeira, pois as experiências dolorosas e tristes vivenciadas por Nichole levaram-na a uma introspecção de resistência ante o percurso normativo criado para pessoas trans no Brasil, ou seja, autorreconhecimento, o direito ao nome, o acompanhamento médico público no Processo Transexualizador, o trabalho formal no campo da estética, o acesso ao conhecimento científico e à escolaridade. Todas essas referências formaram uma sujeita que lutava por cidadania para si, simultaneamente utilizando seu enfiamento individual como pontapé para que outras/os travestis e transexuais tivessem acesso e participação.

³¹⁸ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manauara Shopping.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 24 de abril de 2019 no Amazonas Shopping. Segundo o dicionário informal de português, “perobo” é um designativo para homossexual masculino. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/perobo/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

“A experiência própria” de Nichole ajudou a materializar demandas históricas do movimento trans no Amazonas. Ela sinaliza, a princípio, para o ambulatório de diversidade sexual e gênero localizado na Policlínica Codajás, onde se encontra o processo transexualizador. Foi procurada para tirar dúvidas sobre o assunto para concretização da proposta, pois à época já fazia acompanhamento no ambulatório de São Paulo, existente desde 1997³²¹. O conhecimento acumulado de Nichole auxiliou também na correção dos registros civis, por meio de processo judicial, de outras travestis e mulheres transexuais que desejavam.

Dizendo o que tinha que fazer, onde tinha que ir, o que tinha que falar, é... porque o que acontecia com elas? “vem aqui, vai acolá, fala com fulano, fala com beltrano“ eu dizia “não, estão te dando informações erradas, faça isso“, elas iam e foi assim que muitas tiraram seus documentos.³²²

Para Nichole, as experiências conquistadas nesses espaços de poder e de luta contribuíram muito para evolução da ASSOTRAM no que tange o interesse das primeiras integrantes na modificação nos respectivos registros civis, tanto por satisfação pessoal e reconhecimento, quanto para construção das documentações oficiais de fundação da organização. O caso de Rebeca Carvalho foi lembrado por Oliveira, asseverando que ajudou a Rebeca por meio de uma cliente [do salão de beleza], que trabalhava na “Vara que tava o processo dela”. Ela que articulou os procedimentos de Rebeca, dando a entender que a cliente era a juíza ou próxima da/o magistrada/o que julgou esse processo. Por fim, Nichole acrescenta: “eu dei muitas dicas do que colocar no processo judicial, do que falar quando elas fossem chamadas, não é? Pra depor, enfim, essas coisas”.³²³

³²¹ Segundo a historiadora trans brasileira Pietra Mello Munin, em 1997 o Conselho Federal de Medicina editou a primeira resolução que regulamentava o atendimento médico a transexuais no país, com cirurgias de redesignação sexual em modo experimental apenas em hospitais universitários e públicos adequados. No entanto, vale ressaltar que, desde 1979, o Hospital das Clínicas de São Paulo oficialmente atendia transexuais a partir dos esforços da endocrinologista, Dra. Dorina Quaglia. Somente em 1984, construiu-se uma equipe multidisciplinar no HC de São Paulo advindos da Clínica de Endocrinologia e da Divisão de Psicologia. O Processo Transexualizador do HC/São Paulo somente foi habilitado pelo Ministério da Saúde em 2008. MUNIN, Pietra Mello. *Processo Transexualizador: discursos, lutas e memórias – Hospital das Clínicas*. São Paulo: e-Manuscritos, p. 155-160.

³²² **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manauara Shopping.

³²³ A conquista da retificação do nome e gêneros nos registros civis de Rebeca Carvalho, por meio de ação protocolada pela Defensoria Pública, tornou-se notícia nacional e local. Para entender melhor o caso de Rebeca lembrado por Nichole Oliveira, veja as matérias: “AM: Mulher obtém direito de trocar de nome e sexo nos documentos em ação promovida pela Defensoria Pública”, Associação Nacional das

O exercício de construção de memória das colaboradoras sobre seus ativismos e, conseqüentemente, a inserção de seus corpos, mentes e sentimentos no movimento social LGBT amazonense possui, nesta pesquisa, o sentido de que “(...) narrar é repassar, como na brincadeira do anel, as lembranças, os usos, os costumes, as tradições, enfim a cultura de um determinado grupo ou sociedade para novas gerações”.³²⁴ Os/as leitores/as desta dissertação entenderão que as histórias transgêneras possibilitam, também:

(...) o conhecimento do passado e do presente e com eles estabelecer laços de afetividade, uma vez que é difícil amar o que não se conhece, é construir uma outra história, diferente da história oficial, celebrativa, contínua e que desafetiva os acontecimentos³²⁵.

Percorrendo as reflexões da historiadora Cléria Botelho da Costa sobre a construção de uma outra história, em especial com aquelas que cederam orgulhosamente suas memórias, que pedimos licença para entrar na intimidade da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM, objetivando historicizar, por meio dos documentos escritos e orais, a sua formação, o seu formato de ativismo, os diálogos, as trocas de experiências, os eventos, as pautas de articulação e reivindicação de direitos transgêneros em Manaus.

3.3 Protagonismos de uma Associação para/por Transgêneros na urbe

“A gente nessa guerra, nessa trincheira, nós somos que tamos na linha de frente. Nós somos os primeiros que são discriminados, isso aquilo e outro”, disse Rebeca Carvalho sobre os disparos de discriminação e transfobia lançados sobre travestis e transexuais no Brasil e, em especial no contexto manauense que esta pesquisa se efetiva. A assertiva contundente de Carvalho parte da reflexão que vinha fazendo sobre a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas

Defensoras e Defensores Públicos, 02/08/2018, (Online). Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=38023>. Acesso em: 03 dez. 2020; e também “Defensoria do AM ultrapassa 1 milhão de atendimentos em três anos; veja história”, *A Crítica*, 31/09/2019, (Online). Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/defensoria-do-am-ultrapassa-1-milhao-de-atendimentos-em-tres-anos-conheca-historias>. Acesso em: 03 dez. 2020. **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manauara Shopping.

³²⁴ COSTA, Cléria Botelho da. Contar histórias: uma forma de reconhecimento do outro. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 11, n. 2, p. 4, 2014.

³²⁵ *Ibidem*, p. 4.

(ASSOTRAM). Assim, nos parecendo ser um esforço coletivo e desafiador construir uma entidade como a ASSOTRAM que nos perguntamos: Quais foram às condições históricas para criação da ASSOTRAM? Em quais frentes de luta essa organização social atuou e atua?³²⁶

Na primeira metade de 2017 ocorreu em Manaus o Encontro Regional de Travestis, Transexuais e Homens Trans, sob a supervisão da ativista Bruna La Close. Convidada por Close para participar da organização do evento, Rebecca aceita prontamente, já que: “sempre tive a militância, quando pediam ajuda minha”. Ocorrido em maio (mês do combate à LGBTfobia), o evento durou cerca de três dias³²⁷. Nesses dias intensos, Carvalho conheceu Joyce Alves, Flor de Lis e reencontrou Camila Dantas, aquela que lhe apresentou o mundo de “ser travesti” e o trabalho sexual. Nesse ínterim:

Aí, conversa vai e conversa vem, contei um pouco da minha história, contaram parte delas, que a Joyce tava sendo militante, aquele sangue novo, que tava toda empolgada. A Mirna já com sua carga de história também. Aí conversamos e surgiu a ideia: “bora montá uma associação nossa? Pra gente lutá pelos nossos, em vez de outros lutarem pela gente, a gente ir para frente e vê o que podemos fazê por nós mesmas”. Aí pronto, começou a se reuni nós quatro e decidimos fazê uma associação. Eu falei que poderia fazê a parte da Ata, toda a parte burocrática poderia auxiliá porque já tinha conhecimento. Aí juntamos mais meninas e fizemos uma assembleia, e elegeram a gente como as primeiras da diretoria, porque o cargo é de três anos, depois a gente vai dá oportunidade para outras meninas virem, ou não³²⁸.

Ao indagarmos as colaboradoras sobre o surgimento da ASSOTRAM e as principais ideias de fundar uma associação para travestis, transexuais e transgêneros, Flor de Lis e Camila Dantas narraram sobre esse acontecimento, respectivamente. Flor de Lis ao retornar da Itália, onde morou por mais de 20 anos, diz que:

³²⁶ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

³²⁷ Com apoio da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPEA), foi realizado o 3º Encontro Regional de Travestis, Transexuais e Homens Trans, nos dias 16 a 18 de maio de 2017. Este evento visibilizou o dia do combate à LGBTfobia (17), tendo participação de diversas organizações brasileiras que defendem os direitos humanos LGBT, sendo aberto pela presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Keila Simpson. Blog do Hiel Levy. Encontro de travestis, transexuais e homens trans começa hoje em Manaus. 2017. Disponível em: <https://blogdohiellevy.com.br/encontro-de-travestis-transexuais-e-homens-trans-comeca-hoje-em-manaus/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

³²⁸ **Rebeca Carvalho.** Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 na sua residência no bairro Alvorada.

(...) voltei a fixar... rever isso em Manaus mesmo, que e eu vi que a gente não tinha... que a gente não tinha nenhuma associação que lutasse pela gente aqui. Foi quando no encontro que a gente teve, né, que a Bruna chamou a gente, pra gente participar, que a gente resolveu se reunir. Eu, a... a... a Joyce, a Rebeca e a Camila, a gente se reuniu... que a gente necessitava ter uma associação que lutasse por direitos pelas travesti e transexuais aqui em Manaus, foi quando a gente criou a ASSOTRAM, apesar de muitas quedas... levanta, queda, levanta, ajuda, bate porta, abre porta... E a gente conseguiu botar a ASSOTRAM aí como é hoje, e é isso³²⁹.

Camila Dantas, por sua vez, nos informa que:

Eu já conhecia a Mirna, já conhecia a Rebeca, mas não conhecia a Joyce. Numa... acho que... não sei se foi num... acho que foi num evento que a gente se conheceu e aí a gente se *ajuntemo* nós quatro, e... tivemos... elaboramos essa ideia porque a gente achava que também a... a gente achava que não existia é... só existia a sigla... Só tinha LGBT, tinha LGBT mas era muito voltado só os meninos... os gay[s]. Não tinha pras manas trans, né? (...)Então foi quando a gente resolveu se juntar as quatro e fundar a associação mesmo e... cada uma conversamos e *falemo* “olha, isso daqui é uma coisa que vai tomar nosso tempo, a gente tem que tá preparada... isso daí... vocês... a gente tem que... é uma coisa séria, não é uma coisa que tem que dizer - ai não, vamo de cara e depois dizer ah, mas eu tô sem tempo – não existe isso, ou faz, ou tem tempo ou então é melhor nem entrar de cabeça nesse... nessa... nessa militância, na causa. Então foi uma rodada de conversa em que cada uma se expôs... se dava pra entrar ou se não dava. Então naquela hora ali todas as quatro concordaram dizendo que cada uma tinha tempo, né?”³³⁰

Desse modo, em 16 de agosto de 2017 foi fundada a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM). É a primeira associação com a finalidade de abarcar as múltiplas identidades de gênero para não comprometer o diálogo político em torno de pautas que contemplam as categorias. Por algum tempo, travestis e mulheres transexuais mantinham divergências e constantes embates, sobretudo no que concerne à cirurgia de “redesignação sexual” e à universalidade desse direito no sistema público de saúde. Por esse caminho, consideramos importante historicizar, ainda que de modo breve, fatos que contribuíram para o florescimento do movimento transgênero no mundo e, assim, seguir para as primeiras iniciativas no Brasil.

³²⁹ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 14 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

³³⁰ **Camila Dantas.** Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2020 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

Para as pesquisadoras brasileiras Simone Ávila e Miriam Pillar Grossi, o movimento transgênero moderno, como chamam, surgiu a partir de dois fatos importantes tanto para o movimento LGBT, quanto para o movimento trans de modo localizado. Esses momentos ocorreram nos Estados Unidos na década de 1960. O primeiro situa-se em 1966, no estado de San Francisco, onde a “polícia foi chamada para retirar vários clientes da cafeteria Compton, em Tenderloin (...) bairro onde moravam travestis, transexuais femininas e outros transgêneros vítimas frequentes de discriminação (...)”. As pessoas expulsas foram essas apontadas, implicando ações enérgicas por parte da comunidade ao formarem grupos locais de transexuais femininas que, segundo as autoras, um ano depois decidiram fundar o *Change: Our Goal* (COG)³³¹. Embora o COG tenha tido pouco tempo de existência, a entidade produziu “(...) as bases para outras organizações semelhantes na Califórnia”, como também para o restante do mundo, especialmente tomando a noção de resistência como aspecto fundamental para o movimento LGBTI+.

O segundo marco histórico apontado por Ávila e Grossi, refere-se à famosa revolta no bar *Stonewall Inn*, acontecido em Nova York, em 1969. Relembrando que a discriminação à comunidade LGBTI+ nos Estados Unidos, nesse período, era praticamente legalizada, como pudemos ver em São Francisco e, agora, em Nova York, havendo efetivamente reação de “(...) *drag queens, butchs*, e outros indivíduos transgêneros” à violência policial que os/as acometia cotidianamente. Tais eventos são considerados tanto para ativistas LGBTI+ transnacional, quanto para pesquisadores/pesquisadoras das ciências humanas e sociais, como o corte inicial do movimento, impactando localmente na formação das entidades *STAR - Street Transvestites Action Revolutionaries* e o *Queens Liberation Front*³³², mas também em outras partes do globo, como no Brasil, na segunda metade da década de 1970 com o Grupo Somos de São Paulo e o jornal *Lampião da Esquina*³³³.

³³¹ ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. *Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer*. - *Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 5. 2010, Natal. Anais eletrônicos - Natal: ABEH, p. 6, 2010. Disponível em: <http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTOTRANS%3%8ANERO-NA-PERSPECTIVA-DADI%3%81SPORA-QUEER-Simone-%3%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020. “Nosso objetivo: mudança”, tradução livre para *Change: Our Goal*.

³³² “Ação Revolucionária de Travestis de Avenida”; “Frente de Libertação de Bichas”. Tradução nossa.

³³³ ÁVILA; GROSSI, *op. cit.*, p. 6-7. Para avançar em leituras sobre a formação do Grupo Somos de São Paulo e o jornal *Lampião da Esquina* e outras mobilizações antiautoritárias e por igualdade de direitos,

No Brasil, a idealização e a formação de um movimento trans organizado ocorreram no Rio de Janeiro, em 1992. A Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL nasceu de dois fatores: do cansaço e do descaso que a polícia vinha à décadas discriminando e violentando a população travesti carioca, e o boom do HIV/Aids e a culpabilização dos corpos trans e homossexuais pela epidemia, recrudescendo o ódio da sociedade e das forças da ordem. A transativista negra, Jeovanna Baby, relembra que “com tudo que vinha ocorrendo contra as travestis (...) decidimos que tínhamos que nos organizar socialmente (...)”, seguindo os conselhos de uma oficial negra da Polícia Militar do Rio de Janeiro. A polícia, sensibilizada com a situação das travestis, passou a lhes dar suporte, aconselhando as seis travestis que lideravam a iniciativa a se organizarem, pois “(...) segundo ela as coisas tendia a melhorar com auto-organização(...)”. Tiveram, então, apoio da Associação das Prostitutas da Vila Mimosa e do presidente do Instituto de Estudos da Religião (ISER), Rubens Martins, e assim conseguiram produzir as documentações necessárias – Estatuto, Ata de Assembleia Geral, eleição da diretoria – para darem entrada na oficialização³³⁴. Baby relembra, nesse escrito, que o termo “Liberados” pensado para compor o nome da organização

se deu pelo fato de que à época muitas travestis eram homens de dia e a noite se montavam para se prostituir, porém durante o dia não assumiam a sua identidade feminina e nós enquanto líderes não queríamos deixa-las de fora. E também para contemplar transformistas e gays e lésbicas que se interessassem em se unir ao grupo³³⁵.

Após todos os trâmites legais e, finalmente, a inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC, hoje reconhecido como Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, a ASTRAL foi, em 1992, a primeiríssima organização de travestis do Brasil e também da América Latina, “(...) graças à insatisfação dessas sete (07) pessoas que além de quererem banir a violência e a perseguição social não se viam contempladas nas discussões de gênero do MHB (Movimento Homossexual Brasileiro)”³³⁶.

entre 1970 e 1980, ver: GREEN, James N. QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

³³⁴ CARDOSO, Jovanna. *Histórico do Nascimento do Movimento Político Social da População T no Brasil*. FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros, Piauí, sem data. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html>. Acesso em: 25 dez. 2020.

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ *Ibidem*.

Como primeira organização de pessoas trans nos 1990, a ASTRAL se viu incumbida de promover eventos que abarcassem outras pessoas trans do Rio de Janeiro para discutir pautas imprescindíveis, como a questão da prevenção e informações sobre HIV/Aids, a violência estatal e as buscas por direitos civis. Estas discussões se ampliaram e ganharam novos contornos, ocorrendo desde 1993 o Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que somente em 1995, com apoio da Coordenação Nacional de IST/Aids, renomeou o evento para III Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na Prevenção da Aids – ENTLAIDS. Nesse contexto do terceiro encontro que surgiu a Articulação Nacional de Travestis, modificando sua nomenclatura e agregando membros transexuais em 2000, para Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, uma entidade nacional formada com o objetivo de aglutinar organizações sociais estaduais e municipais com o fim último de reivindicar e construir políticas públicas e afirmativas para pessoas trans brasileiras, levando em consideração a necessidade da empregabilidade, da educação, da saúde e outros campos necessários para garantir a cidadania plena³³⁷.

Similarmente aos anseios, aos medos e a importância da resiliência que tomaram conta das primeiras fundadoras do movimento social trans brasileiro, a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas foi idealizada e construída com base nas faltas e na invisibilidade das existências trans em discussões promovidas pelo movimento LGBT, quanto nas políticas públicas estaduais e municipais, como salientaram as colaboradoras no início deste tópico. Alguns argumentos estratégicos apontados por Rebeca Carvalho, Flor de Lis e Camila Dantas concentram ideais comuns que formalizaram a ASSOTRAM, como lutar pelas nossas e por nós mesmos; a necessidade de ter uma associação que lutasse pelos direitos de travestis e transexuais; a percepção das quatro fundadoras de que, mesmo havendo um movimento LGBT, as demandas e atitudes ainda eram direcionadas somente pelos/para homossexuais e que não havia visibilidade das “manas trans”.

Para a socióloga brasileira Maria da Glória Gohn, o empoderamento de grupos excluídos sobre deliberações públicas e sua representação nas “(...) demandas e

³³⁷ CARDOSO, Jovanna. *Histórico do Nascimento do Movimento Político Social da População T no Brasil*. FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros, Piauí, sem data. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html>. Acesso em: 25 dez. 2020.

interesse da sociedade implica em realizar mediações e intermediações. (...) desde que certos princípios democráticos não sejam abandonados, mas sejam marcos referenciais”, isto quer dizer que no bojo das articulações, pensamentos e posicionamentos dos movimentos sociais organizados, não deve-se perder de vista a “justiça, liberdade, solidariedade e igualdade com respeito às diferenças”.³³⁸

O Estatuto Social da ASSOTRAM clarifica no capítulo I sobre a denominação, sede e afins, a atuação da entidade com preferência ao grupo que defende e consta em sua nomenclatura (travestis, transexuais e transgêneros), mas que as bases ideológicas que alicerçam a instituição não permitem a exclusão de outros grupos e sujeitos sociais. Afirma que a ASSOTRAM é uma organização que “busca inclusão e valorização da cidadania, da dignidade da pessoa humana, ou seja, o bem geral da sociedade”.³³⁹ Nesse sentido, os princípios democráticos que Maria da Glória Gohn anunciava estiveram presentes nas discussões iniciais entre as fundadoras da ASSOTRAM, materializando-se nos procedimentos organizativos.

O associativismo não é um fenômeno exclusivo do tempo presente em Manaus. O trabalho da historiadora brasileira Dhyene Vieira sobre as relações de sociabilidade e o associativismo entre os motoristas e os condutores de bondes em Manaus nas primeiras décadas do século XX, nos diz que, embora os estudos sobre a cultura associativa na classe trabalhadora seja recente, os trabalhos já produzidos e as fontes oficiais das “agremiações” “tem possibilitado compreender mais a fundo os mundos do trabalho e dos trabalhadores”.³⁴⁰ E, assim, por meio dos documentos oficiais do movimento associativista dos trabalhadores dos bondes, Vieira descreve que o Estatuto da entidade “Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas”, possibilitou enxergar práticas e singularidades da cultura associativa dos trabalhadores apontados, incluindo o início da instituição, as ações e os desafios,

³³⁸ GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v.13, n.2, p. 29, 2004.

³³⁹ AMAZONAS. Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas. *Estatuto Social da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas – ASSOTRAM*. Manaus/AM, 16 ago. 2017, p. 1.

³⁴⁰ SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2020, p. 57.

visando nesse interim “a garantia da sociabilidade entre os trabalhadores e, de certa forma, a luta em torno de suas pautas e reivindicações”.³⁴¹

A complexidade do associativismo mutualista entre os trabalhadores de bonde manauense iluminado por Dhyene Vieira, nos ajuda a pensar e analisar historicamente os documentos produzidos pelos movimentos sociais em formato associativo no tempo presente, formados e protagonizados por travestis e transexuais em Manaus, havendo também o marcador de gênero como essência das práticas e dos ideais da entidade. Desse modo, torna-se pertinente demonstrar ao/a leitor/a os dezesseis intuítos da ASSOTRAM, vigentes no 2º artigo do Estatuto:

Art. 2º. A ASSOTRAM tem por finalidades:

- I – atuar em ações em prol da garantia dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988;
- II – atuar em ações em prol da cultura LGBT, em conformidade com o artigo 215 da Constituição Federal Brasileira de 1988;
- III – atuar em ações em prol da preservação do meio ambiente, em conformidade com o previsto no artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988;
- IV – difundir a saúde gratuita;
- V – difundir a assistência social;
- VI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- VII – promoção dos direitos estabelecidos e construção de novos direitos;
- VIII – ser instrumento de união entre gays, lésbicas, transgêneros, transexuais, homens trans, bissexuais e suas múltiplas formas, nas suas lutas pela conquista da plena cidadania e na defesa dos direitos humanos;
- IX – atuar contra quaisquer formas de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros, transexuais, homens trans, bissexuais e suas múltiplas formas, sejam elas no plano jurídico, social, político, religioso, cultural ou econômico;
- X – estabelecer relações orgânicas com outras entidades, de âmbito estadual, nacional e internacional, que congreguem homossexuais, travestis, transexuais, transgêneros, homens trans e bissexuais na luta por sua emancipação plena, bem como entidades locais ou daqueles âmbitos, que atuem na defesa dos direitos humanos;
- XI – trabalhar em conjunto com os demais grupos e entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais que lutam igualmente pelos direitos de gays, lésbicas, transgêneros, transexuais, homens trans, bissexuais e suas múltiplas formas;

³⁴¹ SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2020, p. 60.

XII – denunciar vigorosamente toda e qualquer manifestação de preconceito, de discriminação e de intolerância contra gays, lésbicas, transgêneros, transexuais, homens trans, bissexuais e suas múltiplas formas, seja em Manaus, dentro do estado do Amazonas e outros do País e do Mundo;

XIII – reivindicar a efetivação de políticas públicas afirmativas da igualdade dos homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e homens trans na sociedade;

XIV- lutar pela garantia de pleno atendimento médico hospitalar pela rede pública aos portadores de HIV/Aids, bem como, apoio a programas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, HIV, Aids, Hepatites Virais, Tuberculose e outras enfermidades;

XV – promover ações sociais e políticas direcionadas a gays, lésbicas, transgêneros, transexuais, homens trans, bissexuais e suas múltiplas formas, sejam eles/as profissionais do sexo ou não, em relação à prevenção das DST's, HIV, Aids, hepatites virais, tuberculoso e outras enfermidades;

XVI – articular-se com outros setores sociais marginalizados e excluídos em nossa sociedade como mulheres, negros, índios, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, pessoas da melhor idade, pessoas privadas de liberdade ou liberdade assistida, dependentes químicos, bem como, apoiar lutas por moradia, habitação e do povo pela conquista de uma vida melhor;

Parágrafo Único – A Associação realizará suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e órgãos do setor públicos que atuam em áreas afins³⁴².

As proposições acima constituem a medula óssea responsável pelas ações da ASSOTRAM na cena pública manauense desde 2017. A princípio notamos no Estatuto a utilização de verbos que dão sentido aos acontecimentos protagonizados pela associação até o corte final desta pesquisa.

Assim, o verbo *atuar* surgiu quatro vezes no documento com sentidos múltiplos, ou seja, a instituição fora pensada para desempenhar ações pelos direitos sociais, pela cultura LGBT, pelo meio ambiente e contra qualquer tipo de discriminação, sobretudo contra comunidade LGBT. Para isso, torna-se necessário a realização de pressão junto aos órgãos públicos para valorização das características

³⁴² AMAZONAS. Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas. *Estatuto Social da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado ao Amazonas - ASSOTRAM*. Manaus/AM, 16 ago. 2017, p. 1 - 2. Aproveitamos a oportunidade para esclarecer que, apesar de termos outras documentações como Ata de fundação e documentação de locação da sede, decidimos não utilizá-las por conter o antigo nome de registro das colaboradoras e membros da primeira gestão da ASSOTRAM. Por respeito a elas e à comunidade trans que, historicamente, têm seus nomes negados e invisibilizados não utilizaremos nesta pesquisa.

próprias da comunidade LGBT e pela efetivação e equidade de direitos civis presentes na Constituição Federal, que, em grande medida, foram/são dispostas quase que exclusivamente para pessoas cis-heterossexuais e brancas. Assim, alguns direitos conquistados pelo movimento social transgênero ocorreu por meio da pressão, da influência exercida às instituições públicas como também a solicitação de apoio às outras organizações da sociedade civil, como ONGs, Fóruns, Conselhos Municipais e Estaduais, Redes.

Nichole Oliveira nos contou que a ASSOTRAM se constituiu como uma organização participativa e produtora de atividades e intervenções para comunidade LGBT, e mais nitidamente à população trans, levando em consideração as parcerias como ajuda mútua. Seguindo as outras colaboradoras, Oliveira narrou que a associação trans foi criada para preencher lacunas e necessidades do público T que não estava sendo representado, construindo:

(...) várias parcerias com várias instituições, mas a gente vê que o grupo, essa entidade LGBT Amazonas (...) quando essa associação pede ajuda da ASSOTRAM, a ASSOTRAM participa, mas quando a ASSOTRAM pede ajuda dessa associação, a gente não tem retorno³⁴³.

“As meninas da ASSOTRAM”, como Nichole referenciou a imagem positiva dessa organização nas instituições governamentais, disse que a atuação necessária da ASSOTRAM garantiu o sucesso de alguns projetos sobre saúde direcionados à população LGBT e às trabalhadoras do sexo, como o do governo federal: PreP (Profilaxia Pré-Exposição). Segundo a colaboradora, antes da participação da ASSOTRAM no projeto por meio da presidente Joyce Alves, o grupo não conseguia atingir a meta de pessoas trans visada no trabalho. Ela diz que a equipe do Hospital de Medicina Tropical, “(...) conseguiram atingir a meta com as prostitutas, eles conseguiram atingir a meta com as pessoas que eram soro divergente, mas não conseguiam atingir com as travestis porque eles ficavam esperando as travestis chegar lá”, e com a inserção da ASSOTRAM “eles fecharam a cota”.³⁴⁴ Além desse projeto,

³⁴³ **Nichole Oliveira.** Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manauara Shopping. A colaboradora se referiu à Associação da Parada do Orgulho LGBT – APOLGBT/AM.

³⁴⁴ *Ibidem.* “Foi lançado na manhã de hoje (12) o projeto de Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (ImPrEP) que vai ser implantado no Brasil, México e Peru, com coordenação do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Com o objetivo de diminuir o risco de transmissão da doença, o projeto vai atender, a princípio, 7.500 pessoas não infectadas pelo vírus nos três

outro foi mencionado por Nichole que intitulava-se “Estudo de prevalência da sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis entre travestis e mulheres transexuais no Brasil: cuidado e prevenção” com durabilidade entre 2019-2021, em que se formou um grupo composto pela:

(...) Associação das Travestis e Mulheres Transexuais do Amazonas - Assotram; Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e Universidade Estadual do Amazonas – UEA; por entendermos que um projeto dessa envergadura precisará ter uma retaguarda comprometida com seus objetivos e disposta a romper com as barreiras invisíveis, porém marcantes, que fazem com que as travestis e mulheres trans enfrentem inúmeras dificuldades ao acessar os serviços básicos de saúde³⁴⁵.

Esse projeto nacional em andamento em cinco capitais (São Paulo, Campo Grande, Manaus, Salvador e Porto Alegre), teve sua primeira etapa formativa em outubro de 2019, que resultou no relatório supracitado e concretizou-se, segundo Nichole Oliveira, pela parceria feita com o movimento social trans. Na segunda etapa do projeto, a ASSOTRAM prosseguirá dando suporte, haja vista a ciência e a tecnologia brasileira como um dos caminhos para emancipação social e reconhecimento.

Então a ASSOTRAM já tá causando bons impactos, já está dando bons frutos. Esse ano teve de novo com uma adesão muito maior. Por que teve uma adesão muito maior? Porque tava a ASSOTRAM. A Fiocruz procurou diretamente a ASSOTRAM pra participar. Aí ano que vem quando essa pesquisa for realmente colocada em campo, vai ser muito mais facilitada porque a ASSOTRAM vai ajudar³⁴⁶.

Algumas ações protagonizadas pela ASSOTRAM visibilizadas nas fontes orais e nos documentos escritos reforçam as ideias apresentadas ao longo desse capítulo que a sociedade civil organizada possibilita além da seguridade de direitos básicos garantidos com esforço e luta, também estabelecem paradigmas de atuação para denunciar, reivindicar, promover e trabalhar outras complexidades que o Estado não consegue alcançar ou construir soluções. Flor de Lis lamenta a ausência das instituições

países. O método consiste em administrar medicamentos antirretrovirais, um comprimido por dia, para prevenir a contaminação pelo HIV”. NITAHARA, Akemi. Fiocruz coordena projeto internacional de prevenção ao HIV. *Agência Brasil*, 12/07/2017, (Online). Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-07/fiocruz-coordena-projeto-internacional-de-prevencao-ao-hiv>. Acesso em: 16 dez. 2020.

³⁴⁵ BRASIL, Ministério da Saúde; OPAS, Organização Pan-américa de Saúde. *Estudo de Prevalência da Sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil: Cuidado e Prevenção*. Relatório formativo, Manaus, 2019, p. 1.

³⁴⁶ **Nichole Oliveira**. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manauara Shopping.

governamentais nas atividades da ASSOTRAM, e estende sua angústia para pouca adesão das pessoas trans nas mobilizações feitas pela entidade:

Porque a gente não tem a... a ajuda do Estado, a gente não [têm] ajuda também das meninas, que as meninas também elas têm que ajudar nessa política, porque mana... porque uma andorinha só não faz verão. Então elas também têm que correr atrás, elas também têm que ajudar a gente, né, porque a gente chama elas pra fazer um... pra fazer um coro, um... numa assembleia, numa coisa, aí não aparece, aí tá só eu e Joyce lá sentada (risos)³⁴⁷.

Em seguida Flor de Lis indaga o Estado onipresente, dizendo: “cadê essas políticas? Cadê esses projetos?”; e responde dilaceradamente: “Não tem, não existe, não tem nada!”. A fala de Flor de Lis explicita um mix de reações sobre os caminhos percorridos pela ASSOTRAM até sua consolidação como instituição de visibilidade e relevância no Amazonas. Um dos primeiros embates foi para registrar, via cartório, o Estatuto Social:

A gente vai na Câmara e mana, pra gente conseguir... pra gente conseguir um dinheiro pra conseguir fazer o estatuto... A gente passou dias indo na Câmara Municipal, as portas batendo na cara da gente e "só amanhã, não sei o quê". Aí a Joana D'arc não, que disse assim "não, eu vou pagar, eu vou pagar todo o processo de vocês, tudo direitinho". Foi quando ela pagou, que a gente não tinha da onde tirar. Aí a Joana D'arc pagou nosso estatuto, pagou tudo...³⁴⁸

De acordo com o psicólogo brasileiro, André Luiz Machado das Neves, os caminhos políticos percorridos pela ASSOTRAM para garantir o acesso da população trans amazonense aos direitos básicos e universais, como saúde, demandou construção de alianças colaborativas e proativas em “(...) diferentes instâncias políticas e administrativas com diferentes atores (...)”, levando a reconhecer “quatro formas que são mobilizadas estrategicamente em processos de busca de reconhecimento: as de confronto, de articulação, de produção de visibilidade e os de colaboração com outros agentes”, tendo como exemplo dessa assertiva o que foi dito por Flor de Lis concernente ao percurso para garantir a legitimidade jurídica da organização civil transgênero³⁴⁹.

³⁴⁷ **Flor de Lis.** Entrevista realizada em 14 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

³⁴⁸ *Ibidem.* Joana Darc dos Santos, comumente conhecida Joana D'arc Protetora, é uma advogada, servidora pública, ativista dos direitos dos animais e política amazonense.

³⁴⁹ NEVES, André Luiz Machado das. “*Política é vida*”: ativismo e saúde trans em Manaus (AM). Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2019, p. 117.

O esforço etnográfico empreendido por André Machado sobre a relação entre ativismo trans e o campo da saúde na cidade de Manaus, nos sinalizou outras atividades da ASSOTRAM que impulsionaram seu reconhecimento na cena amazônica. Segundo Machado, o engajamento das ativistas trans da ASSOTRAM junto com o coletivo “O Gênero” formado por/para homens trans, denunciaram a ausência de políticas públicas de saúde voltadas para pessoas trans e denunciaram a negligência do Estado na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT em vigência desde 2011.

Como consta em sua tese, esses dois movimentos sociais “buscaram aliados influentes” na Defensoria Pública do Estado (DPE/AM) com os defensores Roger Moreira, responsável pela área de Direitos Humanos; e Arlindo Gonçalves responsável pelo “núcleo de saúde” da instituição jurídica. Também estreitaram relações com o Conselho Estadual de Saúde do Amazonas (CSE/AM), entidade responsável por regularizar políticas de saúde e fiscalizar o sistema de saúde no Amazonas. A judicialização de exigências dos movimentos sociais no Brasil Contemporâneo:

(...) faz parte central dos repertórios de ação política dos movimentos LGBT e é de fato reinventado em cada nova demanda, conforme o ator que a leva adiante e seu contexto local específico. No caso do movimento trans, esta modalidade de ação política foi rotineiramente desenvolvida em todo o país para conseguir alteração do nome civil, bem como a do sexo no registro de nascimento³⁵⁰.

As estratégias tomadas entre os movimentos sociais trans (ASSOTRAM e “O Gênero”), junto com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), para o fim último de regularizar o Processo Transexualizador no Amazonas, que àquela altura acontecia em caráter experimental como parte da residência médica em ginecologia e obstetrícia dos estudantes da referida universidade na Policlínica Codajás, era “luta para requerer ambulatório de saúde trans de Manaus”. Assim, a aliança entre os movimentos sociais e instituições de ensino superior e jurídica fomentaram a construção de um dossiê, agregando fotos de reuniões entre si, e também com a Secretária de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM), documentos da existência do ambulatório, entre outros, que foi entregue ao Conselho Estadual de Saúde, em 2018. André Machado escreveu que:

Para os ativistas, mobilizar o CES/AM a eleger a pauta do Processo Transexualizador, avisá-los que a SUSAM culpava os conselheiros

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 122.

pela morosidade do processo de habilitação acabou se tornando uma estratégia de construção da aliança com o Conselho³⁵¹.

O estabelecimento de relações orgânicas com instituições de ensino, pesquisa e também com espaços destinados a defender os direitos humanos e civis em sincronia com o que se apregou no Estatuto Social da ASSOTRAM, pôs em evidência aquilo que Flor de Lis havia informado sobre o desprezo do Estado com a vida das pessoas trans. Temos, assim, uma longa história de embates entre os movimentos sociais e o Estado, “(...) considerada como um duelo de estratégias e contra estratégias entre os ativistas e quem nessa instância se reafirma em maior ou menor medida no lugar do poder do Estado”. Para além de um “toma lá, dá cá” de responsabilização entre SUSAM e CES/AM em 2018, o desempenho da denúncia e da pressão protagonizado pelos movimentos trans manauense se materializou de duas maneiras: a primeira com a Resolução de nº 016/2018 do Conselho Estadual de Saúde/AM (CES), que aprovou a solicitação acerca da institucionalização do “Ambulatório de Saúde Integral e Diversidade e Gênero/ Processo Transexualizador no PAM Codajás e outros”.³⁵² A segunda materialização ocorreu, a princípio, com a Portaria Conjunta nº 0001 de 19 de agosto de 2019, que criou o Comitê Técnico Interinstitucional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), para:

(...) discutir, planejar e pactuar as ações de promoção, prevenção, controle, recuperação e reabilitação em saúde das pessoas LGBT conforme princípios e diretrizes estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde-SUS e pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-LGBT(...)³⁵³.

³⁵¹ NEVES, André Luiz Machado das. “*Política é vida*”: ativismo e saúde trans em Manaus (AM). Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2019, p. 130.

³⁵² BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Estadual de Saúde do Amazonas. Resolução nº 016/2018. Aprova a institucionalização do Ambulatório de Saúde Integral e Diversidade e Gênero/ Processo Transexualizador no PAM Codajás e outros. 2018. Disponível em: http://www.saude.am.gov.br/uploads/storage/ces/docs/res/2018_016_21022019090214.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020. NEVES, *op.cit*, p. 130.

³⁵³ AMAZONAS. Secretaria de Estado de Saúde. Portaria Conjunta nº 0001/2019. Institui o Comitê Técnico Interinstitucional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado do Amazonas e dá outras providências. 2019, p. 9. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15976#/p:21/e:15976?find=PORTARIA%20CONJUNTA%20N%C2%BA%200001,%20DE%2019%20DE%20AGOSTO%20DE%202019>. Acesso em: 18 dez. 2020.

Dois meses após a instauração do Comitê Técnico, o Governo do Amazonas por meio da SUSAM, estabeleceu em diário oficial a Portaria nº 861 de 12 de novembro de 2019, formalizando os membros do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT. Os membros advinham da Secretária de Estado de Saúde (SUSAM), da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA-Manaus), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e, por fim, representantes do movimento social LGBTI+, cuja Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM) foi representada por meio das associadas Michele Pires Lima (titular) e Vallery Maria de Sousa Pinto (suplente), juntamente com outras sete organizações sociais LGBTI+ de Manaus que compuseram essa instância pública, cuja “ação” do movimento trans, em 2018, obrigou o Estado do Amazonas “(...) a inaugurar a pauta da saúde trans” e também de lésbicas, de gueis, de bissexuais, de intersexuais³⁵⁴.

A luta por reconhecimento social das travestis e mulheres trans, que pululam das fontes históricas e fundamentam nosso argumento analítico nos chamam atenção para cidadania plena como cerne dos debates e embates públicos, e também internos à associação. De acordo com o advogado brasileiro Caio Benevides, o sentido de “ser cidadão” está relacionado ao direito de gozar de direitos civis, políticos e principalmente os direitos sociais concernentes ao “trabalho, educação, moradia, saúde e benefícios sociais (...)”. Nesse sentido, o que o autor chama de Cidadania Social “(...) engloba esses direitos cuja proteção era garantida pelo Estado nacional entendido como Estado Social de Direito, e não mais como Estado Liberal”.³⁵⁵ A criação da ASSOTRAM alicerçada na longa experiência de vida das fundadoras reforçou o debate da ligação da cidadania ao direito da livre expressão sexual e de identidade de gênero, complexificando o debate para inserção das demandas de saúde, mercado de trabalho, educação e outros direitos humanos, resistindo, portanto, ao silenciamento e invisibilidade das diferenças.

As conquistas mencionadas e protagonizadas pelo movimento trans amazonense tendo como arena de disputada a cidade de Manaus, podem ser

³⁵⁴ *Ibidem*. NEVES, André Luiz Machado das. “*Política é vida*”: ativismo e saúde trans em Manaus (AM). Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2019, p. 123.

³⁵⁵ PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020, p. 32.

consideradas de maior notoriedade juntamente com os workshops em alusão ao dia 29 de janeiro, mês da Visibilidade Trans, promovidos desde 2018 com a finalidade de cobrar políticas públicas dos representantes do governo estadual e municipal e estreitar cada vez mais o diálogo com a comunidade trans. A ASSOTRAM, por isso, não foi pensada e formada para exigir uma “cidadania precária, nem de cidadãos de segunda categoria”, porque a “conquista da cidadania por um grupo social (...) traz ganhos não apenas para esse grupo social, mas para toda sociedade que se pretende democrática e se propõe a garantir isonomia e combater discriminações”.³⁵⁶

As colaboradoras transativistas desta dissertação enxergaram o valor público e histórico da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas no fomento de justiça social, mas perceberam o dever interno da ASSOTRAM colocar em discussão e praticar outros fatores presentes nas experiências trans, ou seja, a interseccionalidade de marcadores sociais presentes nas carnes e nas subjetividades das pessoas trans manauenses. O “puxão de orelha” de Nichole Oliveira não foi exclusivo para às organizações sociais trans, mas para todos os espaços de diálogo que se pretendem democráticos e lutam contra discriminação. Ao ser convidada para representar a ASSOTRAM num evento sobre HIV/Aids, Nichole explicou sobre as variáveis sociais e como se entrelaçam na vida das mulheres cisgêneros e trans:

Por exemplo, a gente pode falar do preconceito de uma pessoa soropositiva, de uma pessoa convivendo com HIV, a gente fala do preconceito com uma pessoa que é mulher e que convive com HIV, a gente fala pra uma pessoa que é negra e que convive... que é mulher e que convive com HIV, e assim o... esse preconceito vai aumentando. A escala de preconceito máximo: uma mulher trans, indígena, convivendo com HIV. Aí alguém me perguntou “essa pessoa existe?” Aí vê o processo de invisibilidade de uma pessoa trans, não é? Esse processo de invisibilidade é tão forte que a gente... eu ouço, não é?

E nesse dia eu ouvi isso: “Nossa, mas essa pessoa existe?”. Pois é, existe! “Vocês estão falando de pessoas com... convivendo com HIV que são pessoas invisibilizadas. Vocês aqui são pessoas convivendo com HIV, são pessoas vivendo com HIV, vocês estão me dizendo que uma mulher trans, indígena, vivendo com HIV, se essa pessoa existe?” Olha só isso, é a invisibilidade da invisibilidade. “Aqui dentro do grupo vocês acham que essa pessoa não existe, e existe. Existe a trans indígena sim, nós temos! Existe a trans indígena convivendo com HIV, sim existe! E essa pessoa vai aparecer. Vai ser uma pessoa que

³⁵⁶ PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020, p. 38 e 42.

vai também conviver, vocês também vão ter que se acostumar a conviver com essa pessoa”. E ainda pode incluir mais: uma mulher trans ou uma travesti, indígena convivendo com HIV e com deficiência física, né? (risos)³⁵⁷.

De acordo com Nichole Oliveira, a ASSOTRAM traz em seu cerne o respeito e o açambarcamento da pluralidade e das diferenças, tanto entre associadas/os quanto entre apoiadores/as da organização: “quem quiser ir pra ASSOTRAM pode ir”. E nessa continuidade, as colaboradoras refletiram durante a conversa a representatividade da organização no contexto amazônico, tendo “uma carga muito pesada pra carregar”, “lutando por pessoas que obrigatoriamente têm que ficar embaixo do tapete, sabe?”.³⁵⁸

Por fim, Nichole Oliveira analisou o espaço da livraria Saraiva no Manauara Shopping, onde ocorreu nossa entrevista em dezembro de 2019, para dizer que ela e outras ativistas da ASSOTRAM lutam contra aqueles e aquelas que não querem que “duas travestis entrem numa livraria e fiquem conversando e escolhendo livros. Essas pessoas não querem nos ver nos locais de convivência social”, percebendo, portanto, o impacto de coletivos como a ASSOTRAM para garantir o direito “ir e vir” e a ocupação de espaços públicos por travestis e transexuais, algo concreto alcançado somente pela resistência coletiva³⁵⁹. Desse modo, o trabalho difícil executado pela associação em análise, nesse momento, facilitou ou desobstruiu alguns canais que levam à cidadania plena que estavam/estão entupidos pela transfobia estrutural:

Por exemplo, o que eu consegui em anos lutando, a luta... a ASSOTRAM conseguiu em dois anos, sabe? Então foi muito mais rápido, como associação, como coletivo foi muito mais rápido, os resultados vieram muito mais rápidos do que quando eu tava sozinha. Por isso a ASSOTRAM é importante, porque ela é um coletivo, a gente luta junto, a gente estuda junto, a gente batalha junto³⁶⁰.

Camila Dantas, por sua vez, considera que “depois de muita luta, de todas as que começaram a lutar”, novas travestis e transexuais adentraram à ASSOTRAM e fortaleceram: “não abaixaram a cabeça, tão dando a continuidade disso daí”. Para Dantas, num balanço negativo e realista, as mudanças maiores como “a lei” em termos de: “ai, vamo[s] proteger só LGBT“, isso daí vai ser uma coisa que não vai ser

³⁵⁷ Nichole Oliveira. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manauara Shopping.

³⁵⁸ *Ibidem*.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ Nichole Oliveira. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2019 no Manauara Shopping.

conquistada da noite pro dia, isso daí vai... vai ser uma coisa muito... a gente vai ter que brigar mais um pouco”. Comparando a luta das travestis e transexuais com a da população negra e das feministas que: “apanharam bastante pra ter a[s] própria[s] delegacia[s] delas, e ser... e ter a própria delegacia e ter ali o caso registrado, né?”, tornou-se realidade na vidas das pessoas trans, em 2019, com a decisão do Supremo Tribunal Federal ao criminalizar a homofobia e a transfobia com base na lei do racismo e, como consequência, a criação de delegacias especializadas em crimes de ódio contra gays, lésbicas, travestis e transexuais³⁶¹.

Fomentando um “NOME” com importância social, a ASSOTRAM conquistou diversos espaços de fala com/pela população trans, tanto na capital quanto nos municípios interioranos, “porque ela pegou visibilidade, né?”. Isso tudo aconteceu, como narrou Flor de Lis, por: “tá fazendo alguma coisa, que a gente tá mudando alguma coisa, né, nesse termo de política pras trans, que ainda é pouco”.³⁶² Nessa trilha, a conversão de tragédias em potências, corporificada na construção de uma organização civil sem fins lucrativos e obstinada a conquistar a igualdade e a cidadania completa, partiu da agência de Flor de Lis, Rebeca Carvalho, Camila Dantas e Joyce Alves, inicialmente. Nichole Oliveira e sua bagagem histórica de luta e ativismo solitário chamaram atenção das fundadoras, a ponto de convidá-la para se associar e compor o conselho fiscal da primeira gestão, com duração de três anos, segundo o Estatuto Social.

Diante das vicissitudes presente (concordância) nas vivências das travestis e mulheres transexuais colaboradoras desta dissertação, que emergiu um espaço de luta e de diálogo a qual as pessoas trans poderiam recorrer. Ali na ASSOTRAM, até o recorte final desta pesquisa (2019), Rebeca, Flor de Lis, Camila e Nichole ocuparam os cargos de vice-presidência, secretariado, tesouraria e conselho fiscal, ressaltando que as conversas e as tomadas de decisões eram/são horizontalizadas e democráticas, idealizando projetos sociais para custear processos de retificação de registros civis de pessoas trans manauenses; a recuperação da história transgênera amazonense nos

³⁶¹ **Camila Dantas**. Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2020 na sede da ASSOTRAM. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa*. 13/06/2019, (Online). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 22 dez. 2020.

³⁶² **Flor de Lis**. Entrevista realizada em 14 de junho de 2020 na sua residência no bairro Alvorada.

arquivos públicos e garantir um trabalho de base humanizado nos pontos de trabalho sexual e outros locais de sociabilidade trans na cidade.

O sentimento de militância firma-se de maneira profunda nas suas vidas, na iminência de ser uma trombeta-chinesa que se multiplica e dá flores. E a ASSOTRAM é uma dessas ramificações floridas, situada num outro contexto de disputa política e social, que encara um novo formato de ativismo atrelado ao transfeminismo, contrariando a invisibilidade e a marginalidade causadas pela transfobia incutida na cultura e na estrutura social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A sociedade que não sabe me inventar sem me desprezar”, disse uma travesti brasileira a um comunista das Brigadas Vermelhas no presídio de Rebibbia, na Itália, em 1993³⁶³. Tal enunciado representa o que muitas pessoas trans sentem a partir do momento em que experienciam suas identidades de gênero, quando distintas do dimorfismo homem-pênis/mulher-vagina. Os acessórios considerados feminizados e a utilização de hormônios, bem como de silicone, são apropriados para modificar o corpo e a subjetividade com o intuito de viverem plenamente a travestilidade e a transexualidade. Esse sentimento certamente circulou inúmeras vezes pela mente de Camila, Flor de Lis, Nichole e Rebeca ao serem expostas à violência por parte da família, dos amigos, das colegas de trabalho, da polícia e da sociedade como um todo.

Ainda que denunciasses as mazelas sociais presentes nas trajetórias de vida de travestis e mulheres transexuais, as colaboradoras trans nos chamam atenção para não minimizarmos suas histórias de vida à cicatrizes e dores. As marcas na carne e na subjetividade trans são históricas, mas é necessário entendermos que “elas são coadjuvantes” diante da resiliência cotidiana, “sem resumir à sobrevivência” porque isso implica em retirar aspectos positivos e felizes que viveram/vivem, também³⁶⁴.

Esta dissertação pretendeu transpor os intuitos pré-determinados e as projeções feitas diante das fontes orais e escritas produzidas e colhidas, conjuntamente. Recuperamos as memórias e as especificidades vividas pelas travestis e transexuais ativistas em Manaus e as suas interpretações acerca dos embates cotidianos por autorreconhecimento das suas identidades de gênero, entre 1992-2019, construindo modos de cuidados coletivos. Trazer à baila os sentidos e significados dos processos de transição de gênero e a inserção nos mundos do trabalho contribuiram para pensarmos em nosso fazer historiográfico outros campos de atuação laboral, cujas narrativas trans foram essenciais para retirar das margens sociais outras dinâmicas que estiveram/estão conectadas no fluxo do trabalho global.

³⁶³ ALBURQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. *A princesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 11.

³⁶⁴ EMICIDA. *AmarElo*. Intérpretes: Emicida, Pablo Vittar, Majur. São Paulo: Sony Music; Laboratório Fantasma. 3º CD (48min), 2019. (Fragmento).

As análises das narrativas transgêneras, aqui, pretendem contribuir para a quebra das correntes do silenciamento e da subalternização. Neste sentido, o presente texto pretendeu iluminar dizeres como “não mais!”: “as memórias quando abafadas, quando impedidas de circular livremente tornam-se uma forma de discriminação”. E este trabalho tem a primazia de combater essas práticas³⁶⁵.

Em simetria ao nosso esforço na produção de uma historiografia transgênera, historiadoras/es em outros tempos reconheceram a necessidade urgente de uma historiografia acerca da presença negra na Amazônia. Sobre isso, a historiadora brasileira Patrícia Melo Sampaio, nos lembra do longo tempo de omissões das experiências de vida de homens e mulheres negras, escravizados ou livres na região norte:

Um silêncio persiste que insiste em apagar memórias, histórias e trajetórias de populações muito diversificadas que fizeram desta região seu espaço de luta e de sobrevivência. Esta é uma dívida de muitas gerações que ainda reclama sua paga³⁶⁶.

Esta dissertação objetivou suprir lacunas historiográficas com cunho político, definido por Patrícia Sampaio, como dívida histórica. Neste caso, reclamada por travestis e mulheres transexuais manauenes, está sendo paga nesta dissertação. A ética deste trabalho está em denunciar a negação e a violência empreendidas contra os corpos trans por muitas décadas. Além disso, três colaboradoras, aqui, são negras e por isso evidenciar a variável raça durante o processo de entrevista nos chamou atenção para a narrativa de Nichole sobre a presença do racismo em sua história de vida. Mesmo diante dos não-ditos sobre a variável raça nas vidas de Flor de Lis e Camila Dantas, esclarecemos a importância da explicitação desse marcador social da diferença:

na vida de algumas pessoas trans-negras, o racismo pode ter um peso maior, assim como a transfobia pode ser mais opressiva na vida de outras, caso específico de nossas colaboradoras. Porém, querendo ou não, “esses dois marcadores estarão presentes ao longo de suas vidas,

³⁶⁵ COSTA, Cléria Botelho da. Contar histórias: uma forma de reconhecimento do outro. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 11, n. 2, p. 10, 2014.

³⁶⁶ SAMPAIO, Patrícia Melo. Por uma história da escravidão africana e da presença negra na Amazônia. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Ed. Açafá; CNPq, 2011, p. 8.

como uma sombra que muda de tamanho e de forma à medida que se move”.³⁶⁷

O vanguardismo de luta individual e coletiva empreendida pelas quatro personagens de carnes, ossos e muitas subjetividades promovem uma guinada e uma acentuação acerca dos movimentos sociais identitários da região norte, lembrando às outras partes do Brasil a relevância da existência e do papel transformador da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas, abarcando em sua tessitura diferentes sujeitos transgêneros, suas demandas e especificidades urgentes: a emergência dos corpos trans manifestados em redes. Nesse sentido, os “arquivos provocados” da memória de mulheres trans e travestis ativistas nos forçam, como trabalhadores/as intelectuais, a repensar o nosso lugar social e de fala num exercício emancipatório das/dos subalternizadas/os, não sendo suficiente reconhecer suas cidadanias, mas atentando em nossas reflexões críticas “(...) as experiências e saberes desses povos, bem como as novas formações discursivas que vêm sendo elaboradas em suas práticas políticas em rede (...)”.³⁶⁸

Por fim, nos utilizando de um provérbio africano, transposto para uma linguagem feminista para desmascarar a colonialidade do gênero e do saber, dizemos: “até que as leas tenham suas próprias historiadoras, as histórias de caça seguiram glorificando seus caçadores”. Acreditamos que as contadoras de histórias trans e a historiadora travesti empreenderam, neste trabalho, uma guinada historiográfica contra o apagamento, o epistemicídio transgênero e a hegemonia de uma história única, cisgênera e branca.

³⁶⁷ SILVA, Lauri Miranda; SCHMIDT, Benito Bisso. Francinny, Úrsula e Welly: mulheres trans-negras universitárias em Rondônia – experiências de opressão e resistência. In: BRANCHER, Vantoir Roberto; COLLING, Ana Maria; PORTO, Eliane Quincozes (orgs.). *Caminhos possíveis à inclusão V: gêneros (trans)gêneros e educação – alguns enfrentamentos*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020, p. 187.

³⁶⁸ SCHERER-WARREN, Ilsen. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilsen; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn (orgs.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011, p. 27. Segundo Verena Alberti, a noção “arquivos provocados” advém de Jean-Jacques Becker “(...) para designar as fontes produzidas depois do acontecido e que, por isso mesmo, pertencem à mesma categoria das recordações e memórias”. Indicamos fortemente a leitura da obra da autora: ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004, p. 34.

FONTES

ORAIS

Entrevista com FLOR DE LIS [Concedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 16 jul. 2018/ 14 jul. 2020/ 22 jul. 2020.

Entrevista com REBECA CARVALHO [Concedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 21 jul. 2018/ 13 ago. 2018.

Entrevista com CAMILA DANTAS [Concedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 01 de set. 2018/ 02 set. 2018/ 11 fev. 2020.

Entrevista com NICHOLE OLIVEIRA [Concedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 24 abr. 2019/ 06 mai. 2019/ 13 dez. 2019.

PERIÓDICOS

Jornal do Comércio, nº 38.127, 17/07/2000, p.6.

Jornal do Comércio, nº 38.109, 20/06/2000, p.4.

Jornal do Comércio, nº 37.504, 03/04/1998, p. 2.

Jornal do Comércio, nº 36.567, 5/02/1995, p. 8.

Jornal do Comércio, nº 36.367, 05/06/1994, p. 5.

Jornal do Comércio, nº 35.168, 15/04/1990, p. 10.

Jornal do Comércio, nº 35.324, 21/10/1990, p. 14.

Jornal do Comércio, nº 33.915, 26/05/1986, p. 6.

Jornal do Comércio, nº 33.2019, 11/03/1984, p. 22.

A Crítica, nº 21. 339, 29/08/2010, p. 28.

“Defensoria do AM ultrapassa 1 milhão de atendimentos em três anos; veja história”, *A Crítica*, 31/09/2019, [Tiragem online]. Disponível em:

<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/defensoria-do-am-ultrapassa-1-milhao-de-atendimentos-em-tres-anos-conheca-historias> .

“Acolhimento familiar é essencial no processo de mudança de gênero”. *A Crítica*, 28/06/2020, [Tiragem online]. Disponível em:

<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/acolhimento-familiar-e-essencial-no-processo-de-mudanca-de-genero>.

BRASIL, Kátia. “PMs do Amazonas aprendem como abordar homossexuais em curso”. *Folha de Londrina*, 14/02/2020, [Tiragem online]. Disponível em:

<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/pms-do-amazonas-aprendem-como-abordar-homossexuais-em-curso-258988.html>.

“Audiência pública discutirá mudança de nome e gênero em Manaus”. *GI AM*. 28/08/2016, [Tiragem online]. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/08/audiencia-publica-discutira-mudanca-de-nome-e-genero-em-manaus.html>, acesso em: 29 nov. 2020.

JUNIOR, Waldick. “Fora da Prostituição, mulheres trans com emprego ainda são minoria”. *Em Tempo*. 30/03/2020, [Tiragem online]. Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/economia/195547/fora-da-prostituicao-mulheres-trans-com-emprego-ainda-sao-minoria>.

WEBSITES

“AM: Mulher obtém direito de trocar de nome e sexo nos documentos em ação promovida pela Defensoria Pública”, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, 02/08/2018. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=38023>.

Blog do Hiel Levy. Encontro de travestis, transexuais e homens trans começa hoje em Manaus. 2017. Disponível em: <https://blogdohiellevy.com.br/encontro-de-travestis-transexuais-e-homens-trans-comeca-hoje-em-manaus/>.

CARDOSO, Jovanna. Histórico do Nascimento do Movimento Político Social da População T no Brasil. *FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros*, Piauí. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html>.

NITAHARA, Akemi. Fiocruz coordena projeto internacional de prevenção ao HIV. *Agência Brasil*, 12/07/2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/fiocruz-coordena-projeto-internacional-de-prevencao-ao-hiv>.

Supremo Tribunal Federal. *STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa*. 13/06/2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>.

DOCUMENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS DO ESTADO DO AMAZONAS (ASSOTRAM)

Estatuto Social da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas – ASSOTRAM. Manaus-AM, 16 ago. 2017.

DOCUMENTAÇÃO OFICIAL: PROJETOS DE PESQUISA, RESOLUÇÕES E PORTARIAS

MENEZES, Elieyd; OLIVEIRA, Esmael; DIAS, Willas; PEREIRA, Jeffeson. *Fascículo do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) de Manaus/Amazonas*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nº 25, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde; OPAS, Organização Pan-américa de Saúde. *Estudo de Prevalência da Sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil: Cuidado e Prevenção*. Relatório formativo, Manaus, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707 de 18/08/2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803 de 19/11/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Estadual de Saúde do Amazonas. Resolução nº 016/2018. Aprova a institucionalização do Ambulatório de Saúde Integral e Diversidade e Gênero/ Processo Transexualizador no PAM Codajás e outros. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas. Portaria Conjunta nº 0001/2019. Institui o Comitê Técnico Interinstitucional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado do Amazonas e dá outras providências. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas. Portaria nº 861/2019. Institui os membros do Comitê Técnico Interinstitucional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado do Amazonas e dá outras providências.

DOCUMENTO SONORO

EMICIDA. *AmarElo*. Intérpretes: Emicida, Pablo Vittar, Majur. São Paulo: Sony Music; Laboratório Fantasma. 3º CD (48min), 2019. (Fragmento).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADCHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

ALBURQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. *A princesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ALDEMIR, José Aldemir de (org.). *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

ARANTES, Antonio. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.

- ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer. - *Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 5. 2010, Natal. Anais eletrônicos - Natal: ABEH, 2010.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, 2013.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- _____. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.
- BOSI, Éclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANCHER, Vantoir Roberto; COLLING, Ana Maria; PORTO, Eliane Quincozes (orgs). *Caminhos possíveis à inclusão V: gêneros (trans)gêneros e educação – alguns enfrentamentos*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e Ressentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*, nº especial, 1994.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. Desdiagnosticando o gênero. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [1], 2009.
- CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e [a] luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis – SC*.
- CASTRO, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.
- CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, salud y Sociedad – Revista Latino Americana*, v. 2, n. 14, 2013.
- CAVALCANTE, Lidiany de Lima. *Sob o Véu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.
- _____; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.
- COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, n. 2, 2014.
- _____. Contar histórias: uma forma de reconhecimento do outro. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 11, n. 2, 2014.
- COSTA, JOAZE BERNADINO-; TORRES, Nelson Maldonado-; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica, 2019.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. *Projeto História*, v. 35, 2007.
- DEL PRIORI, Mary Murray. A história do corpo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 3, sem nº, p. 15, 1995.

- DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 3ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FACHINNI, Regina; FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Medicalização, sexualidade e gênero: sujeitos e agenciamentos (apresentação). *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, v. 2, n. 14, ago., p. 166, 2013.
- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 4, 2009.
- FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *História oral*, v.7, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil contemporâneo*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v.13, n.2, 2004.
- GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EduFSCar, 2014.
- _____; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- HERMETO, Miriam; AMATO Gabriel; DELLAMORE Carolina (Org.). *Alteridades em tempos de (in)certeza: escutas sensíveis*. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- _____. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*. Tradução: Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.
- _____. (Org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LANZ, Letícia. *O Corpo da Roupa: A pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1974.
- _____. (orgs.). *História: novos objetos*. Tradução: Terezinho Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.
- _____. (orgs.). *História: novos problemas*. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.
- LIMA, Michele Pires. Cotidiano, violência e movimento social: histórias de uma travesti militante em Manaus (1996-2017). *Aedos*, v. 12, n. 26, 2020.

- LINDEN, Marcel van der. História do trabalho para além das fronteiras. *Cad. AEL*, v.17, n.29, p. 40, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colômbia, n. 9, 73-101, 2008.
- MORAIS, Maria de Jesus; VENTURATO, Raquel Duarte. Reforma nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bem materiais e simbólicos. *Contemporânea*, v.3, n. 1, 2013.
- MUNIN, Pietra Mello. *Processo Transexualizador: discursos, lutas e memórias – Hospital das Clínicas*. São Paulo: e-Manuscritos, 2019.
- NEVES, André Luiz Machado das. *“Política é vida”*: ativismo e saúde trans em Manaus (AM). Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2019.
- NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRASL, Euclides Afonso. *Dossiê: A Geografia dos Corpos de Pessoas Trans*. Rio de Janeiro: Rede Trans Brasil, 2017.
- OCANHA, Rafael Feitas. Travestis paulistanas na mira da Polícia Civil: a prática da Contravenção Penal de Vadiagem (1976-1977). In: Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 23, 2016. *Anais São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo*, 2016.
- OLIVEIRA, Esmael Alves de. *Nas fronteiras da sexualidade: uma análise sobre os processos de construção e apropriação do espaço em boates GLS do centro da cidade de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.
- PEDRO, Joana Maria; PINSKY Carla (orgs). *Nova História das Mulheres*. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018, p. 515.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009, p. 43-44.
- PELÚCIO, Larissa. “Toda quebrada na plástica” – Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos – Revista de Antropologia*, v. 6, n. 1, p. 98, 2005.
- PEREIRA, Denis da Silva. *Violência contra LGBT’s em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento: estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, 2016.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. – São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2008.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 204, 1992.
- _____. *Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia*. Trad. Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

- PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.7, n. 13, p. 183, 2017.
- _____. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades modernas. *Revista Brasileira de História*, v.27, n. 53, 2007.
- PESSOA, Alba Barbosa. Infância, sociabilidade e disciplinarização na Manaus dos anos 30 e 40. *Canoa do Tempo – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Manaus, v.10, n. 2, 2018.
- QUEIROZ, Rita Suely de. *Territórios do prazer: ambiente e prostituição na área central de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade do Amazonas, 1999.
- RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. São Paulo: Ed. Unicamp, 2013.
- REIS FILHO, Milton Melo dos. Tudo se junta em Manaus: o PIM como espaço de construção da sociabilidade operária. *Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, 6, p. 11, 2010.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- RIBEIRO, Jackson Santos. Normatizando os jovens desviados: corporificando na sociedade caxiense moços e moças disciplinados sob a ótica do Jornal Cruzeiro (1946-1958). *Fragmentos de Cultural*, v. 27, n. 1, 2017.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.12, n. 29, jan/abri, 2020.
- _____. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, 2013.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução: Guacira Lopes Louro. 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Ed. Açai; CNPq, 2011.
- SANTIAGO, Maria Célia. *Clandestinidade e mobilização nas linhas de montagem: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus*. Dissertação (Mestrado em História), Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra - Portugal: Almedina. 2009.
- SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, 2020.
- SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn (orgs.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o Estudo da Rede Urbana no Amazonas e perspectivas para análise das cidades na Amazônia Brasileira. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 18, 2011.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, v. 16, n.1, 1998.

- SILVA, Claudille Pavão da. *Flores horizontais: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Manguê (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.
- SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM, 1967-2010)*. Manaus-AM: EDUA, 2016.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SIMPSON, Keila. Transexualidade e Travestilidade na Saúde. In: BRASIL, Ministério da Saúde. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Brasília, 2015.
- TEDESCHI, Antonio Losandro. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS: UFGD, 2014.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- VASCONCELOS, Osvaldo da Silva. Josy Kimberly - narrativas em travessia: gênero, corpo, prostituição e ativismo solitário em Belém (PA). *História Oral*, v. 20, n. 2, 2017.
- VERAS, Elias Ferreira. *Travesti: carne, tinta e papel*. Curitiba: Appris, 2018.
- _____; GUASCH, Oscar. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). *História, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 5, 2015.
- WITTIMANN, Isabel. *Corpo, Gênero e Identidade: Experiência transgênero na cidade de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM).